



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA
SOCIAL - EICOS/INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**“Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está”:
Ameaça à Moradia e Sentimentos de Liberdade de Jovens da
Comunidade do Horto Florestal do Jardim Botânico, Rio de Janeiro**

Orientador: Professor Dr. Milton N. Campos

Pesquisador: Almir Fernandes dos Santos

2018

ALMIR FERNANDES DOS SANTOS

**“Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está”:
Ameaça à Moradia e Sentimentos de Liberdade de Jovens da
Comunidade do Horto Florestal do Jardim Botânico, Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/IP, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos Requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Milton N. Campos
Orientador

Rio de Janeiro
2018

Ata da Reunião da Banca Examinadora do aluno Almir Fernandes dos Santos candidato ao grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos doze dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a Dissertação de Mestrado do aluno **Almir Fernandes dos Santos**, registro n°. **116069403**. Fizeram parte da Banca os(as) Professores(as) Doutores(as) **Milton Nunes Campos** (orientador), CPF n°. 006.433.488-08, **Samira Lima da Costa**, CPF n°. 017.646.317-81 e **Martha Campos Abreu**, CPF n°. 674.110.967-68. O professor Milton Nunes Campos, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo ao aluno tempo para exposição oral de sua dissertação intitulada “ **‘Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está’: O dilema da moradia para jovens em rede da comunidade do Horto Florestal do Jardim Botânico, RJ**”. Dando prosseguimento, o aluno foi argüido pelos(as) professores(as) examinadores(as). Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da dissertação, concluindo pela aprovação. O aluno, portanto, foi declarado apto a receber o grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Nada mais a declarar, eu, Ricardo Antonio Xavier de Barros Fernandes, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e do aluno. Rio de Janeiro, doze de março de dois mil e dezoito.

Secretário:

Alcides Fernandes

Banca:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Aluno:

Almir Fernandes dos Santos

Observações:

a banca valorizou o resultado
do trabalho e a relevância social do
tema, com recomendações para publicações

AGRADECIMENTOS

Agradecimento nominais são perigosos porque corre-se o risco de esquecer pessoas importantes que nos ajudaram ao longo de toda trajetória. Ouso, porém, nessa rara oportunidade, expressar toda gratidão à minha família, aos professores, colegas, especialmente aqueles da UniCarioca e UFRJ, que me apoiaram, direta ou indiretamente nessa iniciativa, e possibilitaram a transferência do conhecimento fundamental às nossas aspirações. Aos jovens da comunidade do Horto que mantêm a acesa chama de esperança do reconhecimento e de dias melhores de um Brasil plural, a eles e suas famílias, toda minha gratidão. Quero, no entanto, fazer um registro de agradecimento mais que especial; ele é inteira e merecidamente dedicado ao Prof. Dr. Milton N. Campos, "professeur honoraire" da "Université de Montréal", no Canadá e da UFRJ, com quem tive a honra de ser entrevistado no processo seletivo de avaliação ao apresentar o meu projeto de pesquisa e, posteriormente, de compartilhar de suas excelentes aulas, ideias e orientações que me permitiram navegar por um mundo novo, além do puramente tecnológico dos algoritmos, equações e códigos. Sou eternamente grato ao Professor Milton N. Campos que sugere que, na prática, é possível haver correlação positiva ao se conjugar maestria, capacidade, inteligência ímpares a serviço do conhecimento e da humildade. Hoje estou certo de que os seres humanos podem, através do conhecimento, construir um mundo melhor, mais justo, mais humano e que a felicidade começa com as nossas escolhas.

Muito grato a todos!

S231? Santos, Almir Fernandes
"Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está": O Dilema da Moradia para Jovens em Rede da Comunidade do Horto Florestal do Jardim Botânico, Rio de Janeiro / Almir Fernandes Santos. - Rio de Janeiro, 2018.
132 f.

: Orientador: Milton N. Campos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2018.

1. Sentimentos de Liberdade. 2. Comunidade. 3. Jovens. 4. Redes sociais. 5. Cidadania. I. Campos, Milton N., orient. II. Título.

RESUMO

FERNANDES, Almir. Sentimentos de Liberdade de Jovens em Rede diante do Dilema da Moradia na Comunidade do Horto Florestal no Jardim Botânico, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta pesquisa tem enfoque social e visa entender como, em tempos de redes sociais e Internet, jovens moradores, predominantemente afrodescendentes do Horto Florestal, bairro do Jardim Botânico na zona sul do Rio de Janeiro, expressam os seus sentimentos de liberdade diante das ameaças de uma realidade social adversa de negação de moradia. Nessa trajetória, recorreremos a diversas fontes bibliográficas, que nos permitiram fazer uma reflexão crítica da problemática da negação da moradia, em particular no que refere aos segmentos sociais menos favorecidos socialmente da população brasileira. O quadro teórico tem bases na Teórica construtivista-crítica da comunicação (Ecologia dos Sentidos), que levam em consideração a estruturas afetivas e cognitivas do sujeito, sua consciência, vontade e moralidade, além das condições materiais de existência. Tem bases também na crítica social da Modernidade Líquida, no que tange às questões relativas à exclusão e à liberdade. O método utilizado, de estudo de caso crítico, viabilizou uma abordagem interativa e interpretativa dos fenômenos sociais analisados. A análise e interpretação dos dados partiu de registros textuais e de imagens, obtidos no campo (falas e fotos compartilhadas pelos participantes), com aplicação da lógica natural. Esses registros foram analisados em termos de uma matriz cruzando as dimensões Comunicativa (Insatisfação/Satisfação) e do Impacto Social (exclusão/inclusão) e de seu posicionamento temporal (passado, presente ou futuro). A combinação dessas dimensões no conjunto de registros, traduziu, de acordo com nossa análise, as percepções dos jovens em termos de Desilusão, Descrença, Expectativa e/ou Colaboração. Os resultados obtidos ressaltam, majoritariamente, a zona da Desilusão no presente, sugerindo que a Insatisfação e a Exclusão refletem, hoje, percepções que impactam negativamente os sentimentos de liberdade. Como resumiu um morador: “Se a sua moradia está em risco, a sua liberdade também está”.

Palavras chave:

Sentimentos de liberdade, Comunidade, Jovens, Redes sociais, Cidadania

ABSTRACT

FERNANDES, Almir. Networked Youths' Feelings of Freedom in the Face of the Housing Dilemma, in the Horto Florestal Community of the Botanical Garden, Rio de Janeiro. Master Dissertation (Master Program of Community Psychosociology and Social Ecology) - Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research has a social focus and aims to understand how, in times of social networks and the Internet, young residents –predominantly afrodescendants of Horto Florestal, of the of the Botanical Garden neighborhood in the south zone of Rio de Janeiro– express their feelings of freedom in the face of threats brought about by an adverse social reality in which housing for them is denied. We checked several bibliographical sources, which allowed us to build a critical reflection on the problem of housing denial by the State, particularly with regards to a sample of poor Brazilians. The theoretical framework is based on a constructivist-critical theory of communication (Ecology of meanings), which take into account the affective and cognitive structures of the subject, his consciousness, will and morality, in addition to the material conditions of existence. It is also based on the social critique of Liquid Modernity, which raises issues of exclusion and freedom. The method used was the critical case study, through the lenses of an interactive and interpretative approach of the analyzed social phenomena. The analysis and interpretation of the data came from textual records and images obtained in the field (speeches and photos shared by participants), with the application of natural logic. These records were analyzed in terms of a matrix crossing Communicative (Dissatisfaction / Satisfaction) and Social Impact (Exclusion / Inclusion) dimensions, taking into account temporality (past, present or future). The combination of these dimensions in the set of records translated, according to our analysis, revealed the perceptions of young people in terms of Disillusion, Disbelief, Expectation and / or Collaboration. The results highlight, mainly, the Disillusion zone in the present, suggesting that the Dissatisfaction and Exclusion reflect, today, perceptions that negatively impact feelings of freedom. As one resident put it: "If your home is at risk, so is your freedom."

Keywords:

Freedom feelings, Community, Youth, Social networks, Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

AMAHORTO - Associação de Moradores e Amigos do Horto

BNH - Banco Nacional de Habitação

CNJ – Conselho Nacional da Juventude

EICOS - Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Faixas foram colocadas em protesto contra a ameaça de remoção¹
Fonte: Blog Brasil de Fato. (Foto Sheila Jacob – Rio de Janeiro).

Figura 2 – Ecologia dos Sentidos – ação –
Fonte: Campos, 2015.

Figura 3 – Ecologia dos Sentidos – ação - Fonte: Campos, 2015.

Figura 4: Esquematização do processo “Bola de Neve” - Fonte: AFs2.

Figura 5 - Dimensões do processo de análise dos registros textuais e respectivas
Gradações por Zona. Fonte: AFs

Figura 6 - Resumo de simbologias e definições utilizada nas esquematizações da Lógica Natural.
Fonte (GRIZE, 1990; 1993).

Figura 7 - Regras de correlações da análise das dimensões do discurso - Fonte: AFs

Figura 8 - Análise bidimensional: dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e Impacto social
(Teoria crítica) - Fonte: AFs

¹ Foto Sheila Jacob – Rio de Janeiro

² Almir Fernandes dos Santos- Pesquisador e autor.

Sumário

1 PROBLEMATIZAÇÃO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.1 <i>Contexto da Pesquisa</i>	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 <i>Cidadania, liberdade e moradia</i>	19
2.2 <i>Conflitos pela moradia e direitos legais</i>	23
2.3 <i>Origem e quadro atual das favelas no Rio de Janeiro</i>	27
2.4 <i>O Direito à Cidade versus os interesses do capital</i>	29
2.5 <i>A comunidade do Horto Florestal</i>	31
2.6 <i>Juventude, redes, moradia e sentimento de liberdade</i>	35
2.7 <i>Questões e objetivos da pesquisa</i>	41
3 QUADRO TEÓRICO	43
3.1 <i>Ecologia dos Sentidos</i>	43
3.2 <i>Sociedade e juventude líquidas</i>	45
3.3 <i>Conclusão</i>	47
4 METODOLOGIA	49
4.1 <i>Contexto da pesquisa</i>	49
4.2 <i>Método</i>	50
4.3 <i>Estratégias de amostragem</i>	51
4.4 <i>Estratégia de coleta de dados</i>	53
4.5 <i>Análise de dados e interpretação crítica dos resultados</i>	56
5 RESULTADOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	63
5.1 <i>A comunidade do Horto Florestal e a sua identidade histórica</i>	64
5.2 <i>Forma de aquisição de moradia na comunidade do Horto do Horto Florestal</i>	68
5.3 <i>“O lado bom” de morar na comunidade do Horto Florestal</i>	72
5.4 <i>“O lado ruim” de morar na comunidade do Horto Florestal</i>	75
5.5 <i>Percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia em sua comunidade</i>	79
5.6 <i>Cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade</i>	82
5.7 <i>A questão da moradia como preocupação constante no dia a dia</i>	86
5.8 <i>Uso de redes sociais nas trocas argumentativas pelos jovens</i>	90
5.9 <i>Significado de liberdade</i>	94
5.10 <i>Análise final global</i>	97
6 DISCUSSÃO	101
6.1 <i>Origem, história e tradições da comunidade</i>	101
6.2 <i>A continuada ameaça de remoção pelas autoridades como fator desestabilizador da comunidade e de seus sentimentos de liberdade</i>	103
6.3 <i>As trocas em rede pelos jovens da comunidade do Horto Florestal</i>	105
6.4 <i>A força das redes sociais nas lutas dos jovens da comunidade do Horto Florestal</i>	106
6.5 <i>Considerações Finais</i>	108
7 CONCLUSÃO	111
8. LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXO I – ACERVO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICO COMPLEMENTAR	122
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA	123
.....	124
ANEXO III – TERMO DE COMSENTIMENTO INFORMADO	124
ANEXO IV – CERTIFICADO DE ÉTICA	125

Página intencionalmente em branco.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está organizado em sete capítulos e 4 anexos:

O capítulo I enfoca a problematização de um cenário de negação de direitos de moradia. Coloca o problema e introduz a comunidade do Horto Florestal, sua história e as relações com autoridades e as forças do capital econômico. Evolui por temas vinculados à liberdade, aos conflitos pela moradia e direitos legais; por padrões urbanísticos; origem e o quadro atual das favelas; moradia como bem público e; finalmente, as redes sociais na internet como forma de expressão e exercício da democracia e cidadania através.

O capítulo II apresenta a revisão de literatura. Pesquisa diversos autores, fontes e trabalhos relacionados ao tema direitos, liberdade e negação de moradia, e seleciona temáticas como: Identidades e territorialidades, democratização e participação, uso do espaço urbano, preconceito, pobreza e exclusão social, políticas de habitação na perspectiva de leis, governos e juventude em rede: atitudes, disseminação e colaboração. As reflexões acerca desses trabalhos, no seu conjunto, nos permitiram identificar o viés temático que oportuniza essa dissertação.

O capítulo III é dedicado ao quadro teórico que instrumentaliza esse pesquisador com a base conceitual necessária para evoluir na análise e interpretação dessa temática de dissertação. Os referenciais teóricos possuem eixos principais na teoria construtivista-crítica da Comunicação, desenvolvida na Ecologia dos Sentidos, que trata das relações entre sujeitos no agir comunicativo, confrontando aspectos cognitivos, afetivos, éticos e morais; e na abordagem da crítica social da modernidade líquida que enfoca as questões relativas à exclusão no contexto da sociedade líquida e à liberdade.

O capítulo IV apresenta a metodologia utilizada de análise e interpretação de dados com base numa pesquisa social qualitativa que inclui objetivos, critérios de amostragem e um modelo de análise bidimensional, enfocando aspectos da comunicação e dos impactos do contexto social, ambos localizados nos referenciais de tempo: passado, presente e futuro.

O Capítulo V apresenta uma análise crítica através do processo de triangulação com base na articulação de diferentes fontes de dados e no cruzamento de referenciais teóricos, revisão de

literatura e os dados obtidos em campo e aqueles inerentes à indução do pesquisador para aferição do fenômeno em estudo. Os registros textuais obtidos no campo, submetidos à análises e esquematizações da lógica natural, foram confrontados com os fundamentos teóricos da Ecologia dos Sentidos e da teoria da Modernidade Líquida com reflexões sobre a liberdade. A partir dos fatores progressivos teóricos de triangulação, os dados foram aplicados no modelo de análise bidimensional (citado no Capítulo V) e analisados nas dimensões da comunicação (gradação do discurso da Insatisfação à Satisfação) e dos impactos do contexto social (gradação dos discursos da Exclusão à Inclusão), ambos localizados nos referenciais de tempo em termos de passado, presente e futuro.

O Capítulo VI propõe uma discussão com base nos referenciais teóricos, nas questões de pesquisa e nos resultados obtidos na mesma. Nessa perspectiva, são feitas confrontações à luz da revisão de literatura, dos referenciais teóricos da teoria da Ecologia dos Sentidos que explora as dimensões cognitivas e emocionais nas relações entre sujeitos; da teoria crítica social da Modernidade Líquida, que enfoca as questões relacionadas à exclusão, à cidadania e à liberdade, além dos registros obtidos no campo e aferidos a partir das esquematizações da lógica natural.

O Capítulo VII apresenta as principais conclusões e considerações finais, deixando em aberto algumas questões para novas pesquisas, projetos e estudos afins nesse campo de conhecimento.

Os anexos incluem: Acervo documental fotográfico complementar compartilhado pelos participantes da pesquisa, AMAHORTO e fontes complementares pesquisadas (Anexo I), Roteiro de Entrevistas (Anexo II), Termo de consentimento informado (Anexo III) e Certificado de ética (Anexo IV).

1 PROBLEMATIZAÇÃO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 Contexto da Pesquisa

A problemática da negação de direitos de moradores majoritariamente a do Horto Florestal no Bairro do Jardim Botânico na zona sul do Rio de Janeiro é o tema em questão. Buscamos investigar e compreender os sentimentos dos jovens moradores nas lutas cotidianas de sua comunidade, especialmente no que tange à questão da moradia, através de suas interações presenciais e também nas trocas argumentativas em redes sociais. Como se expressam, interagem e reproduzem seus sentimentos de liberdade e cidadania diante de um cenário que poderíamos chamar metaforicamente de “Quilombos Modernos”.

A região conhecida como Horto Florestal existe há séculos; a primeira ocupação do lugar se deu pelos escravos do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, ainda no século XVI (BIZZO, 2005), mais tarde, no período das lutas abolicionistas do final do Império, o local fazia parte da rota de fuga quilombola, quando os negros libertos e fugitivos buscavam as matas para resistir ao sistema e fundar comunidades baseadas em valores libertários e afrodescendentes (SILVA, 2003; CAMPOS, 2004).

É importante ressaltar que, apesar dos registros históricos citados, essa dissertação não problematiza, nem reivindica a questão da legitimação do Horto Florestal como território quilombola. O substantivo “quilombo” faz apenas uma analogia à luta de pretos fugidios em seus territórios de resistência, contra a opressão vigente à época da escravidão. Com efeito, uma das primeiras definições do termo "Quilombo" data de 1740 e vem do Conselho Ultramarino, reportando-se ao rei de Portugal, com os seguintes dizeres: “É toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (GIACOMINI et al., 2000). Outra definição mais recente define como: “situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos {...} utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (IMESP, 1997).

A comunidade do Horto Florestal está localizada nas cercanias do Jardim Botânico, entidade pública fundada por D. João VI em 1808, cuja missão é voltada para a pesquisa e disseminação de conhecimento para a preservação de espécies vegetais, tanto nacionais quanto estrangeiras” (JBRJ, 2008, p. 34), que está no epicentro da problemática que envolve a questão da moradia no local. Atualmente, vivem na comunidade cerca de 2000 moradores, correspondendo, a pouco mais de 600 famílias. Há décadas, a tensão e medo são persistentes no dia-a-dia da comunidade, que convive

com uma sobrecarga emocional derivada de incertezas e proibições no que se refere ao direito de moradia digna. Eu, pessoalmente, tenho gravadas, em minha memória de longo prazo, as palavras de repreensão de minha mãe por alguma briga entre irmãos, ao dizer: “Pelo amor de Deus, se continuar assim, nós vamos parar todos no subúrbio”. A nossa casa era um barracão de madeira tosco, tipo alojamento. Eu, o quarto de cinco filhos do casal, questionava meu pai, funcionário do Estado e manobreiro da Companhia das Águas, hoje CEDAE, o porquê daquela situação e o silêncio era a única resposta. Mais tarde, mais informado, pude perceber que eram proibições legais impostas à condição de moradia pelo próprio Estado-patrão. Não era permitido fazer reformas.

Ainda hoje, persistem marcas emocionais e alguns exemplos de restrições impostas pelas autoridades, bem como de pequenas desobediências civis de parte dos moradores. Entre as restrições incluem-se além da proibição de quaisquer reformas ou benfeitorias nos imóveis, de parte da Fundação Jardim Botânico, por mais necessárias e emergenciais que possam ser, outros débitos à comunidade, seja na mobilidade, saúde e lazer: Senão vejamos: Desativação da linha de ônibus circular 558 (Horto-Lido), que durante décadas atendia a comunidade local e possibilitava o acesso aos demais bairros da orla da zona sul (a partir do Leblon a Ipanema e Copacabana). Essa desativação da linha de ônibus custou o acesso ao principal hospital e posto de saúde mais próximos à comunidade. A área livre utilizada pela comunidade como campo de futebol e local para reunião e comemoração em datas festivas, foi escavada e obstruída com entulho e atualmente serve depósitos e descarte de materiais de diversos usos pelo Jardim Botânico. Esses são alguns dos exemplos que deixam clara a intenção das autoridades em esperar que o tempo cumpra o seu papel de depreciação, não somente do que se refere aos imóveis, quanto à qualidade de vida da comunidade. Entre as pequenas desobediências civis, apesar dos riscos, há histórias contadas de moradores agem como formiguinhas, carregando tijolos e cimento em pequenas porções, e assim vão, aos poucos, fazendo reparos e buscando soluções para manterem seus imóveis com dignidade nos níveis e padrões minimamente aceitáveis de conservação e urbanismo local³. Hoje é prática recorrente entre os moradores em áreas mais próximas ao Jardim Botânico ameaçadas de remoção, a troca de informações, via redes sociais e uso de revezamentos em vigílias, por temor de incursões policiais em cumprimento a mandatos de retiradas de famílias inteiras. Em paralelo, persiste uma campanha de agenda negativa e sistemática de segmentos da grande mídia, cujos interesses subjacentes, na visão da comunidade, fazem parte do problema e não da solução.

³ Hoje, com proibição de reformas, telhados de amianto, um material cancerígeno cuja fabricação é proibida mundialmente, permanecem cobrindo casas.

Como se vê, o Horto Florestal é um espaço urbano privilegiado pela natureza desejado no coração da zona sul do Rio de Janeiro. Tem sido palco de demandas de posse e ampliação territorial, quer seja pela Fundação Jardim Botânico, quer seja pelas ações subjacentes do interesse do capital especulativo imobiliário. Nessa perspectiva evidencia-se, portanto, um cabo de guerra⁴ continuado onde, de um lado, estão a União com as ações para reintegração de posse de terrenos públicos⁵ (em tese considerados dentro dos limites atuais “expandidos” do parque Jardim Botânico), aliada aos interesses do capital especulativo imobiliário, apoiado por segmentos representativos da grande mídia impressa e televisiva e, de outro, uma comunidade com raízes históricas que trava uma luta diária, sem tréguas, à qual tem resistido por gerações, sob alto custo emocional, em defesa da manutenção de seus direitos de moradia, equidade e justiça social. “Se o resultado individual da liberdade não puder demonstrar, de algum modo, que é mais bem-sucedido que outro qualquer, na maioria das situações ele deve ser desprezado” (HAYEK, 1960, p. 85).

De algum modo esse cenário descrito parece insistir em revisitar o passado, quando os sentimentos de liberdade e cidadania do povo brasileiro foram sitiados pela ditadura instaurada no país com o regime militar de 1964. A exemplo do que ocorreu em outras localidades no Brasil, a comunidade do Horto Florestal assistiu, da noite para o dia, a ocupação de locais onde as crianças brincavam e faziam de campo de futebol (capinzal), cujos terrenos foram cercados por arame farpado e transformados em posses particulares dos mais abastados. O medo, o silêncio e o preconceito reinavam absolutos diante do autoritarismo para essa comunidade carente, desassistida e ultrajada socialmente. Não havia redes sociais e Internet.

Hoje, num Brasil plural onde, supostamente, vive-se num regime democrático de direito, o filme se repete nas cores de uma opressão silenciosa e marcada pelos interesses políticos e subjacentes do capital. Como já mencionado, as intervenções policiais, as remoções e ações de derrubada de imóveis têm, sistematicamente, obrigado os moradores a se revezarem em plantões do medo. Há um medo líquido que molda realidades, cria justificativas politicamente corretas e nos remete à já mencionada metáfora de “Quilombos Modernos”.

⁴ Cabo de guerra (português brasileiro) ou jogos da corda ou tração à corda (português europeu) é uma atividade esportiva na qual duas equipes competem entre si em um teste de força, puxando uma corda. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_de_guerra; acessado em: 07-11-2016

⁵ Em 1938 parte das terras do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram concedidas para moradia de seus funcionários por questões de acesso e locomoção ao local na época. A partir da década de 1980, o Jardim Botânico passou a requisitar de volta parte das áreas concedidas, fato gerador de estresse e tensão (JBRJ, 2005).

Hoje temos redes sociais e Internet. Vivemos tempos de inserção da variável mídia social assumida como novo paradigma para expressão no contexto da troca de informação. A Internet, é uma rede de redes aberta, não proprietária, desenvolvida coletivamente, com adesão independente do pagamento de royalties, reconfigurada pela prática e pelas criações de seus usuários avançados, permitiu que seu ritmo de expansão fosse intenso. Além disso, a Internet é um arranjo informacional que possui uma arquitetura, ou seja, protocolos e topologia, favorável à criação contínua de conteúdos, novos formatos e novas tecnologias. (MACIEL; ALBAGLI, 2011, p. 270).

Com efeito, as tecnologias da informação e da comunicação têm possibilitado que os moradores do Horto Florestal, especialmente os mais jovens, compartilhem informações em rede social na luta por seus direitos. Diante desse cenário, a pesquisa psicossocial que desenvolvemos busca investigar, nesse microcosmo social, como os jovens expressam seus sentimentos de liberdade e conduzem a bandeira da resistência; como preservam um legado de gerações passadas em defesa de seus direitos de moradia, há tempos ameaçados pelo Estado e pelo grande capital especulativo imobiliário. De outro olhar, busca-se também aferir se está presente nesse contexto, por parte desses jovens, um estado assumido de letargia, omissão e distanciamento ante as perspectivas da degradação de suas aspirações e negação de seus direitos. Em resumo queremos aferir a existência ou não de níveis de “alienação” (ou na linguagem popular, de um “Não estou nem aí...”) de parte dessa juventude. A alienação é uma das fontes que alimenta a submissão e o convite ao assistencialismo, ambos como promotores de um ciclo vicioso e degenerativo de dependência que, em última análise, reforça a exclusão social (TSUGUMI, 2006). Num quadro de exclusão social, o preconceito e a injustiça corroem a autoestima e nos faz questionar se a liberdade pode ser capaz de coexistir com restrições que afetam os sentimentos que nos habilitam a desfrutá-la.

Dos barões de café aos empresários de condomínios de luxo, os Estados têm atendido as preocupações empresariais das elites, deixando os setores sociais mais básicos (moradia, transporte, saneamento) à revelia. Tais setores não apresentam importância em si para o Estado, só se investe neles quando podem potencializar um projeto, atribuindo eficácia ao modelo econômico adotado. (ABREU et al, 2016, p.1).

Conforme já mencionado, da minha infância à idade adulta fui morador da comunidade do Horto Florestal. Vivi a angústia e peso do fardo do estado continuado de ameaças, tensão e medo. Convivi com essa realidade e, agora decidi tornar-me um pesquisador e assim, buscar retribuir à minha comunidade de origem, com uma reflexão crítica sobre a sua história, seus sofrimentos diante da negação – seja pelo Estado ou pelos colaboradores do grande capital – pelo seu direito à moradia,

agora com bases científicas, com foco na liberdade e na legitimidade para permanecer no local, como herdeira de gerações que a construíram e verdadeiros guardiões da floresta.

Essa dissertação busca, portanto, investigar, como os jovens majoritariamente afrodescendentes da comunidade do Horto Florestal, expressam suas ideias a respeito da ameaça permanente ao direito à moradia, nesses tempos de “ubiquidade”⁶ e redes sociais. A ubiquidade é definida como a propriedade de se estar presente o todo tempo e em todo lugar (HOUAISS & VILLAR, 2004). É a contínua integração das facilidades computacionais à vida diária na qual os computadores são partes integrantes nas compras, vestuário, transporte, entre outros contextos, de modo quase tão natural que se tornariam imperceptíveis para o usuário (WEISER, 1991). São estruturas computacionais fisicamente perceptíveis ou não para seus beneficiários (MOBILEMAN, 2011; ARK & SELKER, 1999; DRYER, EISBACH & ARK, 1999). As redes sociais, por sua vez, representam um fenômeno que tem provocado mudanças significativas no modo que as pessoas interagem em trocas comunicativas em sociedade; seja na perspectiva da expressão individual ou coletiva, atuando, em muitos casos, como um instrumento de pressão sobre os poderes instituídos, o que sinaliza tempos de rupturas (GINDRE, 2016).⁷ Através dessas plataformas digitais como Facebook, Twitter, Orkut, entre outras, são constituídas comunidades virtuais que englobam majoritariamente a expressão de internautas em todo mundo (NIELSEN, 2009).

É, portanto, nesse contexto de ubiquidade e redes sociais e trocas que buscamos aferir como as interações são expressas nas ideias desses jovens. Como afetam seus sentimentos de liberdade e cidadania na comunidade do Horto Florestal. Os impactos sociais da negação da moradia são efetivamente refletidos na expressão desses jovens? Em que medida a imposição de uma agenda ameaçadora, com base nos mais diversificados argumentos impostos à realidade (risco ambiental, preservação de patrimônio da União, e poluição visual, insegurança etc.) seria capaz de justificar o cerceamento da liberdade e o direito de moradia e, por conseguinte, de restrição à cidadania plena de uma comunidade socialmente desfavorecida? Essa problemática social de exclusão é pertinente a uma sociedade brasileira dita democrática e plural? “Vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos

⁶ Medida em que consumidores e as empresas têm acesso digital continuado a serviços e aplicações baseados em tecnologia da informação (IOAN; RALUCA, 2013).

⁷ As manifestações políticas organizadas pela sociedade civil que correram o mundo, como a Revolução Verde, no Irã; a Primavera Árabe; o Movimento à Rasca em Portugal; os Indignados da Espanha; a Revolta da Praça Tahrir, no Egito; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; as mobilizações em defesa do parque Gezi na Turquia; as manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas no Brasil em junho de 2013 são outros exemplos do poder das mídias sociais e da internet na construção de uma vida política ativa.

se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta (BAUMAN, 2003, p. 8-9).

Para Martin Luther King, (1929 -1968)⁸, silenciar não é solução diante dos apelos e vicissitudes impostos por uma realidade adversa, posto que a medida fundamental de um homem não está no modo como ele se posiciona em momentos de conforto e conveniência, porém em como atua em tempos difíceis de desafios e controvérsias. Malcolm X (1925-1965) radicaliza essa visão ao admitir que a mais perigosa criação no mundo, em qualquer sociedade, é um homem sem nada a perder. Para Chauí (2000) ser responsável “é reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas” (p. 434).

Face aos argumentos e pressupostos apresentados diante dessa realidade, esperamos que as análises e conclusões obtidas nessa pesquisa possam ser utilizadas, não somente para se constatar o fenômeno recorrente vivenciado pela comunidade do bairro do Horto Florestal, como também contribuir para a elaboração de políticas públicas que promovam ações afirmativas, onde a igualdade, a democracia, a ética e a justiça prevaleçam como elementos essenciais à preservação e o respeito aos direitos de dignidade e cidadania.

⁸ Pastor americano líder negro em prol da luta contra a discriminação racial e igualdade de direitos dos negros nos EUA. Foi assassinado em 1968.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Pesquisar a questão da moradia na perspectiva psicossocial, sob a ótica de jovens moradores em tempos de redes sociais, ubiquidade e Internet, nos permite focar sentimentos através da expressão democrática de minorias, e reafirmar a nossa convicção de que esse tema merece ser estudado. Diversos trabalhos foram pesquisados nessa revisão e nos permitiram refletir sobre a problemática da exclusão e da luta por direitos no contexto da moradia quando forças oponentes estão em jogo. Partimos da discussão de questões referentes à Cidadania, Liberdade e Moradia, evoluímos pelos Conflitos pela Moradia e Direitos Legais, Padrões Urbanos, Favelas e a Comunidade do Horto Florestal até convergir para Juventude, Redes Sociais, Moradia e Sentimento de Liberdade. Posteriormente, no capítulo referente à discussão, faremos confrontações com base nas dimensões comunicativa (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017) e do impacto social (BAUMAN, 2001; 2003; 2007; 2008; 1989) dessas questões diante dos resultados obtidos na pesquisa que efetuamos.

2.1 Cidadania, liberdade e moradia

O conceito de cidadania tem origem na Grécia antiga (século VIII a.C.), onde a *polis* era uma cidade autônoma governada por uma Assembleia de Cidadãos (*poetai*). Apenas aos cidadãos gregos livres e senhores de si era dado o direito de participar das assembleias e assim decidir sobre os destinos político, cultural e econômico da *polis*. A participação e a capacidade de influenciar os destinos da cidade excluía, no entanto, escravos, mulheres, e crianças e estrangeiros. A *polis* dependia exclusivamente dos cidadãos (JAGGER, 1998). “A cidadania representa, em essência, o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, que faz convergir e disciplinar as ações de uma sociedade no uso desses direitos” (COVRE, 1991; p. 11). “A lei nunca fez os homens sequer um pouco mais justos; e o respeito reverente pela lei tem levado até mesmo os bem intencionados, a agir quotidianamente como mensageiros da injustiça” (THOREAU, 2001; p.6). Na vida em sociedade, as leis são instrumentos que regulam o cotidiano em sociedade e visam a garantia do direito dos cidadãos de exercitarem a sua liberdade com responsabilidade. Quando esse direito cidadão é ultrajado por delitos ou crimes em seus diversos graus e tipicidades definidos pela legislação, no julgamento das ações, penas são aplicadas pela justiça. Fazer “justiça” é, portanto, prerrogativa exclusiva do Estado, com a finalidade de, no âmbito individual, obrigar o causador do dano à reposição do desfalque ou, no âmbito coletivo, criar mecanismos para equilibrar a

competição social. Via de regra, numa visão mais ampla, representa uma indenização no sentido de preservar a sociedade de quem comete um ato ilegal (SEBASTIÃO, 2005).

O conceito de liberdade tem seu princípio maior na luta pela igualdade perante a lei (HAYEK, 1960). Essa igualdade, sob as leis estabelecidas pelo Estado, deve basear-se num conjunto de regras que os membros da sociedade devem obedecer, voluntariamente, na relação uns com os outros. As regras de conduta moral e social representam o que Hayek (1960) define como sendo o espírito democrático, talvez o princípio que mais contribua para redução de desigualdades, posto que “Se o resultado individual da liberdade não puder demonstrar, de algum modo, que é mais bem sucedido que outro, na maioria das situações, deve ser desprezado” (HAYEK, 1960, p. 85). Na construção filosófica de Kant (1724-1804), o princípio da liberdade deriva do conceito moral num campo cujo componente fundamental é a ideia de justiça (SOUZA; LIMA, 2015). A ação moral, conforme definida por Kant (1997) implica que: “para possuir seu valor, depende unicamente do princípio formal do querer, pois dele retira-se tudo aquilo de material que pudesse servir como propósito a ser atingido. O dever, por conseguinte, é concebido como —a necessidade de uma ação por respeito à lei (p. 31). Rachels (2013) também nos oferece uma reflexão sobre o sentimento de liberdade ao expor a nossa atitude de isenção perante os fatos, questionando a omissão ante a circunstâncias adversas, as quais exigem de cada um de nós um posicionamento crítico, que denomina ser obrigação moral:

As obrigações morais, em contraste, não dependem de desejos particulares. A forma de uma obrigação moral não é “se você quiser isto e aquilo, então você deverá fazer tal e tal coisa”. Em vez disso, os requerimentos morais são categóricos: eles têm a forma “você deve fazer tal e tal coisa, ponto”. A regra moral não é, por exemplo, que você deve ajudar as pessoas se você se importa com elas ou se você quer ser uma boa pessoa. Em vez disso, a regra é que você deve ajudar as pessoas não interessando quais sejam os seus desejos. Por isso, não se pode escapar das obrigações morais simplesmente dizendo: “Mas eu não me importo com isso” (p. 131).

Nessa perspectiva, os autores Leite (2009) e Leite e colaboradores (2008) nos remetem a uma reflexão acerca da liberdade. Tomemos como exemplo a problemática dos marginalizados meninos de rua do Rio de Janeiro quanto ao sentimento de liberdade desses jovens “como forma de sobrevivência psicossocial, como saúde mental, como conquista de um reconhecimento que lhe tem sido negado” (LEITE, 1999, p.4). Essa realidade nos projeta no cenário de letra e música do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, guardado na memória de toda uma geração de brasileiros:

No sinal fechado. Ele vende chiclete. Capricha na flanela.
E se chama Pelé. Pinta na janela. Batalha algum trocado. [...]
Dobra a Carioca, olerê, desce a Frei Caneca, olará.
Se manda pra Tijuca.
Sobe o Borel” (Buarque, 1998).

O conceito de moradia, segundo Bachelard (1989), é uma entidade que permite a construção de imagens num espaço fraternal de ações, expectativas e lembranças. Segundo o autor, o maior ganho de uma condição de moradia é o de desfrutar da possibilidade da proteção e, diante dessa condição, o indivíduo e seus residentes serem capazes de dormir e sonhar em paz. “A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa”(BACHELARD, 1989, p. 27).

No Brasil, essa condição, expressa na citação acima, tende à utopia. A questão da moradia tem-se caracterizado como um débito continuado de governantes, especialmente imposto às classes sociais menos favorecidas (ROLNIK, 2015). A negação da liberdade a comunidades carentes se expressa pelo entendimento da pobreza, não apenas como uma condição de baixo nível de renda, porém como um estado de privação de liberdade ou de liberdade de escolha (SANTOS, 2009). A negação de propriedade pelo Estado, traduz-se como prática de expropriação da dignidade da pessoa (ROLNIK, 2015); quando, em cenários dessa natureza, os direitos básicos de cidadania de uma comunidade são negligenciados, a liberdade estará em risco (BAUMAN, 2003). A negação de direitos tem sido fator persistente associado ao drama da ameaça de remoções, tendo em vista interesses de reintegração de posse de terrenos públicos por parte da União e do capital especulativo imobiliário. Face ao exposto, assume-se que a liberdade de ir (destino) e vir (origem) depende da existência de um ponto central na perspectiva individual, que é a moradia.

A finalidade institucional do Estado está em garantir a felicidade dos indivíduos, ao dar-lhes as condições necessárias para preservar a sua liberdade, bem como evitar que essa, por sua vez, contraponha-se à dos outros (RIBEIRO; RIBEIRO, 2012). O problema torna-se ainda mais complexo quando o próprio Estado, paradoxalmente, intervém, negando direitos ao cidadão que, na maioria das situações, pertence a uma classe socialmente desfavorecida. O modelo do Estado liberal, amplamente vigente no mundo de hoje, não tem sido capaz de garantir a pluralidade de direitos à cidadania, particularmente no que se refere às diferenças (HABERMAS, 1997). Notadamente no Brasil, onde ordenamentos jurídicos encontram múltiplos caminhos alternativos que levam ao descumprimento ou contorno da lei⁹, seja por razões de complexidade, ineficácia ou conveniência. O fato é que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido pródiga na proteção de direitos, garantias e liberdades individuais, verifica-se que o gozo e fruição dos direitos humanos fundamentais são negados a milhares de cidadãos pelas vias das várias formas de violência

⁹ Referência as s famosas leis “que não pegam” (como é o caso daquelas que dispõem sobre a proteção da infância), até à omissão, os relacionados com a questão da moradia não são exceções à regra.

praticadas na sociedade “ (RIBEIRO; RIBEIRO, 2012, p. 394). Essa situação é atestada por Oliveira (2014) quando afirma:

O Brasil é um país cheio de contrastes e muito desigual. Somos a sétima economia do mundo, classificação com base no Produto Interno Bruto – PIB, e ocupamos a 85ª posição entre 187 países de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, ranking das Nações Unidas, que considera três variáveis para sua construção: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. (p. 1).

No livro “Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil” os organizadores (ABREU; PEREIRA, 2011) oferecem um registro histórico das idiossincrasias do Estado brasileiro opressor na questão da moradia em comunidades socialmente desfavorecidas. A partir do estudo desses autores (2011), escolhemos, a título de exemplo inicial, um relato de exclusão traduzido nas cores da negação autocrática de direitos à moradia, organizado a partir de uma pesquisa coordenada pelo antropólogo José Maurício Arruti (2006), quando a Ilha da Marambaia, um centro de tráfico de escravos, foi transformada em 1831 em porto particular clandestino para seu desembarque. Ao longo de quase dois séculos, os encarregados da guarda da ilha, ou “zeladores”, tornaram-se personagens principais dos primeiros conflitos dos ilhéus em torno da posse da terra, das liberdades individuais e do direito de moradia. A ocupação histórica foi colocada em questão pela União Federal, por meio da Marinha, ao entrar com diversas ações judiciais de reintegração de posse, alegando que os moradores contribuía para a deterioração do território e eram os grandes responsáveis por alterar as construções originais da ilha. Uma comunidade de “pretos” remanescente de quilombos teve o seu direito à cidadania negado pelo próprio Estado, e foi literalmente expurgada, “em nome da lei”, numa flagrante violação da sua liberdade. A nossa pesquisa pretende, a exemplo dessa história, contar outra, que pouca gente conhece, mas que apresenta inúmeras convergências. Antes, no entanto, cabem outras discussões, que apresentamos nas seções seguintes.

Silva (2011) discute o processo de territorialização quilombola e a resistência dessas comunidades através da reinvenção de uma identidade política. Os seus direitos são traduzidos por uma memória de cultura e tradições negras preservadas como meio de defesa da comunidade. De acordo com a autora, via de regra, quando um grupo se organiza no sentido de territorializar-se, lhe está sendo negado o direito de dispor do lugar que lhe havia sido destinado numa dada circunstância, numa perspectiva espaço-temporal. Em consequência, o grupo resiste, dada a condição de ser colocado em situação marginal, quer seja por pressão sistemática de interesses especulativos financeiros, quer seja pela ação indutora do poder público, lhes impondo restrições e limites em seus próprios territórios quilombolas. O estudo de Silva (2011) tem base nos relatos orais dos moradores dessas comunidades quilombolas. A autora buscou compreender os pressupostos

existentes entre memória, território e identidade quilombola na reafirmação dos direitos dessas comunidades, concluindo que os conflitos que envolvem as comunidades quilombolas não são aleatórios, merecendo tratamento isolado. Pelo contrário, suas questões devem ser tratadas num processo de planejamento adequado como parte de um conjunto de variáveis que possibilitem um adequado planejamento público.

2.2 Conflitos pela moradia e direitos legais

A falta de moradia significa a negação de uma vida com dignidade (DIAS, 2011). À luz do momento atual, constata-se falência dos programas habitacionais no Brasil pelo alto nível do déficit habitacional (que vem de várias décadas), afetando mais fortemente os segmentos mais pobres da população. Tal insucesso revela a inadequação das soluções para enfrentamento dos problemas (BONDUKI, 2008). Com efeito, a História de conflitos à brasileira data do descobrimento. Vem do tempo das possessões das capitanias hereditárias, passando pela causa indígena, terras quilombolas produto da escravidão, até o momento dos sem-terra nos dias atuais, para citar apenas alguns exemplos da cronologia dessa reincidente problemática social. As capitanias hereditárias foram terras doadas pelo rei de Portugal a donatários portugueses, dando origem ao fatiamento do litoral brasileiro até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. A partir da extensão desses limites com a saga expansionista dos bandeirantes em busca de riquezas naturais, ocorreram conflitos com nossos países vizinhos, acirrando disputas e ações diplomáticas nas questões relativas à posse de territórios. A causa indígena registra a expulsão de milhares de povos nativos de seu habitat, levando ao definhamento e ao extermínio de culturas e civilizações inteiras. Hoje, como ecos desse passado, restam povos indígenas sitiados em reservas. Ainda assim, seus territórios são disputados nos dias atuais pelo seu potencial atrativo, como bem de capital especulativo para indústria agropecuária e de extração mineral. As terras quilombolas, por sua vez, são testemunhos da noite da escravidão. São territórios ainda hoje disputados e negados, conforme noticiário e pesquisas de fontes acadêmicas fidedignas sobre o tema moradia. Como se pode observar, os conflitos pela posse da terra – sejam no campo ou na cidade, ou em ambos os espaços – se propagam no tempo diante da omissão de governantes e das ações coercitivas e violentas no que diz respeito à problemática de uso e posse de terras no Brasil.

A comunidade de Mocambo, localizada em Porto da Folha (SE), à beira do São Francisco, é outro exemplo que nos impõe essas questões. Mocambo possui 150 famílias negras, distribuídas em um vilarejo de uma única rua, cujas terras de trabalho, que ocupam há várias gerações, entram em litígio em 1992. A família que se diz proprietária inicia, então, uma ação de despejo e as famílias de Mocambo passam a ser submetidas a sucessivas expulsões,

várias vezes operadas por força armada conjunta de jagunços e soldados da delegacia de Porto da Folha, além de serem assediadas constantemente por pistoleiros. Em consequência disso, em 1994, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), respaldada no "Artigo 68", entra com um pedido de reconhecimento daquelas terras como terras tradicionais de remanescentes de quilombos (ARRUTI, 1997, p. 15).

O documento “Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos”, negociado pela ONU (1992), trata no artigo 11, parágrafo 1, das premissas da dignidade da pessoa humana. Esse documento, pela primeira vez, insere o termo "moradia adequada", ao reconhecê-la como parte do direito de toda pessoa a um nível apropriado de vida para si e sua família. A propósito, a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ONU, 1948) já havia registrado o tema “moradia” no seu artigo 17, itens 1 e 2, onde se lê: “Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros” e “Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade” (p. 4).

No Brasil, a moradia é um direito reconhecido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. De acordo com o relatório da Anistia Internacional (2013) sobre os direitos humanos no Brasil, um elemento-chave é o direito de todas as pessoas estarem livres da violência. O direito à moradia, tal como estabelecido na Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional n. 26/2000, inserida no artigo sexto, que trata dos direitos sociais, ou seja, aqueles considerados imprescindíveis para o exercício pleno da cidadania. O artigo envolve não só a faculdade de ocupar uma habitação, mas de que a moradia deve ter condições adequadas que preservem o princípio fundamental da dignidade humana. Em função disso, um relatório referente a uma pesquisa legal sobre o direito à terra de comunidades quilombolas de Sundfield e colegas (2002), propõe uma discussão sobre a eficácia das normas constitucionais produzidas desde a promulgação da Constituição de 1988 e o papel do Estado. O método utilizado na pesquisa foi o documental, onde os autores buscaram extrair o máximo de eficácia das normas constitucionais sob exame. As principais conclusões dão conta de que a Constituição de 1988 revelou a disposição do legislador constituinte em atender simultaneamente reivindicações de diferentes grupos de interesse (econômico, social e político), não entanto, notam os autores, ela não zelou pelo rigor em sua sistematização.

Outros dispositivos legais e normas relevantes que regem o tema da moradia e remoções forçadas no contexto urbano, tais como o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 2001), a Lei n. 11.124 de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e a Lei Orgânica Municipal do Rio de Janeiro, artigo 429. No entanto, o relatório da Anistia Internacional (2017) registra alguns exemplos localizados que demonstram que a problemática de negação de princípios, no que se refere à moradia e à remoção violenta, é recorrente no Brasil. De acordo o SITE Anistia

Internacional (2017) “Uma remoção forçada é a remoção de pessoas – contra sua vontade – das casas ou terras que ocupam sem a provisão ou a garantia do acesso ao devido processo e salvaguardas legais. De acordo com a legislação internacional, as remoções só podem acontecer como um último recurso, quando todas as outras alternativas já foram esgotadas e apenas se as devidas salvaguardas legais estiverem implementadas. Estas incluem consultar as pessoas impactadas, notificação com antecedência suficiente, provisão de moradia alternativa adequada e compensação por todas as perdas, acesso a assessoria jurídica e recursos legais quando necessário. As autoridades devem garantir que ninguém fique desabrigado ou vulnerável a outras violações de direitos humanos como consequência de uma remoção. A moradia adequada é um direito humano e inclui o direito de todo o ser humano viver em um lugar com segurança, paz e dignidade, e de estar protegido de remoções forçadas” (p.1).

Os parágrafos a seguir relacionam alguns exemplos envolvendo Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, com registros de remoções forçadas e ameaçadas à moradia que, de algum modo, traduzem a negação de um direito reconhecido no artigo 6º da Constituição Federal:

PERNANBUCO - LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – RECIFE - O Loteamento São Francisco está situado em Camaragibe e é composto majoritariamente por casas térreas e casas com primeiro andar. Possui 144.466 habitantes e uma área de 51,257 quilômetros quadrados que está dentro da Região Metropolitana do Recife (IBGE, 2010). A maioria de suas casas, para não dizer todas, foram derrubadas pelas obras de acesso à Arena (Ramal da Copa e corredor BRT Leste Oeste) e de ampliação do terminal integrado de Camaragibe. [...] não houve planejamento eficiente de relocação dos moradores, pois nenhum projeto habitacional, nem nenhuma doação de terreno exequíveis para esta população foi prevista. No Loteamento São Francisco, foi evidente a falta de acesso à informação das pessoas que foram ‘atingidas’. Sem uma transparência sobre intenções e probabilidades de intervenções concretas de uma obra ‘inusitada’ que foi consequência de um evento anunciado como ‘a se realizar’ com sete anos de antecedência, houve uma tensão gerada pela notícia que chegou aos moradores de que teriam que deixar suas casas em poucos meses. (SCOTT; MOURA, 2014 P.109-110).

SÃO PAULO - PINHEIRINHO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, NO ESTADO DE SÃO PAULO - Em janeiro de 2012, por exemplo, cerca de 6.000 pessoas foram removidas de suas casas no bairro de Pinheirinho em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, local onde os moradores tinham se estabelecido desde 2004. A evacuação ocorreu à revelia de um processo de negociação com o governo federal. Durante a operação de desocupação foram utilizados, pela polícia, cães, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Os moradores não foram notificados da intervenção policial e não houve tempo para retirada de seus pertences. Sem soluções alternativas de moradia por parte das autoridades, os desalojados foram condenados a buscar assentamentos em outros locais, considerados no referido relatório, como tendo, em geral, condições irregulares e insalubres. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 13)

SÃO PAULO - FAVELA HUMAITÁ NA CIDADE DE SÃO PAULO - Em julho de 2012, cerca de 400 pessoas ficaram desabrigadas por um incêndio na favela Humaitá. No mesmo período, moradores da favela do Moinho queixaram-se de serem impedidos pela polícia de reconstruir suas casas, após um incêndio que destruiu várias residências na comunidade.

Em setembro, 1.100 pessoas ficaram desabrigadas quando a favela conhecida como o Morro do Piolho pegou fogo. Em novembro, por volta de 600 moradores perderam suas casas em um incêndio que destruiu a favela de Aracati. Segundo a Anistia Internacional (2013), um inquérito parlamentar, ainda em andamento, foi instaurado com o objetivo de investigar a alta incidência de incêndios concentrados em um grande número de favelas em São Paulo, nas proximidades de bairros nobres. Situações dessa natureza ocorrem há décadas, e continuaram a acontecer, mesmo depois da publicação desse relatório, demonstrando a reprodução da injustiça: "Estamos presos em uma rede inexpugnável de mutualidade na vertente de nosso destino onde tudo o que afeta a um afeta diretamente a todos os demais indiretamente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 13)

RIO DE JANEIRO - FAVELA METRÔ MANGUEIRA – RIO DE JANEIRO - A Prefeitura do Rio utiliza diversos argumentos para justificar as remoções. Entre eles está o de que alguns moradores de favelas estariam em áreas de risco”. [...] Dentro do contexto dos megaeventos, a realização de obras de intervenção urbana foi a principal justificativa para remoções. Isso é perceptível em casos emblemáticos como o da Favela Metrô Mangueira, removida por estar a menos de um quilômetro do Estádio do Maracanã, com a justificativa de fazer do local um estacionamento projeto nunca apresentado oficialmente pela Prefeitura do Rio. 23moradia moradia Além da proximidade de locais dos Jogos, outro motivo muito usado pela prefeitura para a remoção é a abertura de vias de transporte, conforme denúncia o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. (FICHINO et al, 2016, p.21).

RIO DE JANEIRO - VILA UNIÃO DE CURICICA, NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO – Entre 2010 e 2011, a construção da Transoeste removeu cerca de 500 famílias em três comunidades – Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II: • as remoções começaram dias antes do Natal e algumas casas foram demolidas à noite. Alguns moradores tiveram que deixar suas casas no mesmo dia. Outros receberam uma notificação dando apenas 10 dias para sair. • O reassentamento foi feito em áreas muito distantes, como Campo Grande. • as indenizações oferecidas foram muito baixas – algumas de R\$ 8 mil. Com esse valor, não é possível conseguir outra casa nem em uma comunidade na região, forçando o morador a ir para áreas mais distantes e a permanecer na informalidade. • alguns moradores até hoje não receberam nada. Parte da área da Vila Recreio II e da Vila Harmonia não foi utilizada pela Transoeste. (FICHINO et al, 2016, p.23).

RIO DE JANEIRO - MORRO DA PROVIDÊNCIA - é a primeira favela do Brasil; são cerca de 650 famílias ameaçadas de remoção. Desse total 196 famílias já foram removidas, destas 136 estão recebendo aluguel social, enquanto esperam reassentamento em apartamentos prometidos pela Prefeitura – que deveriam ter ficado prontos no início de 2012, mas ainda não foram entregues. A maior parte nem começou a ser construído. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 13)

RIO DE JANEIRO - VILA AUTÓDROMO - Toda a comunidade, com cerca de 600 famílias, está ameaçada de remoção. Há 20 anos sofrem ameaças de remoção, a 1ª tentativa foi em 1993. Diversos argumentos foram usados ao longo dos anos para justificar a remoção. Os mais recentes são relacionados às Olimpíadas, mas não há um projeto claro que mostre que é necessário remover a comunidade. (FICHINO et al, 2016, p.26).

RIO DE JANEIRO - COMUNIDADES DA RESTINGA, VILA HARMONIA E VILA RECREIO II, LOCALIZADAS NO BAIRRO DO RECREIO DOS BANDEIRANTES, NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO - em razão dessa construção a TRANSOESTE Prefeitura deu início à remoção das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II, localizadas no bairro do Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Somadas, possuíam quase quinhentas famílias e já estavam instaladas nos locais há décadas. No caso da Restinga, por exemplo, em 2010 os moradores receberam notificações da Prefeitura comunicando que seria dado início à implantação da Transoeste, e que tinham o prazo de cinco dias para desocupar o local. As casas residenciais tiveram direito a indenizações irrisórias, que cobriam apenas o custo do material de construção (sem avaliar o valor do terreno). Na época, os estabelecimentos comerciais foram derrubados sem nenhum tipo de ressarcimento. No processo de remoção, a administração municipal

adotou práticas para amedrontar os moradores. Agentes estatais passaram a realizar visitas frequentes às comunidades, ameaçando realizar remoções sem qualquer indenização, caso não aceitassem os termos apresentados pela prefeitura. Além disso, as casas eram marcadas a sigla SMH (de Secretaria Municipal de Habitação). As que recebiam a marca estavam condenadas à destruição pela prefeitura. Estas práticas foram adotadas na Vila Recreio II e na Vila Harmonia, por exemplo, como mostra o documento “Denúncia sobre remoções forçadas na cidade do Rio de Janeiro”, do Conselho Popular. (FICHINO et al, 2016, p.22).

2.3 Origem e quadro atual das favelas no Rio de Janeiro

O problema da moradia na cidade do Rio de Janeiro nasce com a chegada dos primeiros escravos ao porto do Rio de Janeiro¹⁰. Milhares de negros abduzidos tiveram seus destinos selados pelo infortúnio. Tidos como sub-raça, vieram trabalhar nas fazendas, na agricultura, nas minas e em serviços domésticos como abanadores, amas de leite, carregadores etc., atividades que exigiam força muscular. Devido às péssimas condições de tratamento, não raro fugiam para as matas em desesperada defesa da própria existência (FIABANI, 2007). Mais tarde, recém libertos da escravatura, muitos foram expulsos das fazendas e entregues à própria sorte, formando os primeiros núcleos residenciais precursores das favelas. Ocupavam espaços menos nobres das cidades que eram, para essa população, a última opção de território, de uma moradia digna (VAZ, 1994). Esse processo de “favelização” caracterizou-se pelo uso desorganizado de terrenos em morros e colinas sem interesse comercial para os padrões urbanos da época. “[...] esses territórios antes ignorados, e sem valor comercial, tornaram-se mercadorias de valor econômico atraente e cobiçável pelo capital imobiliário especulativo” (VAZ, 1994, p. 581). Com efeito, os pobres e desassistidos nelas residentes, e suas gerações, buscavam incessantemente novos espaços para assentamento de suas famílias e continuaram a ser vistos como transgressores, a despeito da legislação posteriormente criada. Essa contestação da legitimação do direito de moradia de comunidades se mantém, na maioria dos casos, até hoje.

Por volta de 1920 o contingente populacional de favelados no Rio de Janeiro já totalizava mais de 100 mil habitantes. A palavra favela nesse momento histórico caracterizou-se como “todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público” (ABREU, 1994, *apud* SILVA; BARBOSA et al, 2005, p. 32).

O crescimento urbano resultou na proliferação de áreas miseráveis nas periferias das cidades, caracterizando-as como fábricas de exclusão social. Parcelas da população, até as com vínculo

¹⁰ A cidade do Rio de Janeiro foi uma das que mais recebeu e utilizou mão de obra escrava negra africana no período da colonização.

empregatício, acabaram por optar em morar em áreas irregulares, em péssimo estado, ou invadidas (ALVES, 2003). Essa negação à legitimação do direito de moradia de comunidades não é de hoje.

O Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas, identificadas pelo Censo, espalhadas por todo país. Houve um aumento de 22,5% desde o Censo de 1991, que apresentava 3.124. Este aumento já é altamente alarmante, em termos percentuais. Contudo, cabe ressaltar que ele fica ainda mais espantoso se for considerado que muitas das favelas já existentes, desde o Censo de 1991, se depararam com um aumento demográfico interno, seja através da formação de novas construções, da ampliação familiar ou da transformação de barracos em cortiços (BONDUKI, 2008; p. 88).

Segundo Fichino e colegas (2016) o maior processo de remoções da história do Rio de Janeiro) tem seu início na preparação dos jogos Panamericanos (2007). “Em 2009, quando a cidade foi anunciada como sede das Olimpíadas, o processo se intensificou. Apenas entre 2009 e 2015, 77.206 pessoas foram removidas de suas casas pela Prefeitura, segundo os dados da própria administração pública. As remoções seguem um padrão claro de expulsão de negros e pobres de áreas que passam por grandes valorizações imobiliárias e também estão incluídas nos projetos dos megaeventos. No livro “SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico” (Mórula Editorial), o arquiteto e pesquisador da UFRJ Lucas Faulhaber e a jornalista e pesquisadora da Justiça Global Lena Azevedo mostram em mapa como as remoções levaram moradores de áreas com melhor infraestrutura e mais valorizadas para regiões periféricas [...] foram milhares de casas destruídas em uma cidade que tem um déficit habitacional de 220.774 unidades, segundo dados da Fundação João Pinheiro”. (p. 21). Outro exemplo baseado em fato histórico que caracteriza a desatenção das autoridades com a questão das políticas de moradia relativamente às classes menos favorecidas no Brasil, vem da construção da capita Brasília. De acordo com dados IBGE (1959) para lá acorreram trabalhadores vindos das mais diversificadas regiões do Brasil, sendo os contingentes, devido à proximidade, dos estados de Minas Gerais (20,3%) e Bahia (13,5%). Essa migração intensificou-se os anos 1951 a 1954. A expansão cresceu de tal forma que hoje em dia, vista do alto nos aviões de carreira, percebe-se o perfil arquitetônico da cidade, com o famoso corpo do avião com cauda e asas norte e sul, rodeado, anarquicamente, por construções de populações de baixa renda.

Uma vez concluída e inaugurada a obra, os alojamentos foram destruídos, e os trabalhadores estabeleceram-se em favelas nos arredores da cidade. Vindos de todos os cantos do país, num movimento semelhante à corrida do ouro na Califórnia e no Alasca, tornaram-se autênticos heróis, foram logo conquistados por esse espírito de luta e de solidariedade e os empreiteiros das obras aderiram ao ritmo fabril de trabalho, atendendo às exigências de prazos, esforços que permitiriam, por exemplo, a construção do Palácio da Alvorada em doze meses [...]. (Vesentini, 1986, p. 111-112).

Dados do censo do IBGE, publicado em 2010, dão conta de que a população brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza, em localidades carentes e periferias favelizadas, alcançou números na ordem de 11.425.644 indivíduos. Observou-se ainda que as maiores concentrações de favelas estavam nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Guarulhos e Curitiba. O total estimado de população brasileira na condição de sem teto ou excluídas de moradia alcançou 1,8 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 1% segundo dados do IBGE (2010). Os números hoje devem ser muito maiores.

2.4 O Direito à Cidade versus os interesses do capital

2.4.1 O direito à cidade

O Brasil é um país que tem, sistematicamente, negado a sua própria identidade e, não raro, evocado situações de exclusão e desigualdade sob as mais latentes e veladas formas de expressão (ARZABE, 2011; BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2010; PIRES, 2013; SANTOS, 2009; SILVA, 2011; MOSSAB, 2008). “Em contexto de alta desigualdade econômica e social, como é o caso do Brasil, geram-se dúvidas quanto à possibilidade de as políticas sociais exercerem sua inerente capacidade redistributiva” (JOVCHELOVITCH; WERTHEIN, 2003, P.180). Com efeito, essa desigualdade tem sido sustentada em profundidade por meio de estruturas sociais e culturais, apesar de esforços recentes de políticas governamentais inclusivas que buscaram diminuí-las, notadamente no que diz respeito à moradia (BAENINGER, 2010). Segundo Rolnik (2015), a moradia, de bem público, passou a produto de mercado, afetando a população mais pobre. Conforme acentua VAZ (1994): “Com a expansão da infraestrutura e dos serviços urbanos, e a conseqüente valorização e consolidação das áreas residenciais, uma emergente camada social de maior poder aquisitivo passou a demandar esses espaços para novas moradias” (p. 5).

De acordo com dados apresentados no site Anistia Internacional (2017) obtidos junto à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 19.220 famílias já foram removidas desde 2009. Dessas 8.980 receberam apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, 5.955 foram receber aluguel social – ajuda de custo mensal de R\$ 400 e 4.285 aceitaram uma “compra assistida” ou receberam indenizações. Com efeito, nas cronologias da história da moradia na cidade do Rio de Janeiro registram-se remoções de comunidades inteiras, transferidas de zonas nobres e valorizadas para periferias ou “subúrbios” da cidade, sob os mais diversificados argumentos. Com efeito, a palavra “subúrbio” carrega um estereótipo negativo pelo fato de, no início do século XX, o local ser visto

como espaço reservado à segregação do proletariado no perfil da cidade capitalista (FERNANDES, 2011). “O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora”(LEFEBVRE, 2008, p. 34). Um exemplo recente refere-se ao Projeto Porto Maravilha, preparado para transformar a cidade do Rio de Janeiro por ocasião da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Como alguns autores (MENDES; COCCO, 2016) relatam, os imóveis em questão da Rua do Livramento, utilizados por famílias que moravam ali entre cinco e 30 anos, incluindo alguns funcionários do porto, descendentes de escravos, tiveram de ceder à especulação. Conforme registros históricos, as pessoas, de baixa renda, tinham a posse ordeira e pacífica dos seus imóveis. No entanto, os moradores ficaram sem teto, e os imóveis foram derrubados (MENDES; COCCO, 2016).

A proliferação de loteamentos irregulares, puxadinhos e ocupações informais em espaços físicos ambientalmente frágeis, inclusive em locais protegidos por lei (através de fortes restrições ao uso e, frequentemente, desconsiderados como objeto de interesse do capital imobiliário), refletem a ausência de uma política de moradia digna com solução pragmática para a maioria da população de menor renda nas grandes cidades brasileiras (FERNANDES, 2011). Nas últimas décadas, o produto do descaso das autoridades gerou a ocupação irregular e inadequada ao meio ambiente urbano; enquanto as soluções forem promessas, poderão se tornar palanques para partidos nas eleições (CALDEIRA, 1984).

2.4.2 Os Interesses do capital e as remoções

A remoção é “um processo que gera a despossessão massiva de territórios na criação de pobres urbanos” (ROLNIK, 2015, p. 5). Historicamente o aumento populacional urbano trouxe à tona problemas habitacionais, como a falta de saneamento básico e o aumento dos riscos das doenças causadas pela falta de condições de habitação, desde a precariedade à carência de serviços públicos. Há ainda a insegurança, o medo, os riscos físicos e ambientais, entre outros aspectos, sejam inspirados pela omissão das autoridades ou como produtos subjacentes aos interesses do capital (DUARTE, 2013). Neste ponto, é importante ter-se em perspectiva que, eventualmente, esses riscos possam ocorrer apesar da passagem do tempo. Nem sempre as suas causas são bem esclarecidas, conforme registra Brum (2011) sobre o caso da Favela da Praia do Pinto no Bairro da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro; e Torres e colegas (2003) sobre as da Grande São Paulo. O fato é que estes riscos são, em última análise, indutores para justificativas de ações de remoção, legitimadas

pelas autoridades competentes, por parte do Estado sob a chancela do capital privado (DUARTE, 2013), além de violarem os direitos das comunidades. Conforme cita Piccini (1999):

O poder público e o privado se valiam da precariedade desses espaços de moradia para justificar a remoção dos pobres, quando estes passam a interferir na lógica do Desenvolvimento e do mercado imobiliário da cidade. Fato que se estabelece desde a prática sanitarista, na qual o Estado, no sentido da modernização urbana, expulsou das áreas centrais uma grande parcela da população de baixa renda, objetivando a valorização das áreas ocupadas, direcionando-as para uso da classe social mais bem favorecida financeiramente. (p. 5).

Uma comunidade pode ser definida como resultante de interações sociais dentro de uma área geográfica associada à condição de indivíduos que compartilham objetivos ou normas em comum, “numa batalha urbana contra as forças que operam pelo desenraizamento das pessoas dos territórios onde construíram seus projetos de existência” (ROLNIK, 2015, p. 14). Segundo Black e Hughes (2001), o compartilhamento de ganhos comuns resulta em ganhos de capital social. Putnam (1995) define capital social como “perfis ou características de uma organização social, tais como redes, normas e níveis de confiança que traduzem coordenação e cooperação em benefícios mútuos” (p. 67). Já para Rolnik (2015), os mecanismos de aquisição de terras públicas, assim como o aparato jurídico (ou a sua ausência), que sustentam os processos de expropriação, são profundamente dependentes das relações políticas estabelecidas entre o Estado – que expropria – e os indivíduos ou comunidades – que são expropriados. Eles interferem, portanto, diretamente sobre o capital social e sua relação com o modo de produção capitalista (HARVEY, 2006).

2.5 A comunidade do Horto Florestal

Numa entrevista ao Canal Ibase (2013) o jurista Edésio Fernandes¹³, com a sua autoridade de notório saber, classifica de absurda a intenção de se remover a comunidade do Horto. Segundo o jurista a questão do Horto é antiga; sua comunidade remontando há cerca de dois séculos. Desde o século XVI, pessoas já moravam no local. Em 1960, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, inaugurou a Escola Pública Júlia Kubitschek, visando exatamente a atender a comunidade do Horto. Conta o jurista que era um tempo em que o setor imobiliário não dava tanto valor àquele lugar, tanto que, ironicamente, nos anos 1970, cogitou-se fazer ali um conjunto habitacional do BNH (Banco Nacional de Habitação) para receber pessoas removidas de outras favelas cariocas. De acordo com Edésio Fernandes (2013), com o passar do tempo, instituições

¹³ O professor, advogado e jurista Edésio Fernandes é uma das maiores referências no campo do direito urbanístico no Brasil e no exterior.

como Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a própria direção do Jardim Botânico deram autorizações para que se fizessem moradias na área do Horto. Com efeito, as primeiras famílias ocupantes moradoras do local foram testemunhas oculares, alguns como funcionários, da Fundação do Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, inaugurado por D. João VI nos tempos do Brasil Colonial.

Fernandes (2013) registra que até hoje essa comunidade pode ser avaliada como “urbanisticamente correta” pelo fato de se manter em padrões aceitáveis de crescimento urbano. Em outros termos, não se expandiu de forma anárquica ou aleatória. Paradoxalmente, o Jardim Botânico, instituição empregadora no nascimento da comunidade, contrasta com seu passado de empregador de mão de obra local¹⁴ e vive hoje no epicentro de um de um conflito de propriedade de reintegração de posse de terras reivindicada pela União. A exceção à regra tem um de seus exemplos na comunidade histórica do Horto Florestal. Uma realidade de carências, aparentemente, não se faz presente nessa comunidade. Ainda assim, paradoxalmente, a inquietação da comunidade é a mesma das outras, diante da perspectiva de remoção. Em tese, até que pesquisas provem o contrário, os argumentos que alimentariam essa situação incluem: insegurança, poluição visual e riscos ambientais e ao patrimônio público, entre outros itens defendidos pelos interesses subjacentes à força do capital (MENDES; COCCO, 2016). Estaria essa comunidade pagando o preço da manutenção de uma promessa de sustentabilidade de padrões urbanos? A cobiça e o poder econômico juntos devem selar o destino da comunidade? Será hoje o fato de jamais ter sido uma “favela”¹⁵, um paradoxo que expõe a realidade das intenções subjacentes do capital na sua luta contra direitos sociais? Essas questões de cunho socioeconômico nos conduzem a Habermas (1997), quando afirma que:

Os mercados de bens de capital e de trabalho obedecem a uma lógica própria, independente das intenções dos sujeitos. E, ao lado do poder administrativo, incorporado nas burocracias estatais, o dinheiro tornou-se um médium anônimo da integração social, cuja eficácia não depende das ideias dos participantes. Essa integração sistêmica entra em concorrência com a integração social mediada pela consciência¹⁶ dos atores, ou seja, com a integração que se dá através de valores, normas e entendimento (p. 290).

¹⁴ “A comunidade do Horto, como tantos outros lugares do Brasil, é um local onde os jovens têm tido dificuldades para conseguir seu primeiro emprego. Por outro lado, o fato de ser uma comunidade marcada, majoritariamente, pela baixa renda familiar, a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem significados múltiplos para as famílias” (PEREIRA, 2012, p. 77).

¹⁵ A partir de 2010, o IBGE reconhece em suas publicações os aglomerados subnormais como um recorte territorial específico, assim como em zona urbana e rural. Desde as divulgações de dados via internet, o público em geral passou a associar os aglomerados subnormais às favelas. Segundo a Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro favelas são, portanto, aglomerados subnormais, o que não significa dizer que todas as favelas cariocas sejam consideradas como tal pelo IBGE. Existe inclusive uma distinção no número de domicílios para o IBGE e para o Instituto Pereira Passos.

A condição de ser um bairro caracterizado como “não favelizado”, convivendo com vizinhança ilustre e de grande influência na mídia, tem sido fonte geradora de interesses e incursões do capital imobiliário. A frequência em noticiários jornalísticos acerca de incursões policiais de remoção, ações em curso da fundação Jardim Botânico e a reação da comunidade, são aspectos que reforçam as evidências do grau de interesse e importância sobre a discussão dessa situação. Questionamos se essas partes interessadas buscam legitimar um processo de exclusão apoiado em justificativas “politicamente corretas”. Com efeito, quando o assunto envolve conflitos de moradia, onde estão em jogo interesses econômicos que buscam justificativas na remoção baseados em riscos de marginalidade, crescimento desordenado, más condições de saneamento entre outras mazelas e carências degenerativas da condição social desfavorecida, cabem questões. A saga da Cidade de Deus, glamourizada na ficção¹⁷, é um exemplo claro de questões dessa natureza (MEIRELLES, 2001). Essa ficção geralmente culmina com desfechos produzidos num cenário de guetos ou favelas, como retratos vivos da exploração das carências sociais, uma vez relegadas ao abandono das autoridades. No caso da comunidade do Horto Florestal, o tema da remoção merece ser estudado porque contraria o *status quo*, na medida em que os pressupostos credenciadores de uma remoção nos padrões usualmente aplicados, aparentemente, não se sustentam diante da realidade dos fatos. Longe de estereótipos de marginalidade, vandalismo, e agressão ambiental, a comunidade do Horto Florestal, não se deixou favelizar, mantendo-se ao longo do tempo num processo de autoproteção e de sua natureza com exemplos de guardiões da floresta (RIOONWATCH, 2017). Cabe-nos, portanto, questionar o paradoxo. A comunidade do Horto Florestal não se deixou favelizar, não possui histórico sintomático de registros policiais frequentes de banditismo, insegurança e violência, mas vive sob constante ameaça de remoção que, por hipótese, afeta os sentimentos de liberdade dos moradores e, em especial nesse estudo, da sua juventude.

2.5.1 Comunidade do Horto Florestal: cidadania e liberdade?

Nos dias atuais, cidadania e liberdade são palavras-chave para se questionar e compreender o que se passa com a comunidade histórica do Horto Florestal. Por gerações ela tem lutado pelo

¹⁶ O termo refere-se à “capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e para saber o que sabe que conhece” (CHAUÍ, 2000; p. 147).

¹⁷ “Cidade de Deus” é um filme de ação brasileiro de 2002 produzido por O2 Filmes, Globo Filmes e Videofilmes e distribuído por Lumière Brasil. O filme retrata o crescimento do crime organizado na Cidade de Deus, uma favela que começou a ser construída nos anos 1960, e se tornou um dos lugares mais perigosos do Rio de Janeiro no começo dos anos 1980. Para contar a trajetória deste lugar, o filme narra a vida de diversos personagens e eventos que vão sendo entrelaçados no decorrer da trama, tudo pelo ponto de vista do narrador, Buscapé, um menino que cresceu em um ambiente muito violento, porém, encontra chances de não ser fisgado pela vida do crime.

direito de moradia ante as ameaças de remoção. Mas até quando? Nesse campo de batalha, de um lado estão as forças do capital imobiliário, apoiado por segmentos da grande mídia impressa e televisiva que busca meios para legitimação de seus interesses com foco nos ativos econômicos, num contexto de maximização de retorno de investimentos; de outro está uma comunidade que busca a preservação de direitos de moradia e justiça social.

Para ilustrar a problemática da cidadania e da liberdade no conflito de moradia, gostaríamos de citar o livro “Diário de uma invasora” que, em meados de 2012, foi lançado por uma jovem de 17 anos, aqui com o nome fictício "Flavia", moradora da comunidade. Trata-se de um relato, em retórica simples e direta, acerca das ameaças que a comunidade vem sofrendo nos últimos anos. Segundo a autora, o livro teve sua origem em diálogos com políticos durante a campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2012. Ela afirma: “Fiquei tão indignada que decidi não chorar mais e contar a outra versão dessa história do Horto. [...] “Seria um jeito de dar voz a quem não tem espaço na maioria dos meios de comunicação” [...] “Até de ratos nós somos chamados” (BDF, 2013, p. 1). O relato de Flavia, reproduzido por Rolnik (2015), traduz a problemática da ameaça de remoção:

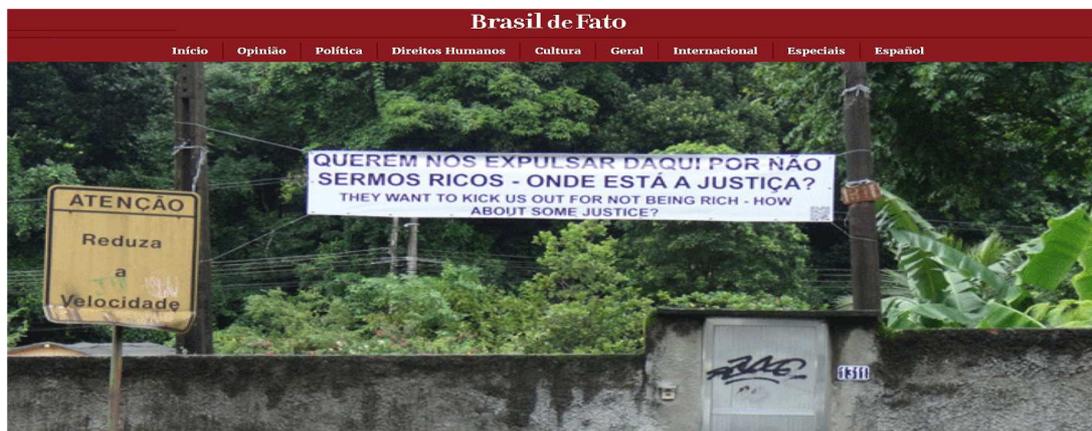
Meu nome é Flavia. Moro no Rio de Janeiro, a cidade mais linda do mundo. Tenho hoje 17 anos, enquanto fecho este diário, e sou uma invasora. [...] eu tinha nove anos na época em que isso aconteceu e estava dentro de casa, a duzentos metros do campo de batalha. Mas dá para contar essa história, repetida nas conversas de varanda por meu tio e meu avô. [...] os soldados atravessaram a trilha íngreme e escorregadia em fila indiana. Eram policiais do batalhão de choque, usavam capacetes, bastões, escudos, tinham bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral e, claro, armas de fogo. A resistência tinha fechado os antigos portões de ferro maciço com correntes e cadeados, feito barricadas com troncos de árvores em todas as entradas [...] ao se aproximarem da entrada os policiais defrontaram com uma parede humana, braço enganchado com braço, fileira atrás de fileira, bloqueando o espaço entre o rio e o barranco. [...] o pelotão entrou em forma e marchou até a barreira, batendo com bastões nos escudos: então como ninguém arredou pé, eles pararam cara a cara com a fileira em frente. Os soldados rosnavam “vai ser Carandiru” [...]. A sua frente umas duzentas pessoas: homens, mulheres, jovens, adultos, velhinhos, velhinhas, brancos, pretos, pardos, nenhuma arma, ninguém ameaçador. Ninguém saindo do lugar. Alguém entoou o hino nacional e todos cantaram.¹⁸ (p. 169-171)

Tais relatos sugerem pressupostos de exclusão e trazem à nossa reflexão o pensamento de Campos (2015; 2017) acerca das experiências que se perpetuam através de narrativas orais, e que permitiram que outros contassem suas histórias, transformando as significações dadas aos objetos do discurso, que as fizeram sobreviver e produzir novos sentidos. Assim, passa de uma história contada pelas gerações anteriores em reuniões de almoço aos domingos, a uma história pulsante,

¹⁸ Embora a tentativa de expulsão até o presente tenha se viabilizado na prática, permanece o estado de tensão das famílias diante da possibilidade de uma quebra no elo supostamente mais fraco da corrente de uma comunidade que habita o Horto Florestal.

latente, de autenticidade de reação e lutas vividas no presente. Como se pode ver na Figura 1, a seguir, os níveis de enfrentamento ou omissão dessa comunidade estão presentes em seu cotidiano:

Figura 1: Faixas foram colocadas em protesto contra a ameaça de remoção¹⁹



Fonte: Blog Brasil de Fato.

2.5.2 Para onde vamos?

Exemplos de violência têm sido debatidos há décadas não somente no Brasil, mas em toda a América Latina. Infelizmente, trata-se de uma das questões mais sérias da atualidade nacional. Eduardo Galeano, célebre jornalista e escritor uruguaio que escreveu o livro "As veias abertas da América Latina", em entrevista gravada em um vídeo postado no Youtube (BENEDETTI, 2017), afirma que "O século XX que nasceu anunciando paz e justiça se foi banhando de sangue, e deixou o mundo muito mais injusto do que o tinha encontrado. O século XXI que também nasceu anunciando paz e justiça está seguindo os passos do século anterior." (Es tiempo de vivir sin miedo, 2011, cena 9,02 minutos) A questão é para onde vamos, e como esse humilde trabalho pode contribuir para uma reflexão que promova o diálogo e a diminuição da violência.

2.6 Juventude, redes, moradia e sentimento de liberdade

2.6.1 Juventude e comunicação em rede

“O conceito de juventude refere-se à fase de vida situada entre a infância e à idade adulta, o espaço de tempo onde o indivíduo adquire habilidades sociais, e assume atribuições, deveres e

¹⁹ Foto de Sheila Jacob – Rio de Janeiro.

responsabilidades que reafirmam a sua identidade na sociedade. É quando as escolhas realizadas promovem forte influência no seu futuro, sendo determinantes para a ampliação ou a limitação da vida adulta. A juventude é, portanto, um conceito indissociável dos aspectos e fatores influenciadores dos contextos sociocultural, político e econômico” (CAMARGO; SIMAS; VENTURA, 2010, p. 16). Além disso, na contemporaneidade que instituiu novas possibilidades de encontros e conexões com o advento da Internet, “Engana-se quem pensa que eles (os jovens) permanecem apenas conectados, por intermédio da rede; eles organizam-se, unem milhões de pessoas em busca de um objetivo comum, com hora e local marcados” (MACHADO, FIDALGO, 2014, p. 8). O espaço virtual constitui-se em ferramenta que proporciona suporte, atuando como espaço de trocas contínuas de experiências e vivências de interesse para todos os envolvidos (CABRAL, 2011). Os jovens cresceram em um mundo onde a presença das tecnologias digitais foi se aprofundando em todos os setores das sociedades e têm necessidade de estar constantemente conectados (CABRAL, 2011; OBLINGER; OBLINGER; LIPPINCOTT, 2005). Seu perfil de relacionamento entre pares é mais seletivo (CABRAL, 2011) e se utilizam mais intensamente de mídias sociais do que as gerações anteriores (DUGGAN; SMITH, 2013). Com efeito, a partir do ano 2000, a massificação das interações sociais, com a utilização de diversas plataformas tecnológicas e mídias digitais tais como Whatsapp, Twitter, Facebook, Instagram e até o fenômeno recente da caça Pokémon, são evidências factuais desse estado permanente de ubiquidade, conectividade e interatividade, onde a mediação tecnológica age através de componentes viabilizadores das trocas e interações em mídias sociais (SANTAELLA, 2004).

A nova geração está conectada 24 horas na rede, seja por meio de computadores, tabletes ou celulares modernos. [...] pela internet (é) que eles falam, divertem, jogam, namoram, socializam e vivem suas utopias e sonhos. [...] também pela rede, que os jovens compartilham suas angústias, e questionam a realidade, o poder vigente, a corrupção, as desigualdades, as injustiças. (MACHADO; FIDALGO, 2014; p. 8)

A relevância das mídias sociais como arma de mobilização para união, cooperação e comprometimento, em torno de uma causa, tem sido ressaltada nos tempos atuais de compartilhamento de informação. As comunidades virtuais se comunicam em tempo real ou atemporal, compartilhando conteúdos digitais, utilizando formas interativas e virtuais que envolvem múltiplos indivíduos na rede, capazes de promover mobilizações (BRETAS, 2000). O papel do sentimento de pertencimento na rede é destacado como forma de sociabilidade (MACIEL; ALBAGLI, 2007).

Esse sentido de pertencimento que a rede de computadores oferece a diversos grupos sociais, particularmente aos jovens e minorias [...] surgiu com a internet, ou se já estava instalada como uma necessidade derivada de uma crise mais geral das formas de “sociabilidade” e sociabilidade tradicionais, vinculada à incerteza, à falta de emprego, à insegurança, ao desmoronamento das utopias, às identidades emergentes e à vida nas grandes cidades. (p. 77)

Essa nova sociabilidade, que inclui interações argumentativas nas mídias sociais, é, portanto, um campo ambiental potencialmente capaz de promover o compartilhamento e a capacidade de dar voz a camadas sociais desfavorecidas, independentemente do status social dos internautas. Os laços humanos são importantes nas relações *online* e irão moldar o futuro da tecnologia (CHATFIELD, 2012): “Ainda é difícil imaginar um mundo em que cada ser vivo tenha a mesma facilidade que a juventude atual para lidar com a tecnologia” (p. 17). Hoje, a sociedade dispõe dos avanços da tecnologia da informação e comunicação (TIC) com impacto nas relações sociais, empresariais e nas instituições (PEREIRA; SILVA, 2010). Nesse novo cenário de comunicação e ubiquidade não é trivial aceitar que a informação possa ser segregada e sequestrada como patrimônio de poucos. Hoje é público e notório que as facilidades da tecnologia com as redes sociais tornam difícil que fatos sociais possam ser encobertos indefinidamente sob o manto da desfaçatez: “As pessoas não gostam de ficar sem graça, você fala a verdade e elas ficam envergonhadas, todo mundo registra tudo e isso é maravilhoso” (BEASLEY, 2017, p. 3)²⁰.

A informação é poder (SWARTZ, 2008), mas há aqueles que querem guardá-la para si. Com efeito, a evolução das tecnologias têm tido um papel fundamental no processo de democratização da informação (KELLY, 1998). Para (MARCUSE, 1969) “a tecnologia inclui conotações políticas porque é idealizada como um “projeto histórico específico” na sociedade industrial” (p. 1). Para esse autor, assume intrinsecamente, por força da racionalidade técnica, a dominação capitalista, pois a produção e a riqueza estão nas mãos de donos do capital (MARCUSE, 1969). A preocupação com a lucratividade, portanto, restringe o “progresso humanitário” com fins emancipatórios (SEVERIANO, 2013). Para Marcuse (1969), o progresso tecnológico não redundou em “progresso humanitário”. A existência de máquinas, computadores, celulares etc. não constituem, *per se*, garantia de liberdade, democracia ou mesmo autonomia. Na perspectiva do seu posicionamento num contexto social, a tecnologia, contrariamente ao consenso geral, deixou de ser um mero instrumento (SEVERIANO, 2013).

²⁰ Joe Beasley é ativista da causa racial nos Estados Unidos da América.

Segundo pesquisas realizadas há alguns anos, o Brasil é o quinto maior país em audiência digital do mundo, seu potencial de mobilizações sociais podendo ser avaliado pelo tempo de uso de internet com as redes sociais (GINDRE, 2016). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) em abril de 2015, registram que a Internet alcançou 85,6 milhões de brasileiros, ou seja, 49,4% da população. Essa pesquisa utilizou uma amostra com usuários acima de 10 anos que possuísem registro de uso em cerca de 3 meses anteriores (GINDRE, 2016).

No que refere à juventude conectada, pesquisa coordenada pela Fundação Telefônica Vivo (2014), com a finalidade de entender oportunidades, transformações e tendências do comportamento jovem na era digital, indicou dados interessantes referentes a jovens entre 18 a 24 anos na Internet no Brasil. Para começar, o maior índice de posse de computador é encontrado no Sudeste com 54,6% e o menor na Região Norte com 35,3% de jovens conectados nessa faixa etária. Analisando a distribuição do acesso à internet, pelo território nacional, expressam-se, ainda, alguns fatores sociais. Por exemplo, a Internet está presente em 97% das famílias da classe A e em 6% das classes D + E; encontra-se em 44% dos lares em centros urbanos e em 10% dos lares de zona rural. De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), as principais razões para a ausência de conexão à internet nos lares brasileiros são que 59,6% não têm computador em casa, 14,1 % não dispõem de renda para contratar o serviço, 8,7 % não têm necessidade ou interesse e 4,3% não sabem usar a internet. O equipamento majoritariamente utilizado para conexão à internet por jovens de todas as classes socioeconômicas é o celular, com a seguinte distribuição: A (86%), B (75%), C (69%) e D (54%). Além disso, o equipamento mais usado para acesso à internet por 42% dos jovens é o celular, ainda que tenha ainda preferência em relação ao computador de mesa pela conveniência da mobilidade e possibilidade de uso e conexão em todos os lugares. No entanto, a pesquisa sugere que que, para os jovens internautas dos estratos economicamente mais desfavoráveis (D e C), por questões de custo, a preferência é por computadores de mesa. Em termo de usos, constatou-se que a distribuição entre os jovens é a seguinte: 37,3% para comunicação, 29,6% em lazer, 28,7% em leitura de jornais e revistas, busca por informações, 28,1% em educação e aprendizado, 8,1% em comércio eletrônico, 8% em Governo eletrônico, e 7% transações financeiras.

2.6.2 As trocas em rede e a questão da moradia na visão dos jovens

A pesquisa da Fundação Telefônica Vivo (2014) revelou também que as atividades realizadas na internet que mais atraem a juventude conectada brasileira são aquelas ligadas à comunicação interpessoal. O cotidiano trafega pela Internet e as redes sociais promovem a integração de grupos de indivíduos que possuem e compartilham relacionamentos de interesses comuns (CHATFIELD, 2012). As mídias sociais são sistemas *online* projetados para viabilizar a interação social a partir do tratamento de dados em diversos formatos para disponibilizar informação. As mídias digitais, por sua vez, são os meios e ferramentas que operacionalizam a comunicação oral e escrita de forma digital como suporte às redes sociais (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2014). O seu uso se expande em escala planetária. O Facebook, por exemplo, superou em 2012 a marca de 750 milhões de pessoas em poucos anos de seu lançamento, as transações diárias em comércio eletrônico superam 60 milhões de pessoas (CHATFIELD, 2012). A cada dia multiplicam-se aplicativos e jogos com soluções inovadoras em Smartphone, tablets e outros dispositivos que confirmam a importância da tecnologia da informação em termos de requisitos de interatividade, conectividade e interoperabilidade nessa era digital (KELLY, 1998). Esses dados estão, certamente, já defasados e os usos hoje devem contar com números exponencialmente bem maiores.

Jovens de 18 a 24 anos estão utilizando mais intensamente as mídias sociais que as gerações passadas (DUGGAN; SMITH, 2013). As mídias sociais têm sido identificadas como veículos significativos na promoção de conexões sociais que mantêm ou expandem as redes sociais existentes (ELLISON; STEINFELD; LAMPE, 2007; JOINSON, 2007). A Internet, certamente, não foi pioneira a ampliar a expressão da juventude, mas a “voz digital” manifesta-se de forma mais ostensiva e coletiva do que antes (BUCKINGHAM, 2008). Essa condição representa uma importante janela de oportunidades para quem pesquisa a cultura jovem na Internet: “É preciso reconhecer que ouvir o que eles têm a dizer na rede sobre as suas experiências [...] produz uma perspectiva valiosa e insubstituível” (p. 114). Na esteira dessa avalanche tecnológica, a afetividade ainda é o bem principal desse território público (BAUMAN, 2001). Sites de redes sociais que combinam blogs, perfis e compartilhamento de fotos e vídeos, podem ser vistos como formas de fazer emergir e, talvez, explorar identidades (BUCKINGHAM, 2008). “É um espaço onde prevalecem dramas pessoais vivenciados, expostos e percebidos” (BAUMAN, 2001, p. 83). Assim, compreende-se porque a principal opção dos jovens são os sites de relacionamento (VENTURA, S; GAMA, 2013). Vão, no entanto, bem além disso. Através das redes sociais, os jovens se organizam e “invadem” o mundo real com pautas de reivindicações em direitos de cidadania nos âmbitos global, regional e local. A Internet é um ambiente ativo como espaço afetivo dos jovens. As redes

tornam-se, portanto, importantes no conjunto de influências que marcam a identidade juvenil (REIS, 2014).

Numa perspectiva global, as mobilizações, predominantemente planejadas por jovens em redes sociais, sinalizam tempos de rupturas (GINDRE, 2016).²¹ Tais mobilizações podem ser avaliadas em termos de impactos e perspectivas de prioridades. Dar respostas com base nos paradigmas passados não funciona mais, muito embora ainda não se tenha soluções para as questões atuais (BAUMAN, 2007). O sociólogo polonês evitou fazer projeções acerca do futuro, pois o considerava algo indefinido. Em síntese, acredita que haja um hiato entre poder e a capacidade de fazer coisas acontecerem, concluindo que a ação pública é a forma que traduz o modo de decidir as coisas politicamente (BAUMAN, 2007).

Numa perspectiva regional, jovens brasileiros organizaram diversas manifestações em grandes cidades do país como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. Há alguns anos, eles ocuparam, por exemplo, o centro da capital gaúcha com as palavras de ordem “ocupar e se indignar”. Montaram barracas, estenderam faixas e cartazes e alternaram discursos pelo fim da miséria, pela preservação do meio ambiente, pela ética na política e contra a corrupção endêmica no Brasil, em movimentos que repercutiram temas globais. Numa perspectiva local, pesquisa (TELLES, 2010) envolvendo 500 jovens entre 18 e 24 anos, moradores de Belo Horizonte (MG), revelou que, em média, 82,4% deles se expressam através de redes sociais, mas descartam a temática política. 44,4% deles consideram-na algo irrelevante. Os pesquisadores (2010) ressaltam que, apesar da existência de ampla oferta de notícias e espaços virtuais sobre temas políticos, esses assuntos, em geral, não fazem parte da agenda de interesses da juventude pesquisada (VENTURA, S; GAMA, 2013). Os jovens reconhecem a importância da política, mas demonstram ignorar os mecanismos presentes na internet para participar efetivamente do contexto político (VENTURA 2013). A superação de desafios está condicionada às exigências práticas e imediatas da vivência num território periférico, marcado por diversas desigualdades (REIS, 2014). Nessa perspectiva local, explica Reis, as incursões dos jovens estão fortemente associadas à aquisição de habilidades e conhecimentos. Seja nas perspectivas de âmbito global, regional ou local, em causas gerais ou específicas, os ecos da voz digital dos jovens têm reverberado, demonstrando que o poder de

²¹ As manifestações políticas organizadas pela sociedade civil que correram o mundo, como a Revolução Verde, no Irã; a Primavera Árabe; o Movimento à Rasca em Portugal; os Indignados da Espanha; a Revolta da Praça Tahrir, no Egito; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; as mobilizações em defesa do parque Gezi na Turquia; as manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas no Brasil em junho de 2013 são outros exemplos do poder das mídias sociais e da internet na construção de uma vida política ativa.

organização e mobilização em redes é uma realidade de contestação e crítica dos tempos atuais. Já Silveira (2014) faz um apelo à organização e engajamento da voz digital, conclamando a juventude à criação de uma democracia interativa ao pedir que os movimentos sociais e tradicionais se juntem aos cyberativistas. O autor entende ser necessária a criação de uma esfera pública interativa, interconectada, que abra espaço adicional à formulação dessas políticas.

2.7 Questões e objetivos da pesquisa

O que pudemos verificar no levantamento bibliográfico que fizemos, reconhecendo seus limites e suas falhas, foi que não existem estudos da natureza que propomos, envolvendo jovens, em sua maioria afrodescendentes, vivendo sob a ameaça de perderem suas moradias, seus sentimentos de cidadania e liberdade, e suas possibilidades de expressarem essas questões através das mídias sociais. É nesse sentido que propomos uma pesquisa que tenha um enfoque social e o objetivo de investigar como jovens moradores, predominantemente afrodescendentes do Horto Florestal, expressam os seus sentimentos de liberdade e cidadania, em tempos de ubiquidade, redes sociais e Internet, diante das ameaças de uma realidade social adversa de negação de direitos de moradia. A nossa hipótese é de que quando esses direitos são ameaçados ou negados, é afetada a maneira como percebem seu bairro, sua cidade, seu mundo, e como estruturam suas ideias através de argumentos expressos no seu cotidiano face à face e através das redes sociais. Em síntese, busca compreender como os sentimentos são percebidos e racionalizados num contexto onde as redes sociais possuem um papel aglutinador de trocas, elemento central para resgatar histórias, criar vínculos, relacionar e compartilhar ideias em um contexto de adversidades. Para deixar clara a maneira pela qual encaminhamos a pesquisa, construímos as seguintes definições instrumentais, inspiradas nos sentidos dados aos termos pelos dicionários de língua portuguesa e referenciais citados, além das perspectivas contemporâneas da psicologia cognitiva (GIBBS, 1994) que explicam o processo que vai da sensação à interpretação do vivido, pela via da percepção. Assim, quando falarmos de sentimentos, percepções e racionalizações de ideias, teremos em mente as seguintes definições instrumentais:

- a) Sentimentos - são manifestações afetivas relacionadas com estados como os de apreensão, medo, angústia, alegria, liberdade etc.
- b) Percepções - são as maneiras como as manifestações afetivas são verbalizadas ou representadas comunicativamente por multilinguagem (vídeos, áudios etc.);

c) Racionalizações - são as explicações que justificam, para o sujeito, suas percepções, através de argumentos (justificativas racionais por meio das quais se tiram consequências).

É importante esclarecer que optamos por acrescentar "percepções" e "racionalizações" a "sentimentos" porque, para acessar os últimos, é preciso passar por um processo de verbalização e justificação (GIBBS, 1994). Em função do que acabamos de explicitar, Elaboramos as seguintes questões de pesquisa, que buscaremos explorar e verificar empiricamente a partir da coleta e análise de dados que faremos (ver Capítulo de Metodologia, página 50):

- A origem, a história e tradições da comunidade são referências consideradas em seus discursos para justificar e legitimar o direito de moradia?
- A continuada ameaça de remoção de suas casas pelas autoridades desestabiliza a comunidade e afeta os seus sentimentos de Liberdade?
- Os jovens comunicam, verbalmente ou através de multilinguagem (textos acrescidos de imagens, sons, tato etc.) seus sentimentos de Cidadania, Liberdade e justiça social?
- Os jovens compartilham seus sentimentos, percepções e racionalizações através das redes sociais?

No capítulo seguinte, apresentaremos o quadro teórico, que complementarará nossas questões.

3 QUADRO TEÓRICO

3.1 Ecologia dos Sentidos

A Ecologia dos Sentidos tira seu fundamento de teorias psicossociais do desenvolvimento humano. Seu proponente, Campos (2011; 2014; 2015; 2017), descreve a comunicação a partir de processos de equilíbrio, envolvendo os polos da cooperação (razão comunicativa) versus o da coação (razão instrumental). Além disso, entende esses processos como sendo tríplexes porque envolvem as dimensões psicossociais cognitivas, afetivas e ético-morais. De acordo com o autor, a Ecologia dos Sentidos transita entre o polo cooperativo, que tende ao consenso, e o coativo, que tende à desconfiança e à violência (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017). Segundo o pesquisador, a comunicação pode resultar na geração de sentimento ético-moral de crédito ou de sentimento ético-moral de dívida; o primeiro ligado à gratidão, à cooperação; o segundo à recusa do outro e ao conflito que, em casos extremos, pode reverberar em formas de violência social (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017). Toda ação comunicativa pressupõe um movimento de ação reação condicionado a critérios de valorização do discurso resultantes da interação entre os envolvidos na argumentação. (CAMPOS, 2017; p.207).

Nesse contexto, a comunicação pode ser compreendida como um processo de esquematização progressivo, que resulta de construções adaptativas e sucessivas dos sentidos entre os participantes de um processo de interação simbólica discursiva. Quando uma pessoa decide comunicar pelo discurso, ela expressa valores morais cujas consequências, invariavelmente, possuem um alcance ético uma vez que a esquematização implica na responsabilidade compartilhada no discurso coconstruído por sujeitos que são governados por uma vontade, são conscientes de si, e se envolvem, portanto, em interações onde o cuidado com o outro é o objetivo ético do sujeito moral (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017). A comunicação se faz, portanto, entre um vivido psicológico e as nossas percepções exercidas socialmente, determinando os movimentos de ação e reação entre sujeitos, grupos e sociedades. Em outras palavras, a ação de comunicar é um ato que impõe trocas e as percepções que dela tiram consequência, nos levam a uma reflexão moral e ética (CAMPOS, 2015; 2017). A ética é uma relação singular que se estabelece com o outro, através de códigos racionais e espirituais; é uma troca dita visceral, que não admite burocracias abrangentes ou omissas, cujas contestações têm origem na diferença entre o que é autêntico e os

propósitos subjacentes que comprometem o seu sentido (COSTA, 2010). Sintetizando essa abordagem, as Figuras 2 e 3 a seguir representam, graficamente, os movimentos de ação e reação que se multiplicam nas relações comunicativas entre sujeitos:

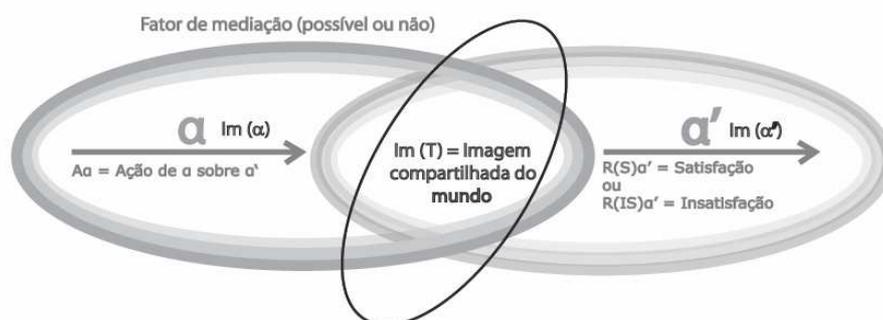


Figura 2 – Ecologia dos Sentidos - ação

Fonte: Campos, 2017.

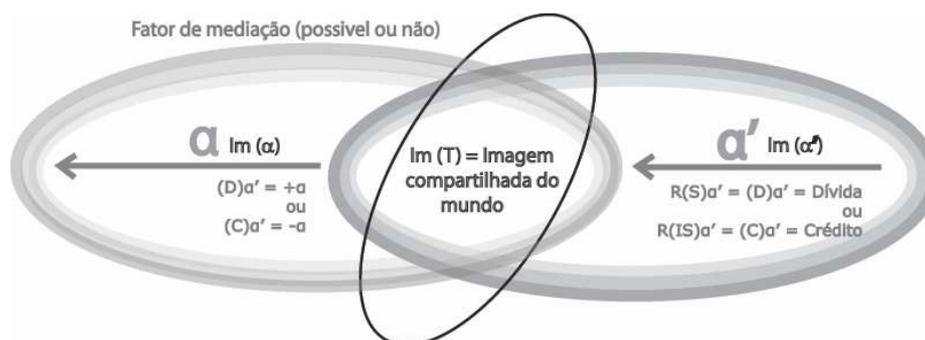


Figura 3 – Ecologia dos Sentidos - reação

Fonte: Campos, 2017.

Campos (2007; 2015; 2017) descreve as interações lançando mão das seguintes explicações:

- α' - Letras gregas alpha que representam sujeitos (ou grupos e sociedades), interlocutores de processos de comunicação;
- Im - corresponde à imagem que esses sujeitos (ou grupos e sociedades) têm de um tema geral T;
- T - Corresponde ao tema de que trata a imagem que temos de coisas do mundo, compartilhada com sujeitos (ou grupos e sociedades) através de um fator de mediação;
- A e R - São movimentos simbólicos de Ação e Reação, levando a sentimentos S de satisfação que levam a um débito D, ou IS de insatisfação, que leva a um crédito C;

- Zonas de três tons de cinza – São as estruturas orgânicas da espécie que incluem s aspectos cognitivos e afetivos, governados pela consciência ético-moral dos sujeitos (ou grupos e sociedades), que encapsulam os movimentos dinâmicos que caracterizam o ecossistema de sentidos, cujos universos de significação são acionados no mundo natural (meio ambiente) e social (meio ambiente social) - (CAMPOS, 2017, p. 426-432).

3.2 Sociedade e juventude líquidas

A abordagem conceitual da sociedade e juventude tem fundamento na teoria crítica social da “liquidez” da obra de Bauman (2001; 2003; 2007; 2008) e da Liberdade (1989). A sociedade é interpretada como lugar de relações líquidas, onde o espaço e o tempo não conjugam uma identidade única e onde o poder perdeu rumo. O autor chama de “liquidez” a fragilidade, tendendo à liquidificação, das garantias sociais fornecidas aos indivíduos pelo Estado, no bojo do fenômeno da globalização. Constata que a modernidade líquida foi ultrajada por injustiças reprodutoras de instabilidades no tecido social no Estado moderno, nele agindo forças de fragmentação do mundo globalizado de incertezas e complexidades (BAUMAN, 2001), o que afeta a identidade humana, particularmente a dos jovens, principalmente no que tange à liberdade (BAUMAN, 1989).

Bauman (2003) define comunidade como uma dessas palavras cujo significado está vinculado a sensações.

“É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. [...] numa comunidade, todos nós entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Quando passarmos por momentos difíceis e por necessidades sérias, as pessoas não pedirão fiança antes de decidirem se nos ajudarão; não perguntarão como e quando retribuiremos, mas sim do que precisamos” (p. 8-9).

No entanto, segundo o autor (2003), há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” — e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à autoafirmação” e à “identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e

desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste (p.10). Para Bauman (2007),

Os medos nos estimulam a assumir uma ação defensiva. Quando isso ocorre, a ação defensiva confere proximidade e tangibilidade [...] São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra. O medo agora se estabeleceu, saturando nossas rotinas cotidianas; praticamente não precisa de outros estímulos exteriores, já que as ações que estimula, dia após dia, fornecem toda a motivação e toda a energia de que ele necessita para se reproduzir. Entre os mecanismos que buscam aproximar-se do modelo de sonhos do moto-perpétuo, a auto-reprodução do emaranhado do medo e das ações inspiradas por esse sentimento está perto de reclamar uma posição de destaque” (p.15).

Nesse contexto, o autor (2003) retrata excluídos “como sendo guetificados, atores economicamente destituídos de bens materiais, que são percebidos pelos sistemas políticos, econômicos e sociais como inúteis” (p. 108). Para o autor (2003), a liberdade deixa de ser o centro das atenções e passa a ser focalizada a partir de suas limitações.

O medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável. Essa insegurança e essa incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência: parecemos não estar mais no controle, seja individual, separada ou coletivamente, e, para piorar ainda mais as coisas, faltam-nos as ferramentas que possibilitariam alçar a política a um nível em que o poder já se estabeleceu, capacitando-nos assim a recuperar e reaver o controle sobre as forças que dão forma à condição que compartilhamos, enquanto estabelecem o âmbito de nossas possibilidades e os limites à nossa liberdade de escolha: um controle que agora escapou ou foi arrancado de nossas mãos. (BAUMAN, 2007, p. 32)

Bauman (2003) enfatiza a importância de se reconstruir as relações entre indivíduos e sociedade, interligando as esferas privada e pública: Estado – Nação - Comunidades, visando resgatar valores maiores na vida social e política. Nesse momento, a velocidade assume característica marcante, apoiada pelos avanços da tecnologia, viabilizando a comunicação. O autor (2003) afirma que o advento da informática foi

O golpe mortal na “naturalidade” do entendimento comunitário: [...] A partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (como no tipo de sociedade que todos habitamos nos dias de hoje), a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida. (p. 18-19)

Para Bauman (2003), de agora em diante, toda homogeneidade deve ser “pinçada” de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser

construída [...] o entendimento comum só pode ser uma realização, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades — todas atraindo a atenção e cada uma delas prometendo uma variedade melhor (mais correta, mais eficaz ou mais agradável) de tarefas e soluções para os problemas da vida. E, se alcançado, o acordo comum nunca estará livre da memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas. (p. 19).

Quanto à liberdade e moradia, Bauman (2007) pressupõe

uma relação social, uma assimetria de condições sociais; essencialmente implica diferença social – presume e implica a presença de divisão social. [...] ser livre significa poder ir onde for, soltar as amarras e obrigações. [...] a sociedade moderna difere das predecessoras por sua atitude consigo própria de ser mais individualista do que coletivista. (p. 21-22)

Segundo o autor (2007), os

seres humanos são fundamentalmente livres como agentes que agem mais do que se absterem da ação. Ou que se coíbem de agir mais do que agem de determinada maneira. [...] são fundamentalmente livres como detentores da responsabilidade pelas consequências da conduta. Um entendimento de liberdade que é um derivativo de algumas convicções morais como fundamento religioso ou de especulações legais. Ou, mais filosoficamente, os seres humanos são fundamentalmente livres porque a sua vida não pode ser mais nada senão o seu próprio projeto, uma atividade orientada para o futuro. (p. 49)

3.3 Conclusão

Com efeito, as obras acima referenciadas com base na Ecologia dos Sentidos- ação e reação e Crítica Social, e com base na teoria da Modernidade Líquida, são nossos marcos teóricos para justificar a pertinência da aplicação dos conceitos principais da pesquisa que realizamos. Interessamos, portanto, a produção de juízos (racionalizações das ideias) advindos de relações coconstruídas em rede, no âmbito de processos comunicativos contemporâneos e seus impactos psicossociais na comunidade. Buscamos desse modo complementar as questões empíricas apresentadas no capítulo anterior, com a análise das interações realizada a partir das noções da Ecologia dos Sentidos e da teoria crítica da Liquidez, que ampliarão as interrogações nas seguintes direções:

- a) há desmantelamento do sentimento de cidadania e segurança, próprio à modernidade líquida?
- b) se houver esse desmantelamento, estaria ele relacionado com processos de exclusão oriundos das trocas comunicativas?
- c) se assim estiver, o que ele manifesta em termos do sentimento de liberdade dos jovens em suas comunicações em rede?

Página intencionalmente em branco.

4 METODOLOGIA

4.1 Contexto da pesquisa

A negação do direito de moradia e seus impactos psicossociais expressos no sentimento de liberdade da comunidade, majoritariamente de afrodescendentes, do Horto Florestal no Bairro do Jardim Botânico na zona sul do Rio de Janeiro formam, como já explicitamos anteriormente, o contexto dessa pesquisa. A comunidade do Horto Florestal e a sua identidade histórica. A metodologia adotada nesse estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa interpretativa dos fenômenos sociais, que é viabilizada pelos referenciais teóricos apresentados a partir dos recortes apresentados no capítulo anterior.

A abordagem que será adotada é eminentemente qualitativa, incluindo uma etapa de análise lógico-argumentativa ("lógica natural"). De acordo com (MINAYO, 2017), o ciclo de pesquisa se baseia num desenho de processo em espiral que parte da questão problematizada e evolui até um resultado provisório capaz de dar origem à novas interrogações. Nesse sentido, pesquisas de orientação qualitativa são destinadas a descobrir como as pessoas sentem ou o que pensam sobre um determinado assunto ou instituição. Ou seja, em outras palavras, visa investigar e descobrir os motivos subjacentes do comportamento humano, sendo através disso é possível analisar os vários fatores que motivam as pessoas a se comportar de uma maneira particular ou o que fazem gostar ou não de algo em particular (KOTHARI, 2004).

O processo de pesquisa tem, portanto, início numa fase exploratória, que é o tempo dedicado a levantar evidências e questões iniciais sobre o objeto da pesquisa, pressupostos e as teorias pertinentes, bem como o método apropriado ao trabalho de campo. Em seguida, como o leitor constatará em mais detalhes abaixo, estudaremos os dados. A principal fonte de obtenção dos dados provirá de discursos multilinguagem (registros textuais de entrevistas e fotos compartilhadas em rede por jovens moradores da comunidade do Horto Florestal).

A fase seguinte enfoca o recorte empírico para que uma análise seja realizada com base na construção teórica, previamente definida, balizadora das análises posteriores. O confronto entre a abordagem teórica anterior e as constatações evidenciadas na investigação de campo aponta a contribuição para o conhecimento (KOTHARI, 2004, p. 26).

Buscaremos compreender, como apresentamos na seção anterior a respeito do quadro teórico, se uma agenda de exclusão e negação tem impactos nos sentimentos de liberdade desses jovens, e na maneira como expressam suas percepções e racionalizações pelas redes sociais, à luz de noções tiradas da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017) e da Teoria da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001; 2003; 2007; 2008; 1989).

A pesquisa investiga, portanto, como os efeitos dessa ameaça repercute nos jovens e busca descobrir se eles exploram essas questões nas redes sociais, expressando nelas suas vozes digitais. Assumimos, preliminarmente, a hipótese de que a comunidade do Horto Florestal está pagando o preço de um sentimento de perda de liberdade, com a ameaça continuada de remoção por interesses econômicos instrumentalizados pelo Estado, tendo em vista não se enquadrar nos padrões de comunidades estigmatizadas pelos estereótipos de violência e marginalidade. Como se sabe, tais situações têm justificado ações unilaterais de remoção assumidas como politicamente corretas, de parte das autoridades competentes, em nome da segurança e do bem-estar social, contando com o aval da opinião pública. A comunidade entende que o aval da opinião pública se deve em grande parte por posicionamentos veiculados por segmentos da grande mídia, cujos interesses subjacentes revelam-na como parte interessada nas remoções no local.

4.2 Método

O método adotado é o estudo de caso crítico, que viabiliza a aplicação de uma abordagem interativa e interpretativa dos fenômenos sociais (CAMPOS, comunicação pessoal)²⁴. Procura-se enfatizar os aspectos relevantes para explorar o conhecimento de um fenômeno a partir de várias fontes de dados (no nosso caso, sujeitos e documentos pertinentes à problemática), tendo em vista um ambiente político e social mais amplo (CROWE et al., 2011).

²⁴ Abordagem de estudos de caso onde teorias críticas são utilizadas para a análise dos dados. Comunicação pessoal do professor Milton N. Campos, dada durante encontros de orientação, ao longo de 2017, nas dependências do Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.3 Estratégias de amostragem

4.3.1 De sujeitos

A fonte principal de obtenção dos dados proveio de uma amostra de jovens moradores da comunidade do Horto Florestal com idade entre 18 e 24 anos. Trata-se de uma parte do segmento de faixa-etária de 15 a 24 anos utilizada pelo IBGE (1999) e posteriormente estabelecida na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem e criou o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude, além de dar outras providências.

A técnica utilizada baseou-se em amostragem não aleatória de sujeitos definida por Bola de Neve (*snowball*). Essa técnica se aplica com a expansão gradual de uma rede cooperação mútua. Nela, os primeiros participantes contatados agem como “lançadores” engajados no processo de pesquisa porque são instados a convidar novos participantes no seu círculo de conhecimento. O processo se expande de forma gradativa até o limite considerado adequado na perspectiva idealizada pelo pesquisador (BIERNACKI; WALDORF, 1981). O limite é alcançado pela avaliação, segundo princípio da "saturação”, que ocorre quando a informação obtida na coleta de dados começa a se tornar repetitiva (MINAYO, 2017).

A propósito, nesse estudo de caso, foi utilizado o critério inicial de três lançadores indicando os demais sucessivamente, fazendo-se a disseminação de colaboradores, metaforicamente denominada “bola de neve” (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Mais explicitamente, todos os lançadores indicaram outras pessoas que atendiam aos requisitos da pesquisa. Cada um, por sua vez, indicou mais dois, e assim sucessivamente. Uma vez obtido um conjunto de entrevistados, eliminamos os três primeiros (os lançadores). Por se tratar de uma abordagem qualitativa, essa técnica de amostragem é considerada adequada para alcançar populações inacessíveis ou difíceis de identificar (BIERNACKI; WALDORF, 1981), ainda que não garanta uma amostragem representativa estatística, que poderia ser obtida através de uma abordagem quantitativa, que não foi o caso. Acresça-se a essa argumentação o fato de, por não haver registros estatísticos públicos de jovens acessando redes dentro da comunidade em questão, buscarmos uma estratégia de amostragem capaz de espelhar o conjunto dos moradores do Jardim Botânico.

Foram selecionadas para análise as entrevistas cujos participantes tiveram perfil considerado adequado aos requisitos e que demonstraram, formalmente, seu interesse autorizar sua participação voluntária²⁶ e assim colaborarem com a pesquisa proposta. A Figura 4, a seguir, apresenta um esboço do processo utilizado na estratégia de amostragem denominada “Bola de Neve”.

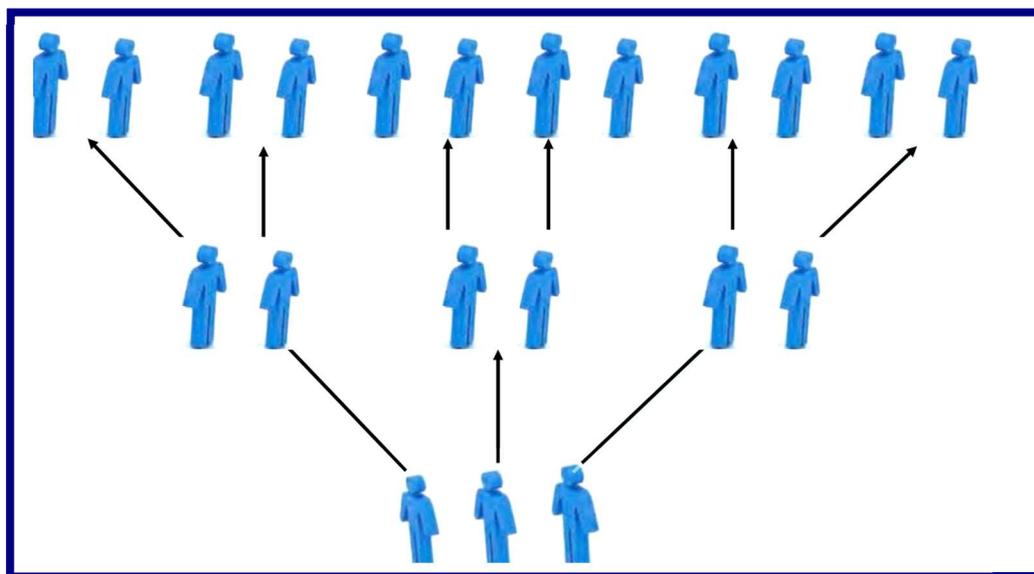


Figura 4: Esquemática do processo “Bola de Neve”

Fonte: Autor.

Ao final do processo de bola de neve, foram recrutados 14 sujeitos, 9 mulheres e 5 homens.

4.3.2 De Documentos

No que tange à pesquisa documental, suas amostras podem incluir tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002). Uma amostra documental deve traduzir a produção da maior gama de informações consistentes, aprofundadas e ilustrativas, com instrumentos capazes de subsidiar a pesquisa e possibilitar a produção de novos conhecimentos a partir da aferição das hipóteses em relação à situação em estudo (DESLAURIERS, 1991); (GERHARDT; SILVEIRA; ORGS, 2009).

²⁶ Nos termos do Formulário de Consentimento apresentado no Anexo 1.

No caso dessa pesquisa, adotamos uma estratégia de seleção segmentada de acordo com critérios que consideramos serem mais adequados, similares aos da pesquisa bibliográfica. Tais critérios incluem requisitos que devem prover: (a) uma vinculação direta da documentação com a questão inicial; (b) não priorização de quantidade em detrimento de foco e conteúdo; (c) documentação que, inicialmente, agregue maior valor à informação e, posteriormente, explore fontes mais específicas ou acessórias ao tema principal; (d) busca de informações sobre os documentos com pessoas que tenham conhecimento e vivência sobre as motivações e impactos dos mesmos (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

Nessa perspectiva, os critérios que estabelecemos para a seleção de documentos observaram as seguintes condições:

- Pertinência em relação à questão da moradia no bairro do Horto Florestal;
- Registro textual de situação (por exemplo, ação versus apatia; diálogo versus violência etc.);
- Registro fotográfico com ação (seja da parte do Estado e ação dos moradores etc.);
- Quantidade selecionada segundo princípio da saturação (conforme explicado na seção anterior, 4.3.1, que se aplica igualmente à seleção de dados documentais).

4.4 Estratégia de coleta de dados

4.4.1 Dados

O conjunto de dados deve ser significativo, permitir ao pesquisador explorar a maior riqueza e detalhamento possíveis no contexto da pesquisa e responder basicamente a duas questões principais: como os dados foram coletados ou gerados? Como foram analisados? (KALLET, 2004). Embora o método do estudo de caso crítico possibilite múltiplos instrumentos de coleta de dados, limitamos os instrumentos a registros textuais de entrevistas com sujeitos e fotos compartilhadas em rede cedidas pelos participantes e obtidas em fontes complementares de pesquisa.

4.4.2 Dados de sujeitos: entrevistas semidirigidas

Os registros textuais de entrevistas semidirigidas com jovens foram colhidos de acordo com os temas abordados no roteiro de entrevistas (Anexo II, página 124), utilizando a técnica de amostragem “Bola de Neve”. As entrevistas semidirigidas têm como característica básica fazer os

questionamentos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos podem negar confirmar ou gerar novas hipóteses surgidas, a partir das respostas dos pesquisados (TRIVIÑOS, 1987). Para o referido autor “ela favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a sua explicação e compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (p. 152).

Com o objetivo de zelar pela qualidade do processo de coleta de dados foi utilizado um conjunto de orientações-guia (MACK et al, 2005), que incluiu procedimentos padrão para os seguintes itens: Roteiro de entrevistas (Anexo II, página 124), infraestrutura de apoio, local de realização, apresentação do entrevistador, perfil das perguntas, tratamento de interrupções, duração da entrevista, não completude das entrevistas, não entendimento de perguntas e, finalmente, a documentação das entrevistas, como explicitado abaixo:

- a) Roteiro prévio de entrevistas - Um roteiro guia foi criado, antecipadamente, para apoiar a condução das entrevistas com perguntas de interesse quanto aos objetivos da pesquisa, de acordo com as recomendações de Mack e colegas.
- b) Infraestrutura de apoio - O guia recomenda que antes que se inicie qualquer entrevista, seja verificada, por exemplo, a necessidades de infraestrutura de apoio como equipamentos e outros materiais onde possam ser armazenados os dados e, posteriormente, ser feito o acesso e recuperação dos mesmos. Nessa coleta de dados não foi utilizado o processo de gravação, tendo em vista ter sido ser essa a opção consensual assumida pelas partes envolvidas nas entrevistas, respeitada pelo pesquisador, depois de discussão com os participantes, onde manifestaram sua opção pela tomada de notas pelo pesquisador;
- c) Local das entrevistas – Foram tomadas providências no sentido de proteger a privacidade dos participantes. Os locais utilizados foram diversificados de acordo com o perfil de cada entrevistado, ou seja, onde esses participantes consideraram se sentir mais à vontade;
- d) Quanto à apresentação do entrevistador – Foram observados fatores que, ao nosso ver, implicavam em respeito, tais como: abertura com cumprimento inicial, modo de falar, traje, linguagem corporal, entre outros aspectos. Quanto ao uso de telefones celulares, foram observados procedimentos de modo que entrevista e a coleta de dados não fossem colocadas em segundo plano.
- e) Quanto ao perfil das perguntas – Além das questões roteirizadas, também foram feitas perguntas abertas como forma de encorajar respostas mais detalhadas. Tais questões minimizaram respostas de uma palavra ou monossilábicos como "sim" ou "não". Constatou-se que a riqueza de grande parte

das entrevistas possibilitou conversas, com relatos sobre experiências e opiniões dos participantes. Posteriormente, esses dados foram analisados quanto ao alinhamento aos objetivos da pesquisa;

f) Quanto à duração da entrevista – Foi dada atenção especial a sinais de impaciência, aborrecimento e tédio do participante, aspectos que sugeririam que seria chegada a hora de encerrar a entrevista. Não foram observadas tais ocorrências, quer seja quanto a conclusão ou da necessidade de pausas que pudessem resultar em possibilitar remarcação das entrevistas;

g) Tratamento de interrupções - Foi dada atenção especial, a intervenções de terceiros ou eventos que provocassem descontinuidade ou interrupções. Não foram registradas tais ocorrências, originárias de ambas as partes, que pudessem ter dificultado ou comprometido a evolução do processo de entrevistas;

h) Quanto à não conclusão das entrevistas – Não foram verificadas situações em que os participantes, por algum motivo, optassem por não completar uma entrevista, e haver a necessidade de dispor dos referidos dados coletados até o momento da interrupção, sob autorização;

i) Quanto ao não entendimento ou desconhecimento da pergunta – Não foram verificadas situações em que os participantes demonstrassem ter pouco ou total conhecimento sobre as perguntas, o que reduziu o risco de respostas dadas para agradar o entrevistador, o que desqualificaria o conteúdo e a autenticidade dos dados da entrevista;

j) Quanto à documentação da entrevista - Foi dada atenção especial à documentação das entrevistas. Seguimos o guia de Mack e colaboradores (2005), anotando por escrito as resposta e obtendo dados de gravações, imagens etc., posteriormente expandidos em registros textuais (como veremos mais abaixo).

4.4.3 Dados provindos de documentos

Os dados provindos de documentos incluem registros de fotos compartilhadas em rede e disponibilizadas pelos entrevistados. Para análise, como o leitor poderá verificar mais à frente, os registros fotográficos cedidos pelos participantes, retirados de trocas feitas pela Internet entre os jovens e seus círculos de amigos, não são apresentados isoladamente, mas vinculados e associados aos textuais das entrevistas, observada a pertinência do seu contexto. Dessa maneira, os dados documentais são entendidos aqui como secundários na medida em que complementam os dados das entrevistas, ampliando seu entendimento e abrangência.

Conforme descrições feitas anteriormente, foram rigorosamente observados procedimentos para qualificar a coleta de dados e, posteriormente, possibilitar o processo de triangulação, conforme se poderá verificar na seção seguinte, referente à análise de dados.

4.4.4 Coleta dos dados em função do critério de saturação

A saturação ocorre quando as manifestações dos fenômenos pesquisados começam a se tornar repetitivas no conjunto de dados pesquisados (MINAYO, 2017). A partir desse ponto é o momento de trabalhar o conjunto de dados pesquisados. Ao contrário de abordagens quantitativas, “a pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas” (MINAYO, 2017, p. 2).

Em nossa pesquisa, aplicamos o critério de saturação tanto para a escolha dos trechos de entrevistas a serem analisados, como das fotos provindas das comunicações em rede que os jovens compartilham entre eles. Em seguida, triangulamos os dados, quando da atribuição de fotos postadas em rede pelos jovens aos trechos escolhidos dos discursos para análise.

4.5 Análise de dados e interpretação crítica dos resultados

4.5.1 Triangulação dos dados e etapas do processo de análise

O processo de análise foi efetuado a partir da triangulação dos registros textuais interpretados a partir das esquematizações identificadas através da lógica natural (GRIZE, 1990; 1993), confrontados com os constructos da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017) e da Teoria da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001; 2003; 2007; 2008; 1989). O ato de analisar é um processo similar ao de expor um objeto ou corpo à uma incidência de luz: à medida em que aumentamos esse foco, vai-se tornando possível perceber novas nuances e detalhes adicionais que não foram observados inicialmente. Como declaram Tuzzo e Braga (2016), trata-se da “ [...] luz que parte do objeto [...] e se concretiza na clareza de novas ideias de um universo multifacetado de pesquisas, de arte e de vida” (p. 143). A triangulação articula diferentes fontes de

informações através do cruzamento de referenciais teóricos, revisão de literatura e dados obtidos em campo; sendo essa uma condição necessária para o “aumento das possibilidades de avaliação ao mesmo tempo em que a se obtém uma ampliação da visão holística do fenômeno social em estudo” (CROWE et al., 2011, p. 9). Nessa perspectiva, o processo de análise e interpretação dos dados incluiu componentes de indução do pesquisador para aferição do fenômeno em estudo (SILVA; MENEZES, 2005) e posicionou os dados nas dimensões (1) comunicativa, (2) de impactos do contexto social e (3) de posicionamento no tempo (dimensão temporal).

Começamos, no entanto, por uma análise descritiva de elementos dos registros textuais, utilizando a lógica natural (GRIZE, 1990; 1993) – em uma primeira etapa – para, em seguida passarmos a uma análise interpretativo-crítica baseada nos construtos das teorias acima explicitadas, – em uma segunda etapa.

4.5.2 primeira etapa: análise lógico-natural

A lógica natural emerge da esquematização das operações do pensamento no processo comunicativo. Considera-se uma esquematização um processo de coconstrução do conhecimento (GRIZE, 1990; 1993). Tais esquematizações nos habilitam à construção de entendimento comum, relacionado aos seus sentidos na comunicação. Segundo a interpretação de Campos (2015; 2017), a sua estrutura remete a complexos processos psicológicos, onde cada palavra utilizada numa sentença carrega uma motivação individual que se traduz em ação para alcance de um objetivo específico. Grize (1990; 1993) explica que os significados culturais das palavras e sentenças expressas nas esquematizações compõem um processo de construção sócio-histórico onde, os indivíduos ao se comunicarem, demonstram os meios e modos pelos quais a razão se expressa através da linguagem.

A lógica natural pode ser entendida como uma teoria lógica, mas também como um método de análise do discurso que possibilita a sua descrição (CAMPOS, 2015; 2017). Nós a tomamos aqui como uma ferramenta para uma análise prévia das interações, antes de passarmos para um processo interpretativo-crítico.

Metodologicamente, a lógica natural supõe objetos do discurso (que podem ser, portanto, objetos-objetos ou sujeitos enquanto objetos do discurso) e operações que permitem a articulação de sujeitos e objetos (GRIZE, 1990; 1993). Para fins de análise, extraímos dos discursos operações lógico-naturais que portam sobre sujeitos ou objetos. Segundo Campos (2015; 2017), essa é a

novidade epistemológica da lógica natural, porque inclui os sujeitos do conhecimento em seu procedimento, algo inaceitável para as lógicas formais clássicas. As trocas interativas sempre supõem sujeitos que agem sobre os objetos através de suas operações de pensamento (CAMPOS, 2015; 2017).

Tendo em vista os objetivos específicos dessa pesquisa, limitamos a análise lógico-natural especificamente para certas operações sobre os objetos (que discutiremos mais abaixo), sempre supondo, evidentemente, que elas são operadas pelos sujeitos (no caso, as pessoas que concederam entrevista e conversaram e interagiram com o pesquisador). Ainda assim, para efeito didático, apresentamos um quadro geral com todas as operações da lógica natural, sobre sujeitos e objetos (ver Figura 5 abaixo).

Figura 5: Operações da Lógica Natural

Quanto à Lógica dos sujeitos:

Σ (sigma) - Poli-operação de responsabilização marca a produção de um enunciado, aplicado ao conteúdo dos juízos, introduz o sujeito enunciador, indica a atividade do pensamento, indica o espaço-tempo do conteúdo do juízo, introduz modalidades de dicto, introduz a função de interpelação.

τ (tao) - Configurações são representações que marcam a produção de uma estrutura de enunciados que engendra sentidos. Trata-se de um sistema articulado de ideias tais como encontramos em frases complexas, obras fílmicas e literárias etc., Dimensões temporal e Dimensão conectivo- inferencial, Indicação de espaço-tempo do conteúdo do juízo, e que permitem a passagem de um domínio a outro.

Quanto à Lógica dos objetos:

α (alfa) - São os objetos propriamente ditos. Por exemplo, o objeto casa relacionado à porta, janela, telhado, etc., ou flor ao aroma, à pétala, cor, etc.

η (etá) - Para predicados com campos de aplicação, por exemplo, relacionados à casa como o ato de demolir, não reparar, pintar, etc. Flor com o de plantar, colher, presentear etc.

γ (gama) - Introduz as partes de um objeto, os processos internos de um objeto, os estados ou qualidades de um objeto, as dimensões ou extensão de um objeto.

Operações sobre os domínios:

ρ (ro) - Para o domínio ao Introduzir o componente do mesmo, remeter a um processo que demanda um agente exterior e introduz o elemento de um foro em uma metáfora.

Θ (tetá) - Para operações de retomada ao introduzir um sinônimo e um termo do gênero próximo, apresenta um objeto sob um outro aspecto (metonímia), implica um juízo de valor.

Operações de extração que não mergulham nas NP, mas no discurso:

ι (iota) - age sobre um predicado e retira um objeto

ω (ômega) - Aplicado a um enunciado, introduz um novo objeto.

δ (delta) - Poli-operação de determinação, determina o objeto pelo predicado, escolhe entre dois valores de uma dupla predicativa, quantifica as classes-objetos e os ingredientes, introduz uma modulação.

λ (Lambda) - Operação de localização de uma situação dêitica (referente que mostra ou demonstra, em relação aos interlocutores) e uma determinação (predicativa) temporal, espacial ou relativa a conteúdo do juízo.

Fonte (GRIZE, 1990; 1993)

Nas interações, os sujeitos esquematizam suas operações de pensamento e as compartilham através da comunicação. O pesquisador utilizando a lógica natural, em sua análise, extrai essas operações dos pensamentos dos e das imagens, para fins dessa pesquisa das operações, para fins dessa pesquisa, simplificamos a tarefa de modo a tornar a análise viável, de um lado, sem perder de vista os objetivos tratados a partir das questões de pesquisa, de outro. As operações principais escolhidas, com as quais trabalhamos, limitaram-se a: (1) α (alfa) de extração de objetos e (2) η (êta) de predicação. A primeira (1) permite a identificação de que ou de quem se fala. A segunda (2) do que se fala. Trabalhamos também com algumas outras para caracterizar questões de acordo com o contexto. Por exemplo, a operação λ - lambda - que permite identificar nos discursos o tempo passado, na ação presente ou em termos de perspectivas futuras, além de algumas outras operações presentes no quadro da Figura 5 acima, página 59. A análise dos registros textuais, conforme mencionada anteriormente, feita através das esquematizações da lógica natural (GRIZE, 1990; 1993) possibilitou o posicionamento dos conteúdos dos discursos no tempo passado, ação no presente e perspectiva de futuro.

4.5.3 Segunda etapa: análise crítico-interpretativa

4.5.3.1 Dimensão comunicativa

Essa dimensão enfoca aspectos psicossociais relativos ao contexto da comunicação. Busca interpretar, através da linguagem escrita e falada, como indivíduos agem entre si e se posicionam em trocas em comunidade acerca do tema da problemática de moradia. O fundamento teórico tem base na Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017), investigando as formas de expressão através do discurso argumentativo dos participantes. Com efeito, nessa dimensão, as expressões encontradas nos dados são classificadas em gradações que vão da "insatisfação" à "satisfação", conforme avaliação do discurso dos entrevistados, ou seja, se as representações dos jovens são expressas de modo a que sejam gratificados pela experiência vivida, ou punidos por ela: “Busca-se uma imersão nos “mundos subjetivo, social e objetivo que se interpenetram em vista da integração das dimensões mental e física da existência” (CAMPOS, 2011, p. 11).

4.5.3.2 – Dimensão de impactos sobre o contexto social

Essa dimensão enfoca a crítica social e enfoca os impactos nos contextos políticos, econômicos e sociais. O referencial tem sua base na teoria da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001; 2003; 2007; 2008; 1989). A problemática social da moradia é revisitada em um processo de

análise que varia da "inclusão (crédito social)" à "exclusão (débito social)", utilizando os discursos interpretados a partir das esquematizações da lógica natural (GRIZE, 1990; 1993). Segundo Bauman (2003) “a exclusão é estruturante [...] Quando há carência de certezas numa relação, quando faltam regras minimamente rígidas para dar suporte a relações recíprocas, resta apenas o medo de tudo e todos que é imposto a um sujeito frágil e à mercê. A única segurança está na exclusão” (p. 74). Para o autor, o problema da identidade, em tempos líquidos, resulta principalmente da dificuldade de se manter fiel à ela por muito tempo, ante a virtual impossibilidade de se achar uma forma de expressão que tenha boa probabilidade de reconhecimento permanente. A necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, baseia-se na perspectiva de abandoná-la de uma hora para outra (BAUMAN, 1989).

4.5.3.3 – Cruzamento das dimensões comunicativa e de impactos sobre o contexto social

A Figura 6, a seguir, apresenta regras de correlações das dimensões do discurso como referencial de análise, onde cruzamos os construtos teóricos da Ecologia dos Sentidos, com a teoria da Modernidade Líquida, no que tange aos sentimentos que emergem da comunicação e à percepção dos impactos no contexto social, que os jovens racionalizaram. Cabe fortemente enfatizar que, por se tratar de uma pesquisa social, admite-se a possibilidade da existência de áreas de sombra ou interseção entre as classificações propostas²⁸. Desse modo os resultados obtidos com a análise das entrevistas e registros documentais foram aferidos e avaliados de acordo com as classificações a seguir:

Figura 6: Regras de correlações das dimensões do discurso.

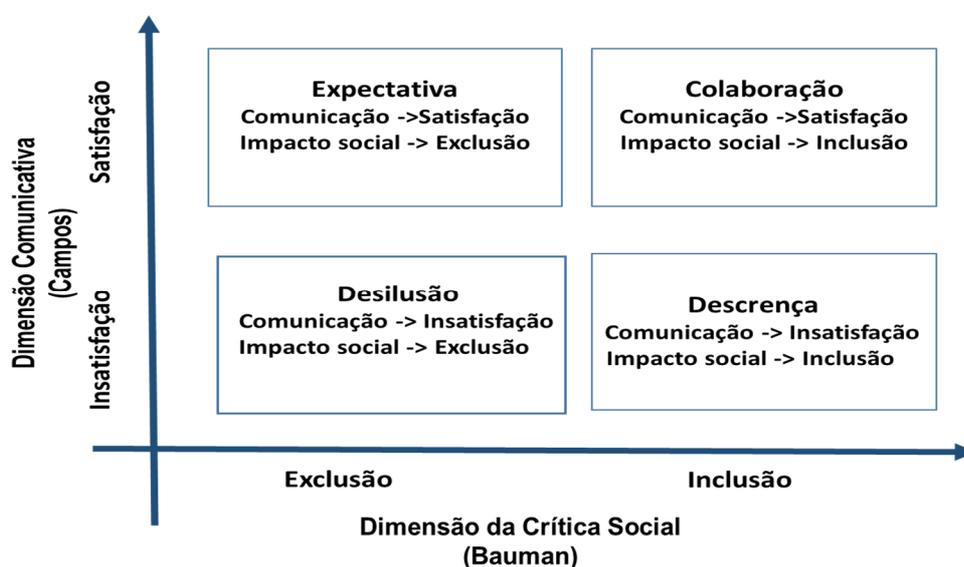
Dimensão		Zona de Racionalização Dos Jovens
Sentimento ao Comunicar	Percepção de Impacto Social	
Insatisfação	Exclusão	Desilusão
Insatisfação	Inclusão	Descrença
Satisfação	Exclusão	Expectativa
Satisfação	Inclusão	Colaboração

Fonte: Autor.

²⁸ As eventuais áreas intermediárias ou de sombra ou interseção não foram investigadas, tendo em vista as limitações de tempo e outros recursos disponíveis à pesquisa no campo; o que abre uma janela de oportunidades para pesquisas complementares sobre o tema em questão.

Esse conjunto de regras foi a grade através da qual os extratos verbais e os documentos fotográficos foram analisados. O resultado do cruzamento, como explicitado na Figura 6 acima apresenta quatro zonas de racionalização. Nessa perspectiva utilizamos as esquematizações da lógica natural para identificar em qual dos quadrantes os dados analisados se encaixavam melhor. Ou seja, a qual das dimensões do processo de análise, os registros textuais das entrevistas e das fotos, em suas respectivas gradações, deveriam ser atribuídos (ver Figura 7 abaixo).

Figura 7 - Quadro integrativo das dimensões comunicativa e de impactos sobre o contexto social.



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

4.5.4 Procedimentos de análise

4.5.4.1 Identificação das unidades de análise

As unidades de análise utilizadas são representadas por 89 registros textuais selecionados e transcritos das entrevistas e fotográficos compartilhados em rede, cedidos pelos participantes da pesquisa e pela Associação de Moradores e Amigos do Horto Florestal (AMAHORTO). A unidade de análise dos registros das entrevistas foi estabelecida e escolhida em função de trechos significativos das falas. Já as fotos foram vinculadas, posteriormente, aos registros textuais obtidos a partir dos trechos das entrevistas, selecionados para análise. Com base nessa estruturação, associando: os dados dos sujeitos (entrevistas) e dos objetos em rede compartilhados pelos jovens (fotos), procedeu-se : (1) à análise lógico-natural, depois (2) à análise integrativa interpretativo-

crítica (ver Figura 6 acima, página 62) e, finalmente (3) ao posicionamento dos dados no tempo. Com isso acreditamos ter sugerido, como o leitor constatará, de que forma a comunidade jovem do Horto Florestal tem expressado seus sentimentos de liberdade, diante do contexto social da negação de moradia, através de seus relatos e de suas comunicações compartilhadas em rede.

4.5.4 Resumo dos Procedimentos de Análise

O conjunto de artefatos e requisitos para análise e interpretação crítica dos dados incluiu, portanto, as seguintes etapas:

- (1) Obtenção dos Registros textuais no campo a partir das entrevistas, e organizados por tema conforme roteiro de entrevistas (Anexo II);
- (2) Análise triangulada do discurso dos registros textuais das entrevistas e das fotos compartilhadas em rede pelos jovens através da lógica natural;
- (3) Análises da (a) Dimensão Comunicativa com base nos sentidos dos discursos das entrevistas com gradações que variaram de "Insatisfação" a "Satisfação" e (b) Dimensão dos Impactos Social sobre os Contextos com gradações que variaram de "Inclusão" a "Exclusão" a partir da tabela de Regras de Correlações da Análise das Dimensões do Discurso (veja Figura 6 acima, página 62);
- (4) Enquadramento dos resultados das análises discursivas das dimensões (a) e (b), estudando o posicionamento dos discursos no tempo (enquadrando os discursos do passado como memória, os do presente como ação e os do futuro como realização projetada), de modo a atribuí-las a um dos quatro quadrantes (Zonas de Racionalização) presentes na Figura 7 (ver acima, página 62).

5 RESULTADOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os resultados foram obtidos a partir de abordagem qualitativa, com base numa amostra não aleatória de 14 entrevistados, selecionados de acordo com critério de saturação²⁹ que gerou 89 registros documentais envolvendo falas e imagens. Os temas centrais utilizados nas entrevistas de campo estão referenciados no Roteiro de Entrevista -Anexo II (p. 124). A análise e interpretação dos dados inclui: Tabelas de análise lógico-natural e interpretativa relacionadas às Falas e às Imagens; Quadro representativo da análise bidimensional comentados e Análise final global com resumo dos sentimentos dos jovens, de acordo com as classificações.

Utilizamos a seguinte ordem de apresentação em conformidade com a sequência apresentada no roteiro de entrevistas (p.124).

(a) A comunidade do Horto Florestal e a sua identidade histórica – Avalia o quanto a juventude local tem viva a memória da formação da sua comunidade através de histórias contadas através de gerações passadas, ou seja, através de trocas entre pares. Investiga-se também o modo de inserção das famílias na localidade, as formas de aquisição da condição e a avaliação qualitativa da condição de moradia. Finalmente, suas visões quanto ao futuro de moradia na comunidade;

(b) Questões relativas à cidadania, aos direitos, à liberdade e à justiça – Investiga o posicionamento crítico desses jovens na relação poder e sociedade, bem como afere as evidências do quanto a negação de moradia é ou não uma preocupação constante, e de como os jovens percebem o significado da palavra "Liberdade".

(c) O uso das redes sociais – Avalia os padrões de uso de redes sociais, onde afere-se o uso da rede social como instrumento de trocas argumentativas, compartilhamento de ideias, mobilização e participação na causa da moradia na comunidade.

²⁹ O limite é alcançado pela avaliação, segundo princípio da "saturação", que ocorre quando a informação obtida na coleta de dados começa a se tornar repetitiva (MINAYO, 2017). Do mesmo modo, de acordo com Glaser e Strauss (1967), a saturação é aplicável quando "Nenhum dado adicional é encontrado que justifique ao pesquisador incluir os dados para atender a umas propriedades ou a uma categoria em estudo. O autor dessa dissertação admite que existam correntes teóricas que possam assumir o fato da repetição como uma condição positiva e, não excludente, para ratificar o fenômeno numa abordagem qualitativa. Tal condição, no entanto é, em geral, contingenciada pelos recursos e tempos disponíveis para a pesquisa.

5.1 A comunidade do Horto Florestal e a sua identidade histórica

5.1.1 Análise interpretativa lógico-natural – Falas

Registro1: “Pô, está ligado mano, as pessoas aqui que vieram primeiro para cá, eram as que trabalhavam no Jardim Botânico; gente que veio desde a fundação”.		Enfoque/Dimensão		
Objeto	A (alfa) as pessoas	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	η (êta) que aqui vieram primeiro pra cá, θ (tetá) eram as que trabalhavam no Jardim Botânico. λ(lambda) gente que veio desde a fundação.	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Registro2: “Primeiro momento foram os funcionários que vieram para trabalhar no Parque (Jardim Botânico), [...] se não me engano, a minha família veio para cá em 1953 ou 1954, moravam aqui perto no Morro da Margarida”.		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) funcionários Eu (oculto eu)	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	λ (lambda) Primeiro momento para trabalhar no Parque (Jardim Botânico) λ (lambda) se não me engano, a minha família veio para cá em 1953 ou 1954 θ (tetá) moravam aqui perto no Morro da Margarida	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Registro3: “Deram moradia para o pessoal que trabalhava para o Jardim Botânico e também para os da prefeitura”.		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) funcionários Eu (oculto eu)	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	η (êta) que trabalhava para o Jardim Botânico θ (tetá) e também para os da prefeitura”.	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Registro 4: “Nossa gente sempre morou aqui. Somos todos daqui; nós somos como uma família. Meu avô veio por trabalhar na Companhia estadual pela prefeitura”.		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Nossa gente	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	θ (tetá) sempre morou aqui nós somos como uma família η (êta) Meu avô veio por trabalhar na Companhia estadual pela prefeitura”.	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Registro 5: “Meu avô chegou aqui com os filhos pequenos. Tinha quatro paredes em pé. Ele fez a casa”.		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Meu avô	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
		Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado

Predicado	λ (lambda) chegou aqui com os filhos pequenos ω (ômega) Tinha quatro paredes em pé. θ (teta) Ele fez a casa.			
------------------	--	--	--	--

Registro 6: “A história que eu conheço e que meus parentes contam é que aqui era um cafezal. E na época de D. Pedro, ele resolveu fazer um parque. E os moradores trabalhavam no parque”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Meu avô	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	λ (lambda) chegou aqui com os filhos pequenos ω (ômega) Tinha quatro paredes em pé. θ (teta) Ele fez a casa.			

Registro 7 “Sei mais ou menos, mas eu não me aprofundo não. O pessoal trabalhava para o governo e construiu barracões”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu (Oculto) α (alfa) O pessoal	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	η (êta) Sei mais ou menos, θ (tetá) mas, eu não me aprofundo não. η (êta) trabalhava para o governo e construiu barracões.			

Registro 8 “Sim, mas não me aprofundo muito. Sei que eram trabalhadores do Estado e podiam construir barracões”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu (Oculto)	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	θ (tetá) Eram trabalhadores do Estado e podiam construir barracões.			

Registro 9 “Deram moradia para o pessoal que trabalhava para o Jardim Botânico e também para os da prefeitura”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eles (Autoridades)	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	η (êta) que trabalhava para o Jardim Botânico θ (tetá) e também para os da prefeitura”.			

5.1.2 Análise interpretativa lógico-natural - Imagens

Registro 10	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Objeto: Documentos de trabalhadores

Predicado: Documentos concedidos pela União como símbolos que autorizaram a moradia das famílias no passado, hoje são confrontados pela negação da moradia. O presente nega o passado. “Meu avô chegou aqui com os filhos pequenos. Tinha quatro paredes em pé. Ele fez a casa” (Trecho de entrevista).

Registro 11	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Objeto: Faixa de protesto colocada na comunidade

Predicado: A faixa é o grito silencioso dos moradores atuais, ameaçados de remoção e lutam por seu direito de moradia. Na faixa está escrito: ” Não somos invasores, somos moradores”.

Registro 12	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Futuro

Objeto: Moradores e ruínas de senzala

Predicado: Moradores posam com orgulho diante das ruínas de uma antiga senzala no Morro das Margaridas no Horto Florestal. Historiadores se referem a vestígio dessa construção, nesse local considerado um dos pontos mais antigos de moradia na Comunidade.³⁰ Hoje o local é o epicentro do conflito por moradia e a imagem sugere visitar a memória de uma senzala. O desfecho só o futuro próximo dirá.

³⁰ Fonte: Museu do Horto AMAHORTO

5.1.3 Quadro interpretativo:

A Figura 8 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão.

Quanto à Comunidade: sua identidade e sua história, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores estão posicionados na Zona da Colaboração no passado.

Figura 8 – Zona da Desilusão: Dimensão Comunicativa e da Crítica Social-Origem, história e tradições da comunidade



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise quanto à comunidade: sua identidade e sua história demonstra que a maioria dos jovens conhece e possui algum nível de interesse pelo passado da comunidade, quer seja por terem ouvido histórias contadas por parentes próximos, por necessidade de autoafirmação, ou para não serem considerados desconectados, sem vínculos locais e chegados de última hora. Muitos falam com certo orgulho pelo fato de seus parentes terem trabalhado em obras de infraestrutura de contenção das águas pluviais como a Represa dos Macacos que existe até hoje, e no parque Jardim Botânico. Embora os moradores possuam e façam questão de citar documentos concedidos no passado pela União, que autorizaram a moradia no local, entendem que a relevância dada a esse tipo de acervo documental tem sido ignorada por parte das autoridades: “Meu avô chegou aqui com os filhos pequenos.

Tinha quatro paredes em pé. Ele fez a casa” (Trecho de entrevista). É importante ressaltar que comunidade não reivindica terras como legitimação de territórios de legados quilombolas. É uma comunidade que busca a preservação de seu espaço respeitando a natureza, e alguns de seus membros são vistos como guardiões da Floresta. (RIOONWATCH, 2017). Paradoxalmente Hoje o parque Jardim Botânico tem planos para ampliação de seu espaço territorial sob o protesto de moradores hoje vistos como invasores. A maioria dos entrevistados se refere ao Jardim Botânico (em litígio) como parque. Paradoxalmente, parque é um substantivo masculino que remete significado de lazer, cultura e diversão. A maioria considera que as ações de remoção são unilaterais e reforçam a desconfiança da comunidade na isenção das autoridades nessas ações. Por ocasião de grandes eventos como foi o caso das olimpíadas, os moradores têm recorrido a faixas em protesto. “Não somos invasores, somos moradores” (Trecho de entrevista).

5.2 Forma de aquisição de moradia na comunidade do Horto do Horto Florestal

5.2.1 - Análise Interpretativa lógico-natural - Falas

Registro 13 - “Foi doado terreno e hoje a gente fica de vigia porque amanhã não sabemos se já chegou a nossa vez”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Terreno	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Foi doado η (êta) fica de vigia porque amanhã não sabemos se já chegou a nossa vez.			

Registro 14 - “Minha família ganhou o terreno porque trabalhava para a prefeitura. Meus avós e tios eram da Companhia de águas (CEDAE)”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Minha família	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	η (êta) ganhou o terreno porque trabalhava para a prefeitura. θ (tetá) Meus avós e tios eram da Companhia de águas (CEDAE) .			

Registro: 15 - “Hoje quando as pessoas estão morrendo autoridades do governo pelo Jardim Botânico vêm e derrubam”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens

Objeto	α (alfa) Pessoas	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	λ (lambda) Hoje quando estão morrendo ω (ômega) Autoridades do governo pelo Jardim Botânico vêm e derrubam.			
Registro: 16 - “Essa casa era de um desses moradores que trabalhavam para o estado. Ele morreu e a casa ficou vazia. Hoje aqui é a associação, senão eles vêm e derrubam. Ali do outro lado da rua em frente naquela mansão mora a Vera Fisher”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) casa	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) era de um desses moradores que trabalhavam para o estado. θ (tetá) Ele morreu e a casa ficou vazia. λ (lambda) Hoje aqui é a associação, θ (tetá) senão eles vêm e derrubam. ρ (ro). Ali do outro lado da rua em frente, naquela mansão, mora a Vera Fisher.			

Registro: 17 - “Desde cedo nossa família começou aqui na comunidade junto com o Jardim Botânico”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) nossa família	Satisfação	Inclusão	Colaboração /Passado
Predicado	λ (lambda) Desde cedo começou aqui na comunidade junto com o Jardim Botânico			

Registro: 18 - Meu avô veio para trabalhar nas obras da prefeitura. Eles cederam um terreno para se ficar perto da obra.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Meu avô	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	η (êta) veio para trabalhar nas obras da prefeitura. θ (tetá) Eles cederam um terreno para se ficar perto da obra.			

Registro: 19 “Na época foi doado terreno para construir casa dentro do parque para os moradores que trabalhavam nele”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) moradores	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Passado
Predicado	λ (lambda) Na época foi doado terreno para construir casa dentro do parque θ (tetá) - para os moradores que trabalhavam nele.			

5.2.2 Análise interpretativa lógico-natural – Imagens

Registro 20  <p>NA NOVA DELIMITAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO: O POBRE SAI -> O RICO FICA -> QUESTÃO AMBIENTAL OU QUESTÃO DE CLASSE?</p>	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Objeto: Foto de Demarcação do Jardim Botânico ³¹

Predicado: Duas realidades numa só visão nas demarcações na área de expansão do Jardim Botânico. O pobre sai e o rico fica. Tratamento diferenciado.

Registro 21 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Objeto: Foto de Casa amarela atual sede da Associação de Amigos e Moradores do Horto (AMAHORTO).

Predicado: A nova sede da associação é uma conquista. Suas janelas frontais permitem lançar um olhar para a frente, para o futuro, além do muro e das mansões do outro da rua D. Castorina. “Hoje quando as pessoas estão morrendo, as autoridades do governo pelo Jardim Botânico vêm e derrubam”. (Trecho de entrevista).

Registro 22 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Objeto: Construção de casas por trabalhadores no local

Predicado: Trabalhadores no passado construíram suas casas em terreno cedido pela União, hoje os atuais são contestados. As ideias mudaram, porém, o terreno e a imóveis são os mesmos. “Desde cedo nossa família começou aqui na comunidade junto com o Jardim Botânico”. “Meu avô veio para trabalhar nas obras da prefeitura. Eles cederam um terreno para se ficar perto da obra”. (Trechos de entrevistas).

³¹ De um lado, famílias centenárias do Horto sob a ameaça de remoção de suas casas. Do outro, moradores de um condomínio de classe alta, a menos de 500 metros, negociam a venda de suas mansões construídas na década de 90. Fonte: Blog PELAMORADIA (2013).

5.2.3 Quadro interpretativo

A Figura 9 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto à forma de aquisição da moradia na comunidade do Horto Florestal, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Desilusão.

Figura 9: Zonas da Expectativa Desilusão e Colaboração: Forma de aquisição da moradia na comunidade do Horto Florestal



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A forma de aquisição de moradia é percebida na comunidade como uma herança histórica patrimonial que justifica o de moradia. “Minha família ganhou o terreno porque trabalhava para a prefeitura” (Trecho de entrevista). Há um evidente divisor de águas entre os moradores nativos, descendentes de trabalhadores da comunidade em seus primórdios de fundação e moradores que adquiriam imóveis de terceiros ou que possuem mansões e prédios no local. O atual monitoramento das mortes de antigos moradores sem descendentes no local, é percebido negativamente e tem se caracterizado numa verdadeira batalha contra a demolição de parte das autoridades: “Hoje quando as pessoas estão morrendo autoridades do governo pelo Jardim Botânico vêm e derrubam”. (Trecho de entrevista). Atualmente a Associação de Moradores faz uso de uma dessas casas como sua sede.

5.3 O lado bom” de morar na comunidade do Horto Florestal.

5.3.1 Análise Interpretativa lógico-natural - Falas

Registro 23		Enfoque/Dimensão		
“Somos uma família (nos) conhecemos desde pequenos.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Nós (Oculto)	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	η (êta) “ todos (nos) conhecemos desde pequenos”.			

Obs. Inclusão minha do pronome para facilita o sentido.

Registro 24		Enfoque/Dimensão		
“Eu perguntei para um colega meu de outra comunidade se ele gostava de morar lá. Ele reclamou de falta de segurança, bala perdida, milícia e violência. Aqui nós não temos nada disso”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	ρ (ro) Perguntei para um colega meu de outra comunidade se ele gostava de morar lá. ρ (ro) Ele reclamou de falta de segurança, bala perdida, milícia e violência. Θ (tetá) Aqui nós não temos nada disso.			

Registro 25		Enfoque/Dimensão		
“Nós mesmos moradores tomamos conta. Nós moradores somos conscientes”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Nós Moradores	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	θ (tetá) tomamos conta. Somos conscientes.			

Registro 26		Enfoque/Dimensão		
“O nosso maior ganho de morar aqui é poder deixar os nossos filhos saírem a rua, sem maiores preocupações. Todos aqui nessa comunidade, conhecem uns aos outros”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) nosso maior ganho	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	η (êta) de morar aqui é poder deixar os nossos filhos saírem a rua, sem maiores preocupações. θ (tetá) Todos aqui nessa comunidade, conhecem uns aos outros.			

Registro 27 “Fui criada aqui. Não troco a comunidade aqui por realmente por lugar nenhum”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu (Oculto)	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	η (êta) Fui criada aqui. θ (tetá) Não troco a comunidade aqui por realmente por lugar nenhum.			

Registro 28 Tranquilidade. É um local calmo sem violência. Mas ninguém fala de coisas boas; as mídias só vêm aqui quando tem remoção para ‘mostrar tudo que tem gente saindo, que eles estão removendo.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Local	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado	θ (tetá) porque ninguém me contou η (êta) calmo sem violência. ω (ômega) Mas ninguém fala de coisas boas; θ (tetá) a mídia só vêm aqui quando tem remoção para ‘mostrar tudo que tem gente saindo, que eles estão removendo”.			

x5.3.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 29 		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto: Córrego local		Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado: A natureza alvo de especulação imobiliária nos seus pequenos detalhes e mostra toda sua grandeza no Horto Florestal. “Temos tudo! Temos a natureza; “ Não troco a comunidade aqui por realmente por lugar nenhum”[...] “Nós moradores somos conscientes”. (Trechos de entrevistas).				

Registro 30 		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto: A fauna local		Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado: No coração da grande cidade a natureza é representada em sua fauna no Horto Florestal. A beleza da natureza preservada contrasta com interesses de especulação imobiliária sobre aqueles que supostamente não deveriam				

estar ali para desfrutá-la. O lado bom de orar aqui é que vivemos num parque. Para todo lado que a gente olha temos beleza da natureza.” (Trechos de entrevistas).

Registro 31 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Objeto: O verde e o azul.			
Predicado: O verde da mata, cor da esperança e no horizonte, o azul, cor da paz e tranquilidade, tão necessárias em tempos difíceis de exclusão. Nós respiramos ar puro. (Trecho de entrevista).			

5.3.3 Quadro interpretativo

A Figura 10 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto ao "lado bom" de morar na comunidade do Horto Florestal, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Colaboração.

Figura 10 - "O lado bom" de morar na comunidade do Horto Florestal."



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A maioria define a natureza como “o lado bom” de morar na comunidade do Horto Florestal. Há percepção de uma assumida identidade de guardiões da floresta, sendo esse o seu verdadeiro patrimônio imaterial. A natureza é reverenciada com orgulho entre os jovens nas entrevistas, a despeito da condição social de moradia imposta pelas autoridades e pela especulação imobiliária que o local desperta. “Temos tudo! Temos a natureza, nós crescemos juntos nos conhecendo desde pequenos”. “Nós mesmos moradores tomamos conta. Nós moradores somos conscientes” (Trechos de entrevistas).

5.4 “O lado ruim” de morar na comunidade do Horto Florestal

5.4.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 32 “O lado ruim de morar é a insegurança e o medo de saber que amanhã se pode perder o seu lar”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é a insegurança e o medo de saber que amanhã se pode perder o seu lar			

Registro 33 -“O lado ruim de morar aqui é não ter área de laser para as crianças, que ficam brincando na rua. As crianças ficam sem espaço. Hoje temos um grupo de pessoas, atuando para forçar as autoridades a dar atenção a esse problema.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “O lado ruim de morar aqui é não ter área de laser para as crianças, que ficam brincando na rua. θ (tetá) As crianças ficam sem espaço. ω (ômega) Hoje temos um grupo de pessoas, atuando para forçar as autoridades a dar atenção a esse problema.”			

Registro 34 “O lado ruim é o medo. Eu falei numa reunião que a polícia que vem aqui. [...] não vem pela manhã ou às duas horas da tarde. Ela chega de madrugada para te remover de sua casa. Esse é o medo do povo. Isso é muito ruim viver assim. Viver com medo é viver?”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar α (alfa) Eu	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é o medo. θ (tetá) falei numa reunião que a polícia que vem aqui. [...] não vem pela manhã ou às duas horas da tarde. Ela chega de madrugada para te remover de sua casa. θ (tetá) Esse é o medo do povo. Isso é muito ruim viver assim. Viver com medo é viver?			

Registro 35 “O lado ruim é a incerteza que todos nós temos de um dia acordar com a sua casa no chão”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é a incerteza que todos nós temos de um dia acordar com a sua casa no chão”.			

Registro 36 5 - “O lado ruim é C”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é acesso e falta de condução.”.			

Registro 37 “O lado ruim é que as pessoas aqui deveriam ser mais unidas. Falta atenção das autoridades. Falta cultura e entretenimento”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) lado ruim de morar	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é a incerteza que todos nós temos de um dia acordar com a sua casa no chão”. η (êta) é que as pessoas aqui deveriam ser mais unidas. ρ (ro). Falta atenção das autoridades. ρ (ro).			

	Falta cultura e entretenimento.			
Registro 38 “Falta de melhores condições de acesso a transporte público. Tiraram daqui única linha de ônibus 558, justamente a que atendia a população no acesso ao principal posto de saúde mais utilizado pela comunidade na zona sul.”		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Transporte público	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	η (êta) Falta de melhores condições de acesso θ (tetá) Tiraram daqui única linha de ônibus 558, justamente a que atendia a população no acesso ao principal posto de saúde mais utilizado pela comunidade na zona sul.”	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

5.4.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 39 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Policial no comando.			
Predicado: Autoridade policial é seguida por moradores e amigos. A justiça prioriza o envio de força policial para remoções de moradores, numa cidade carente de moradia e de segurança. “O lado ruim de morar é a insegurança e o medo de saber que amanhã se pode perder o seu lar”. O lado ruim de morar aqui é falta de apoio das autoridades do país”. O lado ruim é o medo”. (Trechos de entrevistas).			

Registro 40 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Amigos e moradores protestam contra ações unilaterais de remoção dos Moradores.			
Predicado: A frieza e indiferença das autoridades tem levado a comunidade a desacreditar da justiça. “Os políticos vêm aqui prometem que vão fazer e não fazem nada. Falta de apoio à nossa causa” “A partir do momento que comunidade foi abandonada pelas autoridades, a gente teve que se achar jeito de se defender” (Trechos de entrevistas).			

5.4.3 Quadro interpretativo

A Figura 11 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto ao "lado ruim" de morar na comunidade do Horto Florestal, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Desilusão.

Figura 11 - Zona da Desilusão: "Lado ruim" de morar na comunidade do Horto Florestal".



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A unanimidade dos entrevistados se referiu ao descaso das autoridades associada à falta de diálogo como problemas mais graves no que refere ao lado ruim de morar. Evidencia-se na maioria dos registros a suposição de que é prioridade os interesses dos mais favorecidos, independente do mérito da questão. A maioria fez referências negativas aos maus políticos que prometem muito e à grande mídia que distorce os fatos para obter dividendos relativos a seus interesses específicos. Entendem que a maior força para esse combate está na própria união da comunidade: “A gente tem feito vários eventos para se unir cada vez mais, ex. Feijoada de São Jorge, festa das crianças, tudo com o apoio da comunidade”, “O lado ruim de morar é a insegurança e o medo de saber que amanhã se pode perder o seu lar”, “O lado ruim é o medo, (Trechos de entrevistas).

5.5 Percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia em sua comunidade

5.5.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 41		Enfoque/Dimensão		
“Acho que vai melhorar se a gente manter o nosso pessoal a fim de lutar”. “Não podemos esperar nada dos políticos, Justiça e autoridades”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Oculito Eu	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado	η (êta) Acho que vai melhorar se a gente manter o nosso pessoal a fim de lutar”. θ (tetá) Não podemos esperar nada dos políticos, justiça e autoridades.			

Obs. Inclusão minha do pronome para facilita o sentido.

Registro 42		Enfoque/Dimensão		
“Dependemos do apoio e da união da nossa comunidade. A gente tem feito vários eventos para se unir cada vez mais, ex. Feijoada de são Jorge, festa das crianças, tudo com o apoio da comunidade.”		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Nós	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	η (êta) Dependemos do apoio e da união da nossa comunidade. θ (tetá) A gente tem feito vários eventos para se unir cada vez mais, ex. Feijoada de são Jorge, festa das crianças, tudo com o apoio da comunidade.			

Registro 43		Enfoque/Dimensão		
“Que o futuro seja melhor, não sei, mas no momento está difícil. As autoridades não abraçam as nossas causas”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) O futuro	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Que seja melhor, não sei, mas λ (lambda) no momento está difícil. θ (tetá) As autoridades não abraçam as nossas causas.			

Obs. Inclusão do pronome pelo auto para facilita o sentido.

Registro 44		Enfoque/Dimensão		
“Eu espero um futuro bom. Peço a Deus que a gente tenha um país melhor. Desde pequeno a gente tem a ameaça que vai sair daqui”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens

Objeto	α (alfa) Eu	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Espero um futuro bom. θ (tetá) Peço a Deus que a gente tenha um país melhor. λ (lambda) Desde pequeno a gente tem a ameaça que vai sair daqui.			

Registro 45 7 - “Acredito que o futuro vai ser melhor, porque eu vejo que depois da tempestade vem a bonança.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Acredito que o futuro vai ser melhor, λ (lambda) Porque eu vejo que depois da tempestade vem a bonança.			

Registro 46 “Pela conjuntura, se depender do atual governo será pior. Eles têm projetos de remoção financiados por grandes empresas que tem interesse aqui na localidade”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Pela conjuntura, se depender do atual governo será pior. ω (ômega) Eles têm projetos de remoção financiados por grandes empresas Θ (tetá) que tem interesse aqui na localidade. “			

5.5.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 47		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
		Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Barricadas humanas				
Predicado: O veículo com letreiro de mudanças está a serviço da remoção. As pessoas sentadas na rua que impedem a passagem do caminhão estão a serviço de um ideal de justiça igual para todos: “Dependemos do apoio e da união da nossa comunidade As autoridades não abraçam as nossas causas”. “Não podemos esperar nada dos políticos, justiça e autoridades”. (Trechos de entrevistas).				

Registro 48 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Polícia e spray de pimenta Predicado: O uso do spray de pimenta no enfrentamento dos moradores da comunidade força todos indistintamente a fecharem os seus olhos e darem as costas para essa dura realidade da moradia no Brasil: “Desde pequeno a gente tem a ameaça que vai sair daqui”. “Acho que o futuro deve ser melhor”. “Estão vendo a ... (palavrão) que estão fazendo com a gente?” Que o futuro seja melhor, não sei, mas no momento está difícil: “Eu espero um futuro bom. “Peço a Deus que a gente tenha um país melhor”. (Trechos de entrevistas).			

5.5.3 Quadro interpretativo

A Figura 12 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto à percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Desilusão.

Figura 12 - Zona da Desilusão: " Percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia".



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise dos registros sugere que o quadro atual de incertezas quanto ao futuro hoje é de desilusão. No entanto, há um consenso geral de que ações integradas com o apoio de mídia positiva pela causa, seja na Internet ou em outros meios convencionais e de entidades parceiras como a academia e associações de moradores e amigos, será possível se defender das imposições, preferências, omissões das autoridades e interesses subjacentes do capital: “Que o futuro seja melhor, não sei, mas no momento está difícil”. “As autoridades não abraçam as nossas causas”. “Peço a Deus que a gente tenha um país melhor”. “Depois do direito de viver, vem o direito de morar.” (Trechos de entrevistas).

5.6 Cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade

5.6.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 49		Enfoque/Dimensão		
“Não “Depois do direito de viver, vem o direito de morar”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	A (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) . Depois do direito de viver, vem o direito de morar”.			

Obs. Inclusão do pronome para facilita o sentido.

Registro 50		Enfoque/Dimensão		
“Se houvesse o mínimo de cidadania não aconteceria o que tem acontecido”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	A (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Se houvesse o mínimo de cidadania não aconteceria o que tem acontecido”.			

Registro 51		Enfoque/Dimensão		
Não. “Direitos, Liberdade e Justiça é ver um cidadão morador ser arrancado de sua casa com um filho no colo e ter sua casa derrubada pela polícia a mando das autoridades?”		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Não. De jeito nenhum. θ (tetá) A justiça está contra nós. Ela só está presente para ficar contra nós”.			

Registro 52 “Claro que não! (Palavrão) A autoridades chegam e fazem o que querem. A gente fica de vigília para se defender. Não temos apoio”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Claro que não! (Palavrão) A autoridades chegam e fazem o que querem. θ (tetá) A gente fica de vigília para se defender. Não temos apoio”.			

Registro 53 6 - “Não. Não tem como! Os moradores sabem que estão abandonados e que precisam se defender”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Não. Não tem como! Os moradores sabem que estão abandonados θ (tetá) e que precisam se defender”.			

Registro 54 “Não. Justiça e os direitos só estão presentes quando para defender os interesses das causas federais e da grande mídia que quer a localização e do Jardim Botânico e expandir.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Não. Justiça e os direitos só estão presentes quando para defender os interesses das causas federais θ (tetá) e da grande mídia que quer a localização e do Jardim Botânico e expandir.”			

Registro 55 “Tirar a sua moradia e te jogar em qualquer lugar, isso é desrespeito, é desumano.”..		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Tirar a sua moradia e te jogar em qualquer lugar, isso é desrespeito, é desumano.”			

Registro 56 “Se a sua moradia está em risco, a sua liberdade também está”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Se a sua moradia está em risco, a sua liberdade também está.			

5.6.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 57	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
<p>Objeto: Moradores e amigos de braços dados enfrentam as autoridades policiais.</p> <p>Predicado: A simbologia do gesto entrelaçado de união antecipa literalmente a força policial. “A gente tem que chamar a atenção dessas autoridades de alguma forma”. “Tirar a sua moradia e te jogar em qualquer lugar, isso é desrespeito, é desumano”. “Que o futuro seja melhor, não sei, mas no momento está difícil. (Trecho os de entrevistas).</p>			

Registro 58	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
<p>Objeto: O batalhão de polícia se prepara para intervenção</p> <p>Predicado: A intervenção policial coloca a liberdade em risco pela causa da moradia. “A gente dorme e acorda preocupado, sem saber se amanhã a nossa casa vai estar de pé aqui”. “Faz parte do nosso dia a dia. Vivemos com medo.” (Trechos de entrevistas).</p>			

Registro 59	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
<p>Objeto: Ato de enfrentamento de moradores</p> <p>Predicado: O enfrentamento é uma explosão de energia consumida no limite em nome da cidadania. Todos nós que gostamos e cuidamos daqui e se removidos não temos para onde ir”. Não. Nós estamos largados, carentes, completamente abandonados. Se a gente não se unir a gente não consegue nada! ” (Trechos de entrevistas).</p>			

5.6.3 Quadro interpretativo

A Figura 13 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto à cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Desilusão.

Figura 13 - Zona da Desilusão: " Cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade".



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise sugere que no conjunto que a justiça e os direitos não são entidades percebidas na relação com a sua comunidade. Incursões policiais com remoções e derrubadas de casas criam um sentimento de abandono à própria sorte, o que faz a comunidade temer e desacreditar da imparcialidade dos poderes e suas instituições. Durante as entrevistas, muitas ilações foram feitas sobre os maus exemplos dos três poderes, tais ilações foram descartadas, por avançarem muito além das questões do roteiro de pesquisa, porém evidenciaram o incômodo espelhado nessa realidade. O sentimento de liberdade é impactado por restrições e proibições à moradia, o que torna a comunidade refém da ação do Estado. Um Estado que teoricamente existe para zelar por seus cidadãos, mas que

paradoxalmente, quando intervém nessa questão, em geral, significa que é negar direitos ao cidadão pertencente a uma classe socialmente desfavorecida. “Está muito longe de ser claro como a causa da moralidade, da bondade e da justiça pode ser seriamente promovida num mundo que aparentemente aceita a sua própria ausência de fundamento” (BAUMAN, 2007, p. 38).

5.7 A questão da moradia como preocupação constante no dia a dia

5.7.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 60 “A gente dorme e acorda preocupado, sem saber se amanhã a nossa casa vai estar de pé aqui”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) A gente	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Dorme e acorda preocupado, θ (tetá) sem saber se amanhã a nossa casa vai estar de pé aqui.			

Registro 61 Faz parte do nosso dia a dia. Vivemos com medo.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) a preocupação	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) “Faz parte do nosso dia a dia. θ (tetá) Vivemos com medo.”			

Registro 62 -“Ficar sem casa é uma preocupação constante”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Ficar sem casa	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é uma preocupação constante			

Registro 63 6 -“Quem pode ficar tranquilo vendo a sua casa em risco de derrubada? ”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens

Objeto	α (alfa) Quem (Indefinido)	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	δ (delta) Pode ficar tranquilo vendo a sua casa em risco de derrubada?"			
Registro 64 "Aqui morreu um senhor que morava sozinho, no dia seguinte as autoridades vieram aqui e derrubaram a casa. A nossa casa que é vizinha eles não implicaram, porque está autorizada, mas aí algumas pessoas chamaram meu pai de X9.(*)"		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) um senhor que morava sozinho	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Morreu, λ (lambda) no dia seguinte as autoridades vieram aqui e derrubaram a casa. θ (tetá) A nossa casa que é vizinha eles não implicaram, porque está autorizada, δ (delta) algumas pessoas chamaram meu pai de X9."			

(*) X9 é gíria usada para palavra alcaguete.

Registro 65 -“Com certeza. Todos nós que gostamos e cuidamos daqui e, se removidos, não temos para onde ir.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Todos nós	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Com certeza, gostamos e cuidamos daqui θ (tetá) se removidos não temos para onde ir.”			

Registro 66 -“Esse problema de remoção é uma preocupação constante”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Problema de remoção	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é uma preocupação constante			

5.7.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

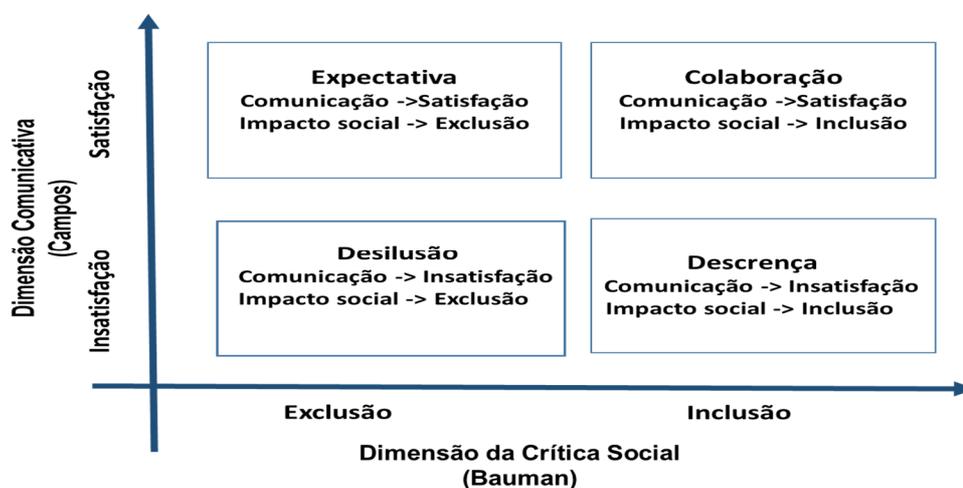
<p>Registro 67</p> 	Enfoque/Dimensão		
Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens	
Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente	
<p>Objeto: Foto antiga de moradores e amigos do Horto.</p>			
<p>Predicado: O passado distante registrou no tempo a expressão confiante de morar e pertencer. Hoje o cenário é de incerteza. “Não podemos esperar nada dos políticos, Justiça e autoridades”. A gente dorme e acorda preocupado, sem saber se amanhã a nossa casa vai estar de pé aqui”. (Trechos de entrevistas).</p>			
<p>Registro 68</p> 	Enfoque/Dimensão		
Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens	
Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente	
<p>Objeto: Faixa de apoio à comunidade.</p>			
<p>Predicado: A solidariedade do apelo em faixas dos amigos e moradores vizinhos da comunidade atestam que os estereótipos negativos de confronto, insegurança e agressão ambiental, atribuídos à comunidade, não têm fundamento. “Com certeza. Todos nós que gostamos e cuidamos daqui.” (Trechos de entrevistas).</p>			
<p>Registro 69³²</p> 	Enfoque/Dimensão		
Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens	
Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente	
<p>Objeto: Bandeira do Brasil usada no protesto</p>			
<p>Predicado: Manifestantes protestam com a bandeira do Brasil como testemunha, em defesa da comunidade do Horto Florestal. “Silenciar não é solução diante dos apelos e vicissitudes impostos por uma realidade adversa. (Martin Luther King Jr.).</p>			

³² Foto: Agência O DIA em 04.03.2013

5.7.3 Quadro interpretativo

A Figura 14 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto à questão da moradia como preocupação constante no dia a dia, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender que a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Desilusão.

Figura 14 - Zona da Desilusão: questão da moradia como preocupação constante no dia a dia.



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise sugere haver preocupação constante com a ameaça de uma realidade recorrente de remoção. No passado histórico da escravidão, comunidades negras viviam sitiadas em sobressalto na defesa de seus territórios sob o poder instituído de negação de sua liberdade. Em tempos mais atuais o autoritarismo do regime de exceção impôs o medo, o silêncio, enquanto a exclusão e preconceitos reinavam absolutos para uma comunidade ultrajada socialmente. Hoje num Brasil plural onde, supostamente, se vive num regime democrático de direito, o filme aparentemente se repete nas cores de uma opressão à liberdade silenciosa, marcada por omissão de governantes e pelos interesses subjacentes do capital ameaçando o direito de morar. Nessas circunstâncias, o medo líquido molda realidades, cria justificativas politicamente corretas e nos remete à metáfora de “Quilombos Modernos”: “Liberdade é poder fazer meus planos para ter um futuro melhor”, ” Se a sua moradia está em risco a sua liberdade de vir também está” (Trechos de entrevistas).

5.8 Uso de redes sociais nas trocas argumentativas pelos jovens

5.8.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 70		Enfoque/Dimensão		
“Eu uso frequentemente as redes sociais, mas hoje, aqui dentro da própria comunidade, há desconfiança em repassar documento que falem de remoção e de posse. A gente não sabe o que as pessoas, mal-intencionadas vão fazer. Isso pode piorar a situação, dependendo do que vão fazer com ele.”		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado	λ (lambda) Uso frequentemente as redes sociais, δ (delta) mas hoje, aqui dentro da própria comunidade, há desconfiança em repassar documento que falem de remoção e de posse. θ (tetá) A gente não sabe o que as pessoas, mal-intencionadas vão fazer. Isso pode piorar a situação, dependendo do que vão fazer com ele			

Registro 71		Enfoque/Dimensão		
“Eu uso as redes sociais. Uso Facebook e Whatsapp. Estamos frequentemente trocando informações em estado de alerta”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado	η (êta) “uso as redes sociais. Uso Facebook e Whatsapp. λ (lambda) Estamos frequentemente trocando informações em estado de alerta.			

Registro 72		Enfoque/Dimensão		
“Eu uso frequentemente as redes sociais. Acho que elas ajudam a gente da comunidade a chegar junto.”		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente
Predicado	λ (lambda) “uso frequentemente as redes sociais. Θ (tetá) Acho que elas ajudam a gente da comunidade a chegar junto			

Registro 73		Enfoque/Dimensão		
“Eu uso frequentemente as redes sociais. Na comunidade estão criados vários grupos de alerta: Blog, SOS Horto, Unido, Fica Horto e, agora por último, criamos o grupo Força Jovem para unir jovens e adultos pela tradição e união da comunidade”.		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Eu	Satisfação	Inclusão	Colaboração/ Presente
Predicado	λ (lambda) Eu uso frequentemente as redes sociais. η (êta) Na comunidade estão criados vários grupos de alerta: Blog, SOS Horto, Unido, Fica Horto e, agora por último, criamos o grupo Força Jovem para unir jovens e adultos pela tradição e união da comunidade.			

Registro 74 “Eu uso frequentemente as redes sociais. Uso e discuto muito, é o nosso meio de se relacionar e fazer as pessoas agirem, e fazerem a sua parte.”		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Eu	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	λ (lambda) uso frequentemente as redes sociais. θ (tetá) Uso e discuto muito, é o nosso meio de se relacionar e fazer as pessoas agirem, e fazerem a sua parte.”	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Futuro

Registro 75 “Eu uso frequentemente as redes sociais, mas eu acho que as pessoas têm que sair na rua. Tem que ter voz ativa. Só assim a ente vai ter poder de influenciar de alguma forma, alguma coisa.”		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Eu	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	λ (lambda) uso “Eu uso frequentemente as redes sociais, θ (tetá) mas eu acho que as pessoas têm que sair na rua. ρ (ro) Tem que ter voz ativa. Só assim a ente vai ter poder de influenciar de alguma forma, alguma coisa.”	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente

Registro 76 “Eu uso frequentemente as redes sociais, mas não acredito que possa mudar alguma coisa hoje no Brasil, não adianta só escrever e preciso ação.”		Enfoque/Dimensão		
Objeto	α (alfa) Eu	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Predicado	λ (lambda) frequentemente as redes sociais, mas não acredito que possa mudar alguma coisa λ (lambda) hoje no Brasil, não adianta só escrever e preciso ação.”	Satisfação	Exclusão	Expectativa/ Presente

5.8.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 77		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto: Vigilância		Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado: De postos estratégicos a comunidade monitora a movimentação e se comunica pelas redes sociais na Internet, hoje uma aliada fundamental no apoio aos moradores: ”. Eu uso as redes sociais. Uso Facebook e Whatsapp. Estamos frequentemente trocando informações em estado de alerta.				

Registro 78 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Moradores e amigos posando juntos Predicado: Essa conexão física se propaga, virtualmente, através das redes sociais: Só assim a ente vai ter poder de influenciar de alguma forma, alguma coisa”. (Trecho de entrevista).			
Registro 79 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Casa de moradores e a bandeira do Brasil Predicado: A aparente tranquilidade da imagem contrasta com o clima de tensão. A presença da bandeira do Brasil na parede externa mais ao fundo, seja qual for o motivo, sugere a esperança de igualdade, justiça e de dias melhores para todos: “Eu uso frequentemente as redes sociais, mas eu acho que as pessoas têm que sair na rua. Tem que ter voz ativa. (Trechos de entrevistas).			

5.8.3 Quadro interpretativo

A Figura 15 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto ao uso das redes sociais nas trocas argumentativas pelos jovens, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Expectativa.

Figura 15 - Zona da Expectativa: “Uso das redes sociais nas trocas argumentativas pelos Jovens”



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise sugere alta frequência no uso de redes sociais. Hoje é prática recorrente entre os moradores a troca de informações com os revezamentos em vigílias, temendo incursões policiais em cumprimento a mandatos de remoção de famílias inteiras. Em paralelo persiste campanha negativa sistemática de segmentos da grande mídia, cujos interesses subjacentes, na visão da comunidade, fazem parte do problema e não da solução. As opiniões sobre uso se dividem em 50 % quando a pergunta recai sobre a real contribuição das redes sociais para a democracia e participação dos jovens na política no Brasil: “Eu uso frequentemente as redes sociais. Uso Facebook e Whatsapp. Estamos frequentemente trocando informações em estado de alerta”. Eu uso frequentemente as redes sociais, mas não acredito que possa mudar alguma coisa hoje no Brasil, não adianta só escrever e preciso ação”. (Trechos de entrevistas).

5.9 Significado de liberdade

5.9.1 Análise lógico-natural e interpretativa – Falas

Registro 80 “Não temos liberdade. Minha liberdade será o dia que a minha filha puder dizer que o tem apoio e direitos respeitados e que não tem a preocupação que eu tenho hoje”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) Não temos liberdade. θ (tetá) Minha liberdade será o dia que a minha filha puder dizer que o tem apoio e direitos respeitados e que não tem a preocupação que eu tenho hoje.			

Registro 81 “Liberdade é poder ter fazer meus planos para ter um futuro melhor.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é poder ter fazer meus planos para ter um futuro melhor.”			

Registro 82 Liberdade é com certeza, poder ser respeitado nos nossos direitos. Liberdade é não ser forçado a sair daqui”.		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) é com certeza, poder ser respeitado nos nossos direitos. não ser forçado a sair daqui.			

Registro 83 “Liberdade pra mim é Tratamento igual para viver sem preocupação com injustiça.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) pra mim é Tratamento igual para viver sem preocupação com injustiça.			

Registro 84 5 - “É poder viver com direitos iguais. O rico aqui na comunidade tem preferência porque pode pagar um IPTU de milhões, enquanto o pobre não pode pagar nem uma conta de luz.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente

Predicado	η (êta) viver com direitos iguais. ω (ômega) O rico aqui na comunidade tem preferência porque pode pagar um IPTU de milhões, θ (tetá) enquanto o pobre não pode pagar nem uma conta de luz.			
------------------	--	--	--	--

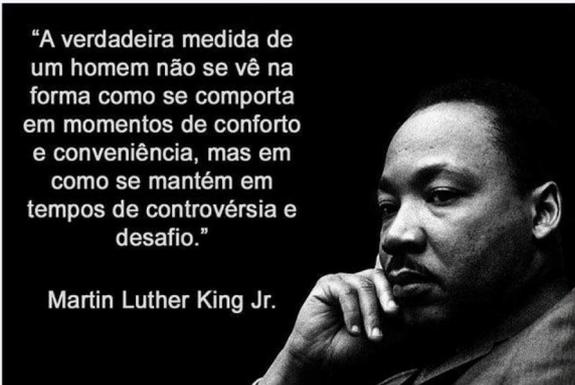
Registro 85 6 - “Tenho liberdade até um certo ponto. Tá ligado? O ponto é onde começa perseguição para fazer você ser retirado de sua casa.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	η (êta) até um certo ponto. Tá ligado? O ponto é onde começa perseguição para fazer você ser retirado de sua casa.”			

Registro 86 “Liberdade é Tratamento igual (onde? Na sociedade) para viver sem preocupação de injustiça.”		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
Objeto	α (alfa) Liberdade	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Predicado	“η (êta) Tratamento igual (onde? Na sociedade) para viver sem preocupação de injustiça.”			

5.9.2 Análise lógico-natural e interpretativa – Imagens

Registro 87		Enfoque/Dimensão		
		Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
		Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Barricadas de Fogo				
Predicado: As chamas acesas em barricadas contra ações de remoção na comunidade do Horto Florestal, são um apelo de socorro da comunidade, numa cidade carente de moradia digna para as classes socialmente menos favorecidas. “Tratamento igual (onde? Na sociedade) para viver sem preocupação de injustiça”. (Trecho de entrevista).				

Registro 88 	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Mulher rezando à frente do batalhão. Predicado: Tropa de choque avançando em ação de remoção contrasta com o aparente desespero de mulher rezando. “Liberdade é tratamento igual (onde? Na sociedade) para viver sem preocupação de injustiça”. “Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está”. (Trechos de entrevista).			

Registro 89 ³³  <p>“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”</p> <p>Martin Luther King Jr.</p>	Enfoque/Dimensão		
	Sentimento ao comunicar	Percepção de Impacto Social	Zona de racionalização dos Jovens
	Insatisfação	Exclusão	Desilusão/ Presente
Objeto: Citação de Martin Luther King Jr. Predicado: Enfrentar tempos de controvérsias e desafios tem sido a sina dos que buscam transformar seus sonhos em realidade, amparados em ideais de igualdade e justiça”. “Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está”. (Autor).			

5.9.3 Quadro interpretativo

A Figura 16 abaixo apresenta a análise bidimensional na dimensão comunicativa (Ecologia dos Sentidos) e do Impacto social (Modernidade Líquida) que posiciona os sentimentos da comunidade, nessa questão. Quanto ao **significado de liberdade**, a nossa análise crítico-interpretativa nos leva entender a maioria dos sentimentos percebidos e racionalizados pelos jovens moradores nessa questão estão posicionados na Zona da Desilusão.

³³ Foto: site Livros Etc.

Figura 16 - Zona da Desilusão: “significado de liberdade



Fonte: Compilação de dados e análise do autor.

Comentário:

A análise sugere que a maioria dos jovens entrevistados considera que a liberdade depende de ter seus direitos respeitados e, portanto, reivindicam justiça igual para todos. Percebe-se, de um modo geral, que o termo é visto como uma condição inegociável para resgate da cidadania, ou seja, sem concessões a privilégios provindos do poder econômico, político e social. O sentimento de liberdade é impactado por restrições e proibições à moradia, o que torna a comunidade refém da ação do Estado. Um Estado que em tese, existe para zelar por seus cidadãos, mas que, paradoxalmente, quando intervém, em geral significa para negar direitos ao cidadão pertencente a uma classe socialmente desfavorecida. Quando os direitos básicos de cidadania de uma comunidade são negligenciados, a liberdade estará em risco (BAUMAN, 2001). “Liberdade pra mim é tratamento igual para viver sem preocupação com injustiça”. (Trecho de entrevista).

5.10 Análise final global

Nesse item, agrupamos os sentimentos dos jovens por temática, de acordo com as classificações descritas no capítulo de Metodologia (p. 50). Como já ressaltado anteriormente, por se tratar de uma pesquisa de cunho social, admite-se a existência de áreas de sombra ou interseção entre as classificações propostas. Tendo em vista as limitações de tempo e outros recursos no campo, estamos restringindo essa avaliação às zonas de classificação abaixo, o que oportuniza novos

estudos e pesquisas sobre o tema em questão. Feita a observação que julgamos pertinente, solicitamos a devida atenção do leitor para as nossas conclusões, obtidas a partir da pesquisa com uma amostra não aleatória de 14 indivíduos. Foram 89 registros selecionados, conforme a análise crítico-interpretativa planejada. Os resultados de suas entrevistas e dados de documentos foram aferidos e avaliados de acordo com as classificações a seguir:

- Zona da Desilusão - Os registros nessa classificação são caracterizados por insatisfação expressa na comunicação e na percepção de exclusão pelo impacto social. Os resultados da análise interpretativa incluem os seguintes temas: Aquisição de moradia na comunidade do Horto Florestal; O lado ruim de morar na comunidade do Horto Florestal; Percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia em sua comunidade; Cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade; a questão da moradia como preocupação constante no dia a dia; e o Significado de liberdade.
- Zona da Expectativa - Os registros nessa classificação são caracterizados por satisfação expressa na comunicação e na percepção de exclusão pelo impacto social. O resultado da análise interpretativa inclui o seguinte tema: Uso de redes sociais nas trocas argumentativas pelos jovens.
- Zona da Descrença - Os registros nessa classificação são caracterizados pela insatisfação expressa na comunicação e na percepção de inclusão pelo impacto social. Esse tipo de posicionamento não foi identificado nos resultados das análises efetuadas.
- Zona da Colaboração - Os registros nessa classificação são caracterizados pela satisfação expressa na comunicação e na percepção de inclusão pelo impacto social. O resultado da análise interpretativa inclui o tema: Identidade histórica e as tradições do Horto Florestal. O quadro a seguir, resume as classificações.

Tema do Roteiro de Entrevistas	Zona de Posicionamento (Maior concentração)			
	Desilusão	Descrença	Expectativa	Colaboração
A comunidade do Horto Florestal e a sua identidade histórica.				<input checked="" type="checkbox"/>
Forma de aquisição de moradia na comunidade do Horto Florestal.	<input checked="" type="checkbox"/>			
O lado bom” de morar na comunidade do Horto Florestal.				<input checked="" type="checkbox"/>
O lado ruim” de morar na comunidade do Horto Florestal	<input checked="" type="checkbox"/>			
Percepção dos jovens quanto ao futuro da moradia em sua comunidade.	<input checked="" type="checkbox"/>			
Cidadania, direitos, liberdade e justiça na relação com a comunidade.	<input checked="" type="checkbox"/>			
A questão da moradia como preocupação constante no dia a dia.	<input checked="" type="checkbox"/>			
Uso de redes sociais nas trocas argumentativas pelos jovens.			<input checked="" type="checkbox"/>	
Significado de liberdade	<input checked="" type="checkbox"/>			

Conforme pode ser verificado no quadro que resume as classificações acima, em termos globais, a análise reflete a predominância de Insatisfação no estágio atual da comunidade. Essa caracterização se expressa nos diálogos em trocas comunicativas e no impacto social (discursos e imagens). Tais circunstâncias evidenciam os efeitos psicossociais que impactam negativamente a liberdade, a cidadania e a segurança do indivíduo, próprios da modernidade líquida, especialmente impactando os segmentos menos favorecidos da população brasileira, como a comunidade estudada.

Página intencionalmente em branco.

6 DISCUSSÃO

Propomos, nesse capítulo, uma discussão, ainda que limitada, sobre os temas investigados na perspectiva dos jovens, a partir da análise dos dados obtidos no campo, de acordo com modelo de análise descrito no capítulo de Metodologia de análise de dados e da interpretação crítica dos resultados. Esses, foram interpretados, como vimos, à luz dos referenciais teóricos da Teoria da Ecologia dos Sentidos (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017)) e da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001; 2003; 2007; 2008; 1989), com base dados aferidos a partir das esquematizações da lógica natural (GRIZE, 1990; 1993), posicionados no tempo: passado, presente e futuro nas zonas de racionalização.

6.1 Origem, história e tradições da comunidade

Origem, história e tradições da comunidade são referências importantes para legitimar o direito de moradia: Conhecer a história, origem e tradições da comunidade tem significado especial para legitimação do espaço territorial urbano onde convivem e deram os primeiros passos. Seja através de histórias contadas por parentes próximos, seja pela necessidade de não serem considerados estranhos ou sem laços comunitários com o local. A moradia é percebida como uma herança histórica pela concessão a seus parentes trabalhadores em órgão público da União³⁴. Alguns relatos fizeram referência a grandes obras que construíram e existem como as de infraestrutura para contenção e distribuição de águas na zona sul da cidade como a Represa dos Macacos, e de antevisão quanto a questões de sustentabilidade ambiental como a do Jardim Botânico, este, paradoxalmente hoje, em litígio. Há uma percepção de que existe uma identidade intrínseca da comunidade com natureza, como se essa fosse o seu verdadeiro patrimônio imaterial. A maioria dos entrevistados define a natureza como referencial de “o lado bom” de morar na comunidade do Horto Florestal”. Um dos jovens entrevistados finaliza sua entrevista utilizando a primeira pessoa do plural, (pág. 74) para afirmar categoricamente: “Temos tudo! Temos a natureza; “ Não troco a comunidade aqui por realmente por lugar nenhum”[...] “Nós moradores somos conscientes”. São “guardiões da floresta” (RIOONWATCH, 2017). O paradoxo dessa constatação é que o parque Jardim Botânico, cujo

³⁴ O monitoramento das mortes de antigos moradores sem descendentes no local tem se caracterizado numa verdadeira batalha na medida em que as autoridades, quando cientes, a colocam sob custódia para imediata demolição.

significado transmite a ideia de local de natureza, lazer, cultura, paz e diversão, está em rota de colisão com a comunidade.

Conforme já mencionado anteriormente, a comunidade do Horto Florestal não apresentou nas entrevistas e nos registros documentais evidências reivindicatórias de legitimação de territorialidade quilombola, embora o local tenha sido roto de fuga de escravos (SILVA, 2003; CAMPOS, 2004). Relatos dos participantes reproduzem sentimento de orgulho por desfrutar do patrimônio imaterial reservável que é exuberância de sua natureza e vistos como “Guardiões da Floresta”. Nesse sentido, o uso do termo “Quilombos modernos” é uma metáfora para lembrar a luta dos negros em seus territórios de resistência e o advento da modernidade com as redes sociais.

Nessa perspectiva, a referência ao estudo de Silva (2011), apresentado na revisão de literatura sobre territorialização quilombola, tem a finalidade de fazer uma analogia sobre a negação direitos. O estudo de Silva (2004) tem base em relatos orais dos moradores de comunidades, onde se constata que origem, história e tradições são entendidos como referências importantes para legitimar o direito de moradia, ou seja, formas de reafirmação dos seus direitos de ir e principalmente vir.

Os achados da pesquisa na comunidade do Horto Florestal, portanto, corroboram a pesquisa de Silva (2011) na reafirmação dos direitos dessas comunidades, sendo possível concluir que haja uma correlação positiva³⁵ qualitativa entre conhecimento de sua origem, história e tradições como reforço para legitimidade do direito de moradia. No entanto, divergem de Silva (2011) quanto à propensão das autoridades e representantes dos poderes na sociedade demonstrarem algum nível de interesse na adoção de planejamento adequado para tratar dessa problemática. Com efeito, a pesquisa na comunidade do Horto sugere fortemente que as autoridades não priorizam interesses de classes socialmente desfavorecidas.

Uma primeira questão que fica proposta para novos estudos e pesquisas, relacionada com a problemática discutida aqui é: Em que medida a correlação positiva entre o conhecimento de sua origem, história e tradições e legitimidade do direito de moradia seria eficaz na luta por direitos de moradia

³⁵ Estatisticamente diz haver uma correlação positiva entre variáveis de um determinado domínio, quando o aumento ou redução da mesma implica em comportamento semelhante. Emprestamos esse termo da abordagem quantitativa para sugerir a ideia de uma correlação qualitativamente positiva.

6.2 A continuada ameaça de remoção pelas autoridades como fator desestabilizador da comunidade e de seus sentimentos de liberdade

O clima de instabilidade e insegurança presente no dia-a-dia da comunidade, produz o desenvolvimento de formas de autoproteção baseadas na colaboração mútua. Ao contrário do que parece ocorrer, em geral, em diversos grupos sociais, quando o interesse é comum, é negligenciado em nome de grupos de poder. Raramente propagam-se informações intencionalmente truncadas, ou rebates falsos que possam criar ainda mais pressões sobre a estabilidade emocional da comunidade. A palavra “instabilidade” está associada a inconstância; condição ou qualidade do que não é estável e nem permanente³⁶.

A falta de moradia significa a negação de uma vida com dignidade (DIAS, 2011). “Liberdade é tratamento social igual para viver sem preocupação de injustiça. A justiça está presente quando tem seu (próprio) interesse” (Trecho de entrevista de um/uma jovem). A ocupação da área do Horto Florestal, hoje pertencente à União Federal, data da primeira década do século XIX. No mesmo ano da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808), D. João VI desapropriou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, de propriedade de Rodrigo de Freitas, para a construção de uma fábrica de pólvora. Em 1811, foram erguidas vilas para a instalação dos trabalhadores da fábrica, em virtude de o local ser considerado de difícil acesso. Com a transferência da fábrica para Raiz da Serra, aos pés da serra de Petrópolis, a área foi desmembrada e alienada, Anexo sendo muitas casas de antigos funcionários cedidas, já no século XX, a funcionários do Jardim Botânico. Assim, gerações de famílias de funcionários e descendentes de funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico construíram uma comunidade nos arredores do parque, com autorização (formal e informal) das diversas administrações do Jardim Botânico.

Uma das argumentações das vozes correntes contrárias ao direito dos moradores que se tem notícia, é que os que tinham o direito de moradia eram os primeiros trabalhadores contratados para construção das obras pela União. Pela frieza lógica desse argumento, hoje seus moradores não

³⁶ Fonte: dicionário da Língua portuguesa – Disponível em < <https://www.dicio.com.br/instabilidade/> > acessado em 03-12-2017

teriam esse direito uma vez que a legislação não considera direito de propriedade por usucapião³⁷ em terrenos públicos³⁸. No entanto, não se trata de direito à terra, e sim do ato de morar, aceitar o argumento que acabamos de comentar, na nossa visão, seria pura obra de ficção em um Brasil que tem se caracterizado por um débito continuado da parte dos governantes, especialmente imposto às classes sociais menos favorecidas (CALDEIRA, 1984).

À luz do momento atual, constata-se a falência dos programas habitacionais no Brasil pelo alto nível do déficit habitacional (que vem de várias décadas), afetando mais fortemente os segmentos mais pobres da população. Tal insucesso revela a inadequação das soluções para enfrentamento dos problemas (BONDUKI, 2008). A ameaça de moradia é fator de desestabilização traduzido num registro textual na íntegra de uma entrevista da seguinte forma: “Se a sua moradia está em risco a sua liberdade de vir também está”. Face ao exposto, é possível concluir que a continuada ameaça de remoção de suas casas pelas autoridades desestabiliza a comunidade e afeta os seus sentimentos de liberdade. Para Santos (2009) a negação da liberdade a comunidades carentes se expressa pelo entendimento da pobreza, não apenas como uma condição de baixo nível de renda, porém como um estado de privação de liberdade ou de liberdade de escolha. Para Hayek (1960) o conceito de liberdade tem seu princípio maior na luta pela igualdade perante a lei; ou seja, conjunto de regras que os membros da sociedade devem obedecer, voluntariamente, na relação uns com os outros. No entanto, continua o autor, “Se o resultado individual da liberdade não puder demonstrar, de algum modo, que é mais bem-sucedido que outro, na maioria das situações, deve ser desprezado” (p. 85).

Uma segunda questão que fica proposta para novos estudos e pesquisas, relacionada com a problemática que acabamos de discutir é: Como garantir a pluralidade de direitos à cidadania, particularmente no que se refere às diferenças, num Brasil, onde ordenamentos jurídicos encontram múltiplos caminhos alternativos que levam ao descumprimento ou contorno da lei?

³⁷ Usucapião é o direito que um cidadão adquire em relação à posse de um bem móvel ou imóvel em decorrência do uso deste por um determinado tempo.

³⁸ Embora essa premissa não seja assumida publicamente pelas autoridades, o fato é que imóveis que não possuam moradores descendentes para dar continuidade no uso são derrubados.

6.3. As trocas em rede pelos jovens da comunidade do Horto Florestal

A pesquisa sugere que a comunicação entre os jovens é predominantemente verbal, ainda que estabeleçam trocas multilinguajeras através de fotos, memes etc. Atualmente, a troca de informações representa, ao nosso ver, um meio de autodefesa ante aos riscos e ameaças impostos pelas autoridades com ações unilaterais de remoção. Há uma descrença e políticos. A maioria dos argumentos identificados nos discursos dos entrevistados descreve as autoridades como entidades a serviço dos que têm maior influência social e econômica. Segundo Campos (2014) toda ação comunicativa envolve uma ação e reação, a qual está sujeita a critérios de valorização do discurso que se expressa, entre os atores envolvidos, por meio da argumentação (p. 966-996). Como disse um jovem durante uma das entrevistas: "Se a sua moradia está em risco a sua liberdade também está". Registros de imagens analisadas trocadas em rede, como as de número 59 (p.82) e 88 (p. 94), da seção 5 atestam essa premissa. Tais imagens compartilhadas por jovens traduzem suas interações que falam por si. Evidenciam seus sentimentos de satisfação ou insatisfação a respeito de seus vividos. Toda comunicação pode resultar na geração de sentimento ético-moral de crédito ou de sentimento ético-moral de dívida; o primeiro ligado à gratidão, à cooperação; o segundo à recusa do outro e ao conflito que, em casos extremos, podem reverberar em formas de violência social (CAMPOS, 2011; 2014; 2015; 2017). Com efeito, tais interações sugerem que a juventude do Horto Florestal compartilha seus sentimentos, percepções e racionalizações através das redes sociais a despeito da desconfiança na isenção das autoridades.

Nessa perspectiva os resultados da pesquisa sugerem ainda que os sentimentos dos jovens em relação ao que esperar das autoridades estão exauridos: a desconfiança nas autoridades, é generalizada. Na visão dos jovens os poderes são omissos, ausentes ou indolentes aos apelos quanto às suas necessidades básicas. Os políticos são desacreditados porque parecem não fazer concessões à ética: "relação singular que se estabelece com o outro, através de códigos racionais e espirituais; ou troca dita visceral, que não admite burocracias abrangentes ou omissas, cujas contestações têm origem na diferença entre o que é autêntico e os propósitos subjacentes que comprometem o seu sentido" (COSTA, 2010, p. 22). Em contrapartida, a comunidade responde a esse estado de desatenção de parte das autoridades com indiferença quanto ao papel do Estado.

O modelo do Estado liberal, amplamente vigente no mundo de hoje, não tem sido capaz de garantir a pluralidade de direitos à cidadania, particularmente no que se refere às diferenças (HABERMAS,1997). Notadamente no Brasil, onde ordenamentos jurídicos encontram múltiplos

caminhos e direitos humanos fundamentais são negados a milhares de cidadãos pelas vias das várias formas de violência praticadas na sociedade” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2012, p. 394). Um dos entrevistados quando perguntado sobre liberdade respondeu: “Liberdade é poder ter de fazer meus planos para ter um futuro melhor”. Como já apresentado mais acima, ele racionaliza seus sentimentos de ameaça de uma maneira ímpar, que escolhemos como parte integrante do título de nossa dissertação de Mestrado: **“Se a sua moradia está em risco, a sua liberdade também está”**. Essa manifestação verbalizada por esse jovem, assim como as declarações dos outros entrevistados, assim como as fotos por eles compartilhadas, confirma a nossa hipótese de que os jovens comunicam seus sentimentos e percepções, e os verbalizam e mostram através de multilinguagem das redes (textos acrescidos de imagens, sons, tato etc.), racionalizando suas ideais a respeito de cidadania, liberdade e justiça social. Mais ainda: o fazem em relação a seu vivido imediato, na comunidade do Horto Florestal que lhes serve de moradia. E isso, embora entendam que esses valores não sejam respeitados.

Um componente essencial na proteção dos direitos humanos é o direito de todas as pessoas a não sofrer violência. Outro elemento crucial é a fixação de limites estritos à capacidade do Estado de interferir em nossa vida privada e familiar, o que inclui a proteção de nossas liberdades de expressão, de associação e de reunião. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 15)

Lembrar que políticas de aproximação e integração social entre entidades públicas no passado recente fez parte da agenda nos planos de ações do parque Jardim Botânico, conforme registra Pereira (2012): “A partir da década de 90, as tendências mundiais acerca de políticas sociais levaram o Jardim Botânico do Rio de Janeiro a compreender a necessidade de ampliar sua atuação junto à sociedade, traçando metas de inclusão social (p. 15). A questão pendente de uma resposta objetiva é: O que mudou nesse percurso? Nesse sentido, uma outra questão que fica proposta para novos estudos e pesquisas é a seguinte: Se a finalidade institucional do Estado está em garantir a felicidade dos indivíduos, ao dar-lhes as condições necessárias para preservar a sua liberdade (RIBEIRO; RIBEIRO, 2012), que instrumentos democráticos podem ser utilizados com eficácia para contrapor a essa situação em nome de classes socialmente desfavorecidas, notadamente em função da garantia de moradia?

6.4 A força das redes sociais nas lutas dos jovens da comunidade do Horto Florestal

A força da Internet como instrumento de acesso às redes sociais é evidenciada pelos pesquisados como sendo essencial. Sem ela, as dificuldades seriam maiores. Constatou-se que, na comunidade, estão criados vários grupos de alerta: Blog, SOS Horto, Unido, Fica Horto e, agora recentemente o grupo Força Jovem. O objetivo comum de todos esses movimentos que surgiram mais ou menos espontaneamente, é o de congregar os jovens e adultos pela tradição e união da comunidade. Registros obtidos como “Eu uso frequentemente as redes sociais. Uso Facebook e Whatsapp.”, ainda que confirmem o óbvio, são importantes para se documentar o nascimento de novas formas de luta popular. O que nossa pesquisa indica, confirma o estudo de Bretas (2000) que mostra que as comunidades virtuais se comunicam em tempo real ou atemporal, compartilhando conteúdos digitais, utilizando formas interativas e virtuais que envolvem múltiplos indivíduos na rede. A pesquisa na comunidade do Horto Florestal sugere fortemente que a comunicação entre os jovens é predominante e capaz de promover mobilizações e alertas através da rede.

Constatou-se ainda, nesses tempos atuais de compartilhamento de informação, a relevância das mídias sociais como arma de mobilização para união, cooperação e comprometimento em torno de uma causa. Relembremos algumas das falas mais significativas: “Eu uso frequentemente as redes sociais, mas hoje, aqui dentro da própria comunidade, há desconfiança em repassar documento que falem de remoção e de posse. Estamos frequentemente trocando informações em estado de alerta”; “Uso e discuto muito, é o nosso meio de se relacionar e fazer as pessoas agirem, e fazerem a sua parte”. Tais relatos somam-se aos estudos que mostram que, efetivamente, as redes sociais representam um novo poder que se configura através da ação, quando as pessoas se juntam em defesa de suas causas para expor as suas ideias e opiniões.

Na direção dessa importante discussão sobre novos instrumentos que viabilizam novas possibilidades de compartilhamento e organização populares, sugerimos outras questões para novos estudos e pesquisas: Em que medida o poder de compartilhamento e organização que emerge das redes sociais pode ser manipulado ou apropriado por grupos? Por exemplo, quando se usa robôs digitais para criar uma falsa impressão de maior adesão e legitimidade a uma causa, mas escondendo interesses individualizados o alheios à maioria de um grupo? Até que ponto a causa dos jovens moradores da comunidade do Horto Florestal tem a capacidade de manter sua legitimidade democrática (dadas as informações dos entrevistados de que parecem haver "olheiros" que lutam por causas contrárias), e até que ponto as redes que utilizam ficarão imunes a ataques?

6.5 Considerações Finais

Como acabamos de ver, na verdade os resultados de nossa pesquisa, discutidos à luz de diferentes aspectos e facetas sócio-políticas e tecnológicas, apenas nos levam a questões. Ainda assim, acreditamos que essas questões legitimam o estudo exploratório que realizamos a respeito dos sentimentos, percepções e racionalizações relacionados com a problemática da moradia e da liberdade. Esta pesquisa teve o objetivo de investigar e entender como, em tempos de redes sociais e Internet, representantes jovens (classificação do IBGE) moradores do Horto Florestal expressam os seus sentimentos de liberdade e cidadania, diante das ameaças de uma realidade social adversa de negação de moradia num contexto de redes sociais e Internet. O método de pesquisa aplicado utilizou uma abordagem mista qualitativa e lógico-argumentativa, considerando autores e respectivas publicações de grande contribuição para o estudo.

Quanto ao desmantelamento do sentimento de cidadania e segurança, próprio à modernidade líquida, concluímos que esse sentimento se corporifica quando cenários os direitos básicos de cidadania de uma comunidade são negligenciados, a liberdade estará em risco (BAUMAN, 2003). O desmantelamento da modernidade líquida, como explica Bauman (2007), está relacionado com processos de exclusão. Essa percepção é evidenciada na exata medida da desconfiança nas autoridades, a respeito de um Estado que privilegia classes e que impõe tais condições aos menos favorecidos. Constatou-se no nosso estudo a existência de uma comunidade unida, onde os jovens têm uma participação significativa, em resposta à instabilidade, A resposta é o que parece ser uma falta de confiança nas autoridades que têm, sistematicamente, na sua percepção, privilegiado as classes sociais mais favorecidas.

Persiste nas gerações presentes da comunidade do Horto Florestal a realidade de tensão, insegurança, instabilidade e medo que povoaram a minha infância e marcou a transição à adolescência e a maioridade. O grande diferencial hoje, comparativamente aos tempos em que cresci e fui formado na comunidade do Horto Florestal, é a comunicação. Para Chatfield (2012), se quisermos conviver com a tecnologia da melhor forma possível, precisamos reconhecer que o que importa, acima de tudo, não são os dispositivos individuais que utilizamos, mas as experiências humanas que eles são capazes de criar. Com efeito, na metáfora traduzida pela expressão “Quilombos Modernos”³⁹, o acesso e possibilidades de troca de informações fazem toda diferença para melhor. Em um passado

³⁹ Referência aos tradicionais “Quilombos” territórios de resistência de escravos refugiados.

ainda recente, a desinformação contribuía para a desestabilização, de modo a subjugar a comunidade com promessas e barganhas motivadas por interesses de políticos.

Hoje, com o advento das redes sociais há troca intensa de informações, notadamente para monitoramento. Mesmo assim, o seu uso por partes dos jovens não é suficiente para arrancar a dor que vivenciam por conta da violência decorrente pela inação do Estado (CAMPOS, 2015; 2017; HABERMAS, 1988). O medo se faz presente diante das ameaças à moradia como prática de expropriação da dignidade da pessoa humana (ROLNIK, 2015)., Bachelard (1989) explica que a moradia é uma entidade que permite a construção de imagens num espaço fraternal de ações, expectativas e lembranças. Para esse autor, o maior ganho de uma condição de moradia é o de desfrutar da possibilidade da proteção e, diante dessa condição, de os residentes serem capazes de dormir e sonhar em paz. A negação do direito à moradia e de acesso à propriedade por parte da realidade das ações concretas do Estado é uma prática de expropriação da dignidade humana (ROLNIK, 2015).

Para Bauman (2003), como repetimos com insistência nesse trabalho, quando os direitos básicos de cidadania de uma comunidade são negligenciados, a liberdade estará em risco. Nesse sentido, lembramos que a moradia é parte integral do meio ambiente humano e social, natural e cultural, e que faz parte da ecologia dos sentidos dos vividos dos seres humanos (CAMPOS, 2015; 2017). Para tanto, precisamos de democracia:

Se quisermos uma democracia viva, se queremos uma política compartilhada, necessitamos de espaços e oportunidades que permitam debates abertos, onde se construam ideais e visões também compartilhados. Espaços em que todos e cada um possam intervir. Essas são as bases para poder falar de cidadania, de inclusão social, de uma nova relação com a natureza. Em definitivo, uma sociedade em que valha a pena viver (SUBIRATS, 2011, p. 6).

A desconfiança nas autoridades, que constatamos, relacionadas às autoridades, é um elemento que compromete e restringe a justiça social, a cidadania e o sentimento de cidadania e liberdade. De um lado, temos um Estado que é parte oposta no cabo de guerra instaurado entre seus interesses e aqueles reivindicados pela comunidade,. De outro, temos os jovens da comunidade, apoiados por outros membros dela, que buscam alternativas de autoproteção e cooperação diante das adversidades impostas, resultado de uma agenda que, ainda que sob o véu da legalidade, parece acobertar interesses imobiliários e econômicos que impactam diretamente as classes menos favorecidas.

O sentimento de liberdade é impactado por restrições e proibições à moradia, o que torna a comunidade refém da ação do Estado. Um Estado que existe, supostamente, para zelar por seus cidadãos, mas que, paradoxalmente, quando intervém, age no sentido de negar direitos ao cidadão pertencente a classes socialmente desfavorecidas e, em especial no caso dos jovens, comprometendo o seu futuro. Como sugere Bauman (2007), "Se você quer a paz, cuide da justiça", advertia a sabedoria antiga e, diferentemente do conhecimento, a sabedoria não envelhece. Atualmente, a ausência de justiça está bloqueando o caminho para a paz, tal como o fazia há dois milênios. Isso não mudou" (p. 11).

"O Brasil vive uma verdadeira crise de efetividade dos direitos fundamentais, uma vez que a Constituição Federal de 1988 foi bastante pródiga na proteção de direitos, garantias e liberdades. Também existem inúmeras leis ordinárias com a mesma finalidade no País. Porém, verificamos que o gozo e fruição dos direitos humanos fundamentais são negados a milhares de cidadãos pelas várias formas de violência praticadas na sociedade. ” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2012, p. 394). Como mencionamos anteriormente, cidadania, liberdade e justiça social são palavras-chave para se questionar e SE compreender o que se passa com a comunidade histórica do Horto Florestal que, por gerações, tem enfrentado as ameaças de remoção dos que lá residem. Ou seja, enquanto não encontra soluções para resolver os problemas dos sem teto pelo país, o Estado impõe restrições injustas àqueles que ainda têm um lugar para morar concedido por ele mesmo há mais de um século. Os guardiões da floresta, essa identidade intrínseca à comunidade, pode ser atestada quando um dos jovens entrevistados ao expressar seus sentimentos em nome da comunidade: (p. 74) “Temos tudo! Temos a natureza; “ Não troco a comunidade aqui por realmente por lugar nenhum” [...] “Nós moradores somos conscientes”.

Revisitando Martin Luther King, (1929 -1968), esse líder da causa da liberdade dos cidadãos norte-americanos negros nos Estados Unidos, assassinado em 1968, silenciar não é solução diante dos apelos e vicissitudes impostos por uma realidade adversa. “A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio” (Martin Luther King, p.95)⁴¹,

⁴¹ - Martin Luther King Jr. citado em "Juscelino Kubitschek de Oliveira, página 95, Hélio Begliomini, Expressão e Arte Editora, 2005

7 CONCLUSÃO

Nessa dissertação, buscou-se descrever e contextualizar a realidade e os impactos psicossociais percebidos com a negação da moradia por jovens da comunidade do Horto Florestal. Além dos registros e análises evidenciados nos contextos do sentimento e da crítica social, cabe recomendar novas iniciativas, seja através da execução de projetos ou ações, em parceria com a comunidade, com o objetivo de apoiar e legitimar os direitos à moradia com ações efetivas.

Uma última reflexão, vem da diferencial tecnologia da informação. Ela possibilitou essa pesquisa de enfoque social que buscou investigar como jovens moradores, predominantemente afrodescendentes do Horto Florestal, bairro do Jardim Botânico na zona sul do Rio de Janeiro, expressam os seus sentimentos de liberdade diante das ameaças de uma realidade social adversa de negação de moradia, em tempos de diálogos via redes sociais. O papel das redes sociais nas trocas e ações coordenadas demonstrou ser fundamental. A pesquisa confirmou a sua importância - aliás largamente documentada na literatura recente sobre esse assunto - como instrumento que favorece a democracia por dar voz a quem, de outra forma, não teria chances de comunicar suas ideias, numa sociedade que guetifica o cidadão segundo as suas posses e influências.

Com efeito, concluímos essa dissertação com um misto de certeza e esperança nas pessoas de boa-fé desse país, no sentido de que cedam espaço para que suas convicções encontrem maneiras de se expressar na ação. Isso, de modo que os dados, informações e reflexões que aqui apresentamos, possam servir de amparo intelectual para que juntos possamos, de algum modo, caminhar rumo a ações afirmativas, onde prevaleçam o respeito à cidadania, à justiça e à liberdade.

Quando a liberdade está em jogo, o jogo acabou.

8. LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU A., REIS B., COUTO M., SEADE R., DAMAS T., GONÇALVES W. Lutar, Resistir! Violações do Direito à Moradia e Resistência popular nas favelas do Rio de Janeiro em tempos de megaeventos. *Collectivus: revista de ciencias sociales*, 2016, Vol.3(2), pp.129-155.

ABREU, M.C.; PEREIRA, M. S. (Orgs.). *Caminhos da Liberdade: Historias da Abolição e do Pos-abolição no Brasil*. PPGHistória. UFF, 2011.

ALVES, J. C. S. *Dos Barões ao Extermínio Uma História de Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias. :APPH/CLIO, 2003.

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório: O Estado dos direitos humanos no mundo. Informe Anual, 2013 Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/04/AmnestyInternational_AnnualReport2013_complete_br-pt.pdf Acesso em: 5 de outubro de 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório: O Estado dos direitos humanos no mundo.2017

ARK, W. S. & SELKER, T. A look at human interaction with pervasive computers. In: *IBM Systems Journal*, Vol.38, No.4, 1999, pp.504-507.

ARRUTI, J. M. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*. 2006.

_____. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

ARZABE, P. H. M. *Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos. O papel do Estado*, @BuscaLegis.cj.ufsc. 2011. Disponível em: <<Http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/pobreza-exclus%C3%A3o-social-e-direitos-humanos-o-papel-do-estado>> Acesso em: 19 de outubro de 2016.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo. Martins Fontes, 1989.

BAENINGER R., ° (Org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais /*. - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

BARBOSA, P. E. et al. *Revista jurídica UNIJUS. UNIUBE_MP MG*, 2005.

BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D. T. *O Estatuto da cidade comentado*. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Ministério das Cidades, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro. Zahar-Editor, 2008.

_____. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Zahar-Editor. 2001.

_____. .. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. Tempos Líquidos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro. Zahar-Editor, 2007.

_____. A Vida Fragmentada: Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna. Tradução de Miguel Serras Pereira. Relógio D'água Editores, 2007.

_____. Aprendendo a pensar com a sociologia. Tradução de alexandre Werneck Zahar-Editor, 2010.

_____. A Liberdade tradução M.F. Gonçalves Azevedo. – Estampa, 1989.

BEASLEY, J. Em Salvador, acontece um Ferguson por semana. *O GLOBO - Coluna Conte Algo que não sei*, 2017. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/joe-beasley-ativista-em-salvador-acontece-um-ferguson-por-semana-18571003>>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

BENEDETTI, Mario. Entrevista de Eduardo Galeano. Es tiempo de vivir sin miedo. 21 de jul de 2015. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=109PKs513Ck> > Acesso em 04 de janeiro de 2017.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, nº 2, 1981.

BIZZO, Maria Nilda (org.). Cacos de memórias. Experiências e desejos na (re) construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquimedes/Ler e Agir, 2005.

BLACK, A; HUGHES, P. What is meant by 'community strength'? TASA 2001 Conference, The University of Sydney, 13-15 December. 2001

BLOG BDF Brasil de Fato. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/12232/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

BLOG Canal IBASE, 2013. O conflito entre o social e o ambiente é falso. 2013 Disponível em: < <http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/> > Acesso em 15.05.2017

BLOG PELAMORADIA. .2013. Disponível em: <https://pelamoradia.wordpress.com/> Acesso 4 de setembro de 2017.

BLOG RIOONWATCH, 2017. Guardiões da Floresta da Tijuca: Os Moradores do Horto Florestal. Disponível em: < <http://rioonwatch.org.br/?p=29392>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.
C http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.

BRETAS, Maria Beatriz Almeida Sathler. *Interações telemáticas: estudo sobre jovens internautas de Belo Horizonte*. 2000. Tese (Doutorado) - Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Social/PPGH-UFF. Niterói, 2011.

BUCKINGHAM, D. Youth, Identity, and Digital Media. In: BUCKINGHAM, D. (Org.). *Digital Media*. The John D ed. [s.l.]: Massachusetts Institute of Technology. Published under Creative Commons, 2008.

CABRAL, Jaclyn. *Is Generation Y Addicted to Social Media?* Spring. 2011

CALDEIRA, T. Pires. *Rio. A Política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam*. Editora Brasiliense. 1984

CAMARGO, Thais; SIMAS, Luciana; VENTURA, Miriam. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

CAMPOS, Andreino. *Do quilombo à favela*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPOS, Milton N. *Integrando Habermas, Piaget e Grize: contribuições para uma Teoria Construtivista-Crítica da Comunicação*. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, vol. 21, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, 2014

_____. *Navegar é Preciso, Comunicar é Impreciso*. In: EDUSP (Org.), 2017.

_____. *Navegar é preciso. comunicar é impreciso*. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docente, 2011.

_____. *Traversée. Essai sur la communication*. Berne, Peter Lang, 2015.

CARVALHO, C. Santos; ROSSBACH, Claudia. (Orgs.). *O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary*– São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CHATFIELD, T. *Como viver na era digital*. Tradução de Bruno Fiuza. Editora Objetiva, 2012.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. Editora. Ática, v. 26, nº 2, 2000.

CIDADE DE DEUS. Direção : Fernando Meirelles, Kátia Lund, 2001. Produção: Andrea Barata Ribeiro; Maurício Andrade Ramos: O2 Filmes; Globo Filmes. Brasil, 2002.

COSTA, J. F. *O ponto de vista do Outro*. Garamond Universitária LTDA., 2010.

- COVRE. O_que_e_cidadania.pdf. Coleção ed. 3 Primeiros Passos 250, 1991.
- CROWE, S. et al. The case study approach. *Bmc Medical Research Methodology*. v. 11, nº 1, 2011.
- DESLAURIERS, J. P. Recherche qualitative. Guide pratique Montreal. McGraw-Hill, 1991.
- DIAS, D. S. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais. *Revista Eletrônica do CEAF*. Porto Alegre-RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n.1, 2011.
Disponível em:
<https://www.mprs.mp.br/media/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao_01/vol1no1art1.pdf>
Acesso em: 5 de outubro de 2016.
- DRYER, D. C.; EISBACH, C. & ARK, W. S. At what cost pervasive? A social computing view of mobile computing systems. In: *IBM Systems Journal*, Vol.38, No.4, 1999, pp.652-676.
- DUARTE, M. P.L. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. XXVII – Simpósio Nacional de História. Natal. RGN, 2013
- DUGGAN, M.; SMITH, A. Social Media Update 2013. Pew Research Center, December, 2013.
- ELLISON, N. B.; STEINFELD, C.; LAMPE, C. The benefits of facebook “friends:” Social capital and college students’ use of online social network sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 12, nº 4, , 2007.
- FERNANDES, Edésio. Entrevista para Canal Ibase Junho. 2013. . Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/>>. Acesso em 18-08-2017.
- FERNANDES, N. Nobrega. Rupto Ideológico da Categoria Suburbio-1858/1945. Editora: coeditora: FAPERJ. 2011
- FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- FICHINO, D.; MARINHO, G.; CAMPAGNANI, M. Guia para jornalistas e comunicadores Violações de Direitos na Cidade Olímpica. 2016. Disponível em:
http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/1431/1/%5BTBT036%5D%20JUSTICA%20GLOBAL%20-%20guia_jornalistas_violacoes_olimpiadas.pdf
Acesso em 15-03-2018
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. .
- FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. Juventude conectada / organização. – São Paulo: Fundação Telefônica, 2014.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.; ORGS. Métodos de Pesquisa. Métodos de pesquisa, 2009. P. 31-42.

GIACOMINI et al. Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca-Ubatuba-São Paulo . 2000. Disponível em:
<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Cacandoca.pdf>. Acesso em 4 de outubro de 2017.

GIBBS, R. The poetics of mind: Figurative thought, language, and understanding. New York: Cambridge University Press, 1994.

GINDRE, G. F. Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização. Coppe-UFRJ - Laboratório Herbet de Souza - Tecnologia e Cidadania, 2016.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. The discovery of grounded theory. New York: Aldine Publishing, 1967.

GRIZE, J.-B. Logique et langage, Ophrys, 1990.

_____. Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales (1021-5573) Vol. 2 (3), 1-159. Université de Neuchâtel, Suisse, 1993.

Disponível em:

<http://www.psr.jku.at/PSR1993/2_1993Grize.pdf> Acesso em: 11 de agosto de 2016.

HABERMAS, Jürgen. On the Logic of the Social Sciences. In: Thomas McCarthy (Org.). Technology. Jürgen H., 1988.

_____. Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade. Vol. II: Tradução Flavio Breno Siebeneichler – Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. The Limits to Capital. Political Science - 2006

HAYEK A. The Constitution of Liberty. China Social Sciences Publishing House - Chengcheng Books LTD, 1960.

BEGLIOMINI, Hélio Begliomini. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Expressão e Arte Editora, 2005

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 2a.Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE. População Jovem no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica. N.3. Rio de Janeiro, 1999.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6686.pdf>> acesso em: 14 de julho de 2016.

_____. Censo. 2010. Disponível em : <https://censo2010.ibge.gov.br/> acesso em 14. Agosto de 2017.

IMESP, P. 4. Quilombo em São Paulo. Tradições, Direito e Lutas. Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. IMESP, 1997.

JAGGER, W. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Martins. Fontes, 1998.

JBRJ. Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808 – 2008 / organizado por Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

IOAN, Radu; RALUCA, Podască. The Development of Information and Communication Technologies Sector in the Context of the New Economy Society for Business and Management Dynamics - Vol.3, No.4, Oct, 2013.

JOINSON, A. N. Looking at, looking up or keeping up with people? Proceeding of the twenty-sixth annual CHI conference on Human factors in computing systems - CHI '08 , 2008.

JOVCHELOVITCH M. Noletto; WERTHEIN Jorge (Orgs.) Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília : UNESCO, 2003.
Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf> > Acesso em 16 de setembro de 2017.

KALLET, R. H. How to write the methods section of a research paper. *Respiratory care*. V. 49, nº 10, 2004.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa Edições, 1997.

KELLY, K. *New Rules for the New Economy: 10 Radical Strategies for a connected world*. Penguin Books, 1998.

KOTHARI, C. R. *Research Methodology: Methods & Techniques*. *New Age International (P) Ltd.*, 2004.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. O direito à cidade. In: UFMG (Org.), 2008.

LEITE, L. C. É Possível a Volta Para a Escola. *Educ. rev.* no.15 Curitiba Jan./Dec,1999.

_____. *Meninos de Rua - a Infância Excluída no Brasil*. Editora Atual. Rio de Janeiro, 2009.

LEITE, L. C. et Al. (Org.). *Juventude, desafiliação e violência*. Editora Contra Capa, 2008.

MACHADO L R. M.; FIDALGO, R. S. F. *Juventude conectada_ movimentos sociais_ participação política no século XXI*. UFMG, 2014.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Orgs) *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social / Maria Lucia Maciel, Sarita Albagli (Org.)*. - Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

_____. *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social /Rio de Janeiro*. Garamond, 2011.

MACK, N. et al. *Qualitative Research Methods: A Data Collector's Field Guide*. Family Health International, 2005.

MARCUSE, H. *Un ensayo sobre la liberación*. Mexico. Editora Joaquín Mortiz, 1969.

MENDES, F; COCCO, G. (Orgs). A resistência à remoção de Favelas no Rio de Janeiro - Instituições do uso comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). REVAN, 2016.

MINAYO, M. C. de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf Acesso em: 5 de novembro de 2017.

MOBILEMAN. Mobile Metropolitan Ad hoc Network Glossary. Disponível em: <http://mobileman.projects.supsi.ch/glossary.html>. Acesso em 20/09/2017.

MOSSAB, A. Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do Hip-Hop. - PUC_SP, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp084846.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

MUSEU DO HORTO. Solar da Imperatriz. 2017. Disponível em: http://www.museudohorto.org.br/Solar_da_Imperatriz?id=1113 Acesso em: 12 de novembro de 2017.

NIELSEN//NetRatings. Facebook and Bebo: The assault on MySpace. Disponível em: http://www.nielsenratings.com/pr/pr_070628_UK.pdf Acesso em 15-03-2018

OBLINGER, D. G.; OBLINGER, J. L.; LIPPINCOTT, J. K. Educating the Net Generation. Educational Leadership. v. 56, 2005.

OLIVEIRA, H.H. Problemas sociais: causas e consequências. Congresso em Foco. Coluna Educação, 2014. Disponível em: , <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/problemas-sociais-causas-e-consequencias/>> Acesso em 11 de Dezembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948.

_____. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, 1992.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. Caderno de Ciência Sociais Aplicadas nº 10, 2010.

PEREIRA, Thati. Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto, integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável. Programa EICOS - UFRJ, 2012. Dissertação. Disponível em: <<http://pos.eicos.psychologia.ufrj.br/wp-content/uploads/thatipereira.pdf>> Acesso em: 5 de setembro de 2017.

PIRES, F. Lauria . Mobilidade e direitos sociais : uma questão de justiça na cidade.. 2013. 155 f.

Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço social. Universidade de Brasília. DF. Disponível em:
< http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13628/1/2013_FatimaLauriaPires.pdf. > Acesso em: 12 de agosto de 2017.

PICCINI, A. Cortiços em São Paulo. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. São Paulo: AnnaBluma, 1999.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. National Endowment for Democracy. and the Johns Hopkins University. Journal of Democracy 6.1 65-78.1995

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, L. Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Portugal. Gradiva, 2005.

RACHELS, J; RACHELS, S. Os elementos da filosofia moral. AMGH Editora. 2013.

REIS, J. B. Dos. Transversalidade nos modos de socialização e individualização :Experiências Juvenis em rede. UFMG- Faculdade de Educação, 2014.

RIBEIRO, M.; RIBEIRO, G. (Orgs). Educação em Direitos Humanos e Diversidade Diálogos Interdisciplinares. EDUFAL - Universidade Federal de Alagoas, 2012.
Disponível em: < <http://www.ufal.edu.br/aedhesp/biblioteca-virtual/downloads/livro-educacao-humanos-e-diversidade-dialogos-interdisciplinares> > Acesso em: 14 de outubro de 2017.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares - A Colonização da Terra e da Moradia em Era das Finanças. Boitempo Editorial, 2015.

SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. . São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, L. D. V. O negro no século XXI. Curitiba: Juruá, 2009. .

SCOTT. Parry; MOURA A.B. Mello. Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento. Revista Antropológicas. Ano 18, 25(2):94-132, 2014. Disponível em:
< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23833/19443> >
Acesso em: 14.03-2018

SEBASTIÃO, J. Revista jurídica UNIJUS. UNIUBE_MP MG, 2005.

SEVERIANO, M. de F. V. A Juventude em tempos acelerados : Youth in accelerated times: reflections on consumption , cultural industry and informational Revista de Ciências Sociais, n. 38 abril de 2013.

SILVA, A. C. Representação Social do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou?. EDUFBA. Salvador, 2011.

SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, S. R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. Revista Nera. Ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro, 2011.

SILVEIRA, S. Amadeu; B. PENTEADO, S., Cláudio (Orgs.) Cultura Política e Ativismo nas Redes Digitais. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2014

SIMAS, L.; VENTURA, M.; CAMARGO, Thais. Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento. -- 2. ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

SITE ANISTIA INTERNACIONAL-2017. Disponível em:

<https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/basta-de-remocoes-forcadas/>

Acesso em 19-03-2018

SITE RIOONWATCH, 2013 . Guradiões da Floresta. Disponível em:

< <http://rioonwatch.org.br/?p=29392> >

Acesso em 12-01-2018.

SOUZA; LIMA (ORGS). Filosofia e Interdisciplinaridade. Editora Fi ed. Porto Aegre, 2015.

SUBIRATS, J. Outra sociedad ; Outra política? De «no nos representan» a la democracia de lo común. Barcelona. Icaria.Asaco, 2011.

SUNDFELD e colegas. O Direito à terra das Comunidades Quilombolas.(Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Sociedade Brasileira de Direito Público. Centro de Pesquisas Avançadas. 2002

SWARTZ, A. Guerilla Open Access Manifesto. n° July, p. 2. 2008.

Disponível em:

< https://fisherpub.sjfc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1005&context=library_pub > Acesso em:

20 de dezembro de 2016.

TAVARES, V. R. ouza; BARBOSA, B. Reis; SANTOS, F. Martins.. O uso das redes sociais como meio de mobilização social nos protestos nacionais de junho de 2013. Revista Panorama. Edição on line vol. 4 n.1. janeiro/dezembro – PUC-Goiás, 2014.

TELLES, H. Jovens eleitores: Decifra-me ou te devor: Young voters: decipher-me or I will devour you. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.11, p. 22-27, nov. UFMG, 2010.

THOREAU, H. David. A desobediência civil. eBooksBrasil, 2001.

Disponível em:

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desobedienciacivil.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

TORRES, G. Haroldo e colegas. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos avuçados 17(47). 2003. Disponível em: , <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a06v1747.pdf> > Acesso em 14.08.2017

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais

- A Pesquisa Qualitativa em Educação. Ed. Atlas.SA. 1987.
- TSUGUMI, N. Y. Inclusão Social no Mercado de trabalho e hospitalidade. 156 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade) - Universidade Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. 2006.
- TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. (2016).O proceso de triangulação da pesquisa qualitativa:O metafenômeno como gênese: The triangulation process of the research qualitative: Meta phenomenon as genesis. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 4, nº 5. 2016
- VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro **. *Análise Social*. V. xxix, nº 127. 1994
- VENTURA, S; GAMA, B. Juventude e Participação: Interação com as redes sociais. Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. UFMG. 2013
- VESENTINI, J. W. A .Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática.1986.
- WEISER, M. The computer for the 21st century. *Scientific American*, v. 265(3), 94–104.1991

ANEXO I – ACERVO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICO COMPLEMENTAR

Fonte: Acervo em rede social compartilhado por participantes da pesquisa; Museu do Horto-AMAHORTO e BLOG RIOONWATCH.



ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Comunidade. Origem e Tradições

Você conhece a história do nascimento e primeiros moradores da sua comunidade?

Como a sua família veio morar nessa comunidade (funcionário de governo, aquisição, parentes, repasse, puxadinho, etc.)?

Que palavra melhor descreve o lado bom de morar em sua comunidade?

Que palavras descrevem o lado ruim de morar em sua comunidade?

Que previsão você faz para o seu futuro da moradia em sua comunidade?

Cidadania, Direitos, Liberdade e Justiça

Em sua opinião a justiça e os direitos estão presentes na relação com a sua comunidade?

Você considera que seus direitos de cidadão são respeitados pelas autoridades em sua comunidade?

A moradia é uma preocupação constante no seu dia a dia?

Há comprometimento das autoridades com as reivindicações de sua comunidade?

Em sua opinião o que significa Liberdade?

Em sua opinião a sua Liberdade pode conviver com negação de moradia?

Redes Sociais

Você participa de grupos em rede entre os jovens em sua comunidade?

Você discute os problemas de moradia em rede social sobre o problema de moradia de sua comunidade?

Você utiliza a rede social para convocar ou participar de ações e movimentos em comunidade?

Você considera que trocas em rede social podem ajudar a dar voz às causas comunitárias?

Na sua opinião as redes sociais contribuem para democracia e participação no Brasil?

ANEXO III – TERMO DE COMSENTIMENTO INFORMADO

Título da pesquisa: Sentimentos de Liberdade de Jovens em Rede diante do Dilema da “Moradia” na Comunidade do Horto Florestal no Jardim Botânico – RJ

Pesquisador: Almir Fernandes – Mestrando – EICOS– Instituto de Psicologia - UFRJ.

A) INFORMAÇÕES GERAIS

1. Objetivos e justificativos da pesquisa.

O objetivo da pesquisa é de buscar compreender Sentimentos de Liberdade de Jovens em Rede diante do Dilema da “Moradia” na Comunidade do Horto Florestal no Jardim Botânico – RJ. Qual a sua visão dessa comunidade jovem acerca do contexto psicossocial de negação que impacta o seu cotidiano e como se manifesta no presente e na construção do seu futuro. Ainda que existam pesquisas sobre o uso que os jovens fazem das mídias sociais, não existem estudos específicos sobre a maneira pela qual as opiniões dos jovens sobre questões sociais e políticas são expressas em conversas em redes. Ou seja, como conversam e como argumentam em favor de suas ideias de liberdade.

2. Participação na pesquisa e informações sobre método

A sua participação na pesquisa será feita através do preenchimento de questionários pela Internet. Depois, você será convidado a contatar e a indicar três amigos de comunidades em rede a participar da pesquisa. Você também poderá ser convidado a dar uma entrevista presencial e a convidar amigos de sua comunidade em rede para autorizar a equipe de pesquisa a ler conversas em rede que vocês tiveram e que escolheram juntos para disponibilizá-las. Os questionários, as entrevistas e as conversas em rede serão analisados de acordo com normas científicas autorizadas pela UFRJ.

3. Vantagens e desvantagens (desconfortos e riscos)

Vantagens - Os resultados da pesquisa permitirão um melhor conhecimento dos usos que os jovens da comunidade expressar suas opiniões a respeito dos sentimentos de liberdade. Com isso, os pesquisadores podem recomendar a órgãos governamentais de apoio à juventude, políticas que a favoreçam ações afirmativas no campo social.

Desvantagens – Os desconfortos e os riscos em participar nessa pesquisa são mínimos, estando circunscritos a revelações comprometedoras que você poderia fazer. Você pode evitá-los revelando apenas aquilo que quiser. O pesquisador, da sua parte, oferecerá assistência procurando o amigo que lhe indicou a família ou outra pessoa capaz de ajudá-lo, caso seja necessário, com a sua anuência. O pesquisador garante que os dados colhidos serão sigilosos e guardados confidencialmente, e que a privacidade dos participantes será garantida pelo anonimato.

4. Acompanhamento e assistência

Não há necessidade de acompanhamento e assistência aos participantes dessa pesquisa. O participante que sentir necessidade de acompanhamento e assistência poderá solicitá-lo à equipe de pesquisa, que será obrigada a satisfazê-la na medida do possível.

5. Liberdade de participação e direito de desistência

A participação nesse projeto é totalmente voluntária. Você pode desistir da pesquisa quando quiser e sem prejuízo algum, avisando o pesquisador verbalmente ou por escrito (carta ou e-mail), sem precisar justificar a decisão. Os endereços dele (local e e-mail) estão na última página desse documento. Se você desistir, o pesquisador perguntará se você autorizaria o uso dos dados recolhidos antes da data da desistência. Sua decisão será final e, se for negativa, os dados que teriam sido recolhidos serão destruídos.

6. Garantia de sigilo e privacidade

Todos os dados recolhidos permanecerão sob sigilo. Daremos um número ou código a cada questionário. Somente o pesquisador principal ou um assistente de pesquisa tendo um mandato específico dele terão acesso à lista dos participantes e aos números ou códigos atribuídos a eles. Além disso, os questionários impressos, assim como as informações eletrônicas guardadas em discos rígidos externos bloqueados por senha, serão conservados em um local fechado a chave na UFRJ, só acessível aos membros da equipe de pesquisa.

Nenhuma informação permitindo identificá-lo será publicada. Os documentos providos das entrevistas e os termos de consentimento livre e informados serão, de acordo com as regras habituais desse tipo de pesquisa, destruídos cinco anos depois de seu término. Somente os dados que não permitam identificá-lo serão conservados depois dessa data.

7. Garantia de acesso a cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você tem direito a uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhe será fornecida ao final. No caso de autorização pela Internet, você receberá uma cópia deste por e-mail ao aceitar participar.

8. Garantia de ressarcimento

Não se aplica. Os riscos são mínimos de acordo com o modo que a pesquisa foi planejada, estando tais probabilidades circunscritas à eventuais revelações que participante possa fazer, garantido o seu anonimato (ver item 10).

9. Garantia de indenização

Não se aplica. Os riscos são mínimos de acordo com o modo que a pesquisa foi planejada.

10. Difusão das informações e acesso aos resultados

Os dados recolhidos serão utilizados para futuras publicações dos membros da equipe de pesquisa. Nessas publicações, garantimos o seu anonimato, assim como o dos participantes que você contatar para nos ajudar a fazer a pesquisa. Você não poderá ter acesso imediato aos resultados da pesquisa. Eles serão publicados quando os estudos realizados com esses dados tiverem terminado. No entanto, você poderá obter resultados parciais, antes da publicação, fazendo um pedido ao professor Milton N. Campos.

B) CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro ter tomado conhecimento das informações acima e obtido respostas às minhas questões sobre a minha participação, que pude fazer pessoalmente ou por escrito ao pesquisador. Declaro ainda que compreendi o objetivo, a natureza, a justificativa e os procedimentos da pesquisa, assim como suas vantagens e desvantagens. Declaro também estar a par das condições de acompanhamento e assistência, assim como do meu direito de desistir de participar quando quiser sem nenhum

problema, sem ter que dar satisfação, simplesmente avisando o pesquisador ou seu assistente. Finalmente, declaro conhecer as garantias de sigilo e direito à privacidade, do direito de receber uma cópia desse documento, das garantias de ressarcimento e indenização e das condições de acesso aos resultados da pesquisa.

Aqui eu faço um “X” nos campos que quiser, abaixo, onde indico minhas escolhas de acordo com a minha participação no projeto de pesquisa: *

. Escolho participar somente do preenchimento do questionário.

. Escolho participar do preenchimento do questionário e da entrevista.

escolho participar do preenchimento do questionário, da entrevista e autorizando acesso a mensagens que eu escolher disponibilizar à equipe de pesquisa.

escolho autorizar acesso a mensagens que eu escolher disponibilizar à equipe de pesquisa.

OBS. Contato em caso de dúvidas ou desistência

Se você tiver perguntas a fazer sobre a pesquisa ou quiser desistir, você pode se comunicar com o Professor Milton N. Campos (Orientador) por escrito ou por telefone.

Professor: Dr. Milton N. Campos
Programa EICOS – Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pavilhão Nilton Campos
Rua Pasteur 250
Urca – Rio de Janeiro - RJ
CEP - 22290-240
Telefone – 21-3938-5348 (secretaria do programa EICOS)
Celular pessoal – 21-96584-2662
E-mail: milton.campos@eco.ufrj.br

Almir Fernandes- luther.fernandes@gmail.com
Cel. (21) 998662073

Se preferir você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ:
Telefone – 21-39385167 (secretaria do comitê)
E-mail: cep.cfch@gmail.com

ANEXO IV – CERTIFICADO DE ÉTICA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sentimentos de liberdade de jovens em rede diante do dilema da moradia na comunidade do Horto Florestal

Pesquisador: ALMIR FERNANDES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76441817.7.0000.5582

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.372.182

Apresentação do Projeto:

Segundo o pesquisador: "Essa proposta de pesquisa tem a finalidade de investigar a problemática da negação de direitos de moradia a partir da ameaça que tem rondado, há décadas, o cotidiano da comunidade de moradores afro descendentes do Horto Florestal no Bairro do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. A questão da moradia tem se caracterizado como um débito continuado de governantes, especialmente, imposto às classes sociais menos favorecidas (CALDEIRA, 1984) ; a negação de direitos tem sido fator persistente no drama da ameaça de remoções, tendo em vista a força do capital especulativo imobiliário. Questiona-se em que medida a imposição de uma agenda ameaçadora dessa natureza, com base nos mais diversificados argumentos (risco ambiental a patrimônio da União, poluição visual, insegurança etcetc.) seria capaz de justificar o cerceamento da liberdade e o direito de cidadania de uma comunidade majoritariamente de afrodescendentes. A negação de propriedade pelo estado Estado é uma pratica de expropriação da dignidade da pessoa humana. (ROLNIK, 2015)".

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o projeto de pesquisa: "Discutir a problemática de negação de direitos de moradia "Quilombos modernos" em tempos de redes sociais, sob a perspectiva dos seus residentes mais jovens da comunidade do Horto Florestal. Pretende analisar de que forma as

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

Continuação do Parecer: 2.372.182

Quanto aos benefícios: "espera-se contribuir para ações afirmativas onde prevaleçam a democracia, a ética e a justiça social. Com efeito, um resgate da auto-estima dessa comunidade seria oferecer a oportunidade de participação da investigação desse fenômeno e seus impactos psicossociais, para se compreender o espírito desses jovens em tempos de "Ubiquidade ": O que eles discutem na Internet pode revelar como o contexto de vida dessa comunidade, numa sociedade brasileira dita democrática e plural, afeta os sentimentos de liberdade."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Enquadra-se nas exigências do CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão claros e cumprem com as exigências.

Recomendações:

Adicionar o endereço do CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_922799.pdf	05/11/2017 11:17:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE_Alimir_Fernandes_Revi_Itens_8_9. pdf	05/11/2017 11:15:06	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	06/09/2017 15:34:48	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Outros	LattesAFs.pdf	21/08/2017 14:23:58	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAFS.pdf	21/08/2017 14:08:50	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito
Brochura Pesquisa	DocumenAssPlatf1.pdf	16/05/2017 18:07:45	ALMIR FERNANDES DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

Continuação do Parecer: 2.372.182

trocas argumentativas e colaborativas em rede produzem ou não, questionamentos a respeito desse cenário. A inserção da variável "mídia social" é feita por ser um novo paradigma na forma de expressão das gerações atuais diante das perspectivas futuras. Com efeito, a hipótese geral nessa pesquisa, que pretendemos verificar, é: "Quando direitos essenciais de cidadania, como o de moradia, são ameaçados, viola-se o sentimento de liberdade dos jovens". Queremos entender qual o nível de engajamento dos jovens, que vivem na comunidade do Jardim Botânico no contexto em tempos de redes sociais; ou seja, o objetivo é investigar como as vozes digitais desses jovens repercutem nessa conjuntura de incertezas relacionada à mudança. Se constatado o viés do "engajamento", buscar-se-á compreender como, levando adiante a bandeira da resistência de gerações passadas em defesa de direitos de moradia ameaçados, percebem a liberdade; se identificado o viés da hipótese da "alienação", (ou na linguagem popular dos jovens, se constatado um "Tô nem ai..."), caberá, do mesmo modo, investigar as causas desse estado assumido de letargia e distanciamento social, ante as perspectivas da degradação de aspirações em relação à ameaça à sua residência e, portanto, ao seu futuro e seus sentimentos de liberdade, traduzidos como "manifestações do nosso senso moral" (CHAUÍ, 2000, p. 429), contrariamente ao engajamento, a alienação e a aceitação do assistencialismo, promovem um ciclo vicioso e degenerativo de dependência e exclusão social. (TSUGUMI, 2006)."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador informou que há riscos mínimos: " Os desconfortos e os riscos em participar nessa pesquisa são mínimos, estando todos os casos eventuais limitados a possíveis revelações comprometedoras que, eventualmente possam poder ser feitas. Ao pesquisado, reserva-se o direito de revelar apenas o que entender seja de sua livre forma de expressão acerca das questões propostas na pesquisa. Quanto ao papel do pesquisador, embora não haja necessidade de acompanhamento e assistência aos participantes, este poderá oferecer apoio ao pesquisado, procurando o amigo que lhe indicou a família ou outra pessoa capaz de ajudá-lo, caso seja necessário, com a sua anuência. O pesquisador garante que os dados colhidos serão sigilosos e guardados confidencialmente, e que a privacidade dos participantes será garantida pelo acordo expresso de anonimato. Portanto, nessa perspectiva não se identifica riscos ou situações que exponham os participantes."

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.372.182

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 08 de Novembro de 2017

Assinado por:

**Fátima da Silva Grave Ortiz
(Coordenador)**